PRESTAÇÃO DE CONTAS

ACORDOS TRABALHISTAS

Volume 2

PROCESSO	INTERESSADO	C.P.F.	FORMA PAGTO	VALOR	INSS	IRRF	SIEX
SIEx 3.355/97	Marilza Antunes Barreto	304.562,821-49	Contra Recibo	5.518,32	424,67	1.039,03	125,41
	Marcos Dantas Teixeira	OAB-MT 3.850		752,49			
SIEx 3.890/97	Rosair Arruda Reis	326.004.291-15	Contra Recibo	5.286,04	339,99	1.050,42	132,15
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486.277.577-87		1.321,50			
SIEx 3,890/97	Sebastião Odir Siqueira Campos	064.796.421-04	Contra Recibo	4.876,99	406,33	925,02	121,92
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486.277.557-87		1.219,24			
SIEx 1.237/97	Dalva Auxiliadora da Fonseca	046.034.190-04	Contra Recibo	1.628,00	54,51		37,00
	Marcos Dantas Teixeira	OAB-MT 3.850		222,00			
SIEx 3.723/97	Dalva Auxiliadora Fonseca	046.034.190-04	Contra Recibo	5.345,06	421,30	972,36	121,47
	Marcos Dantas Teixeira	OAB-MT 3.850		728,87			
SIEx 3.890/97	Sérvio Túlio Miguéis Jacob	293.280,801-00	Contra Recibo	4.356,87	280,03	802,10	108,92
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486.277.557-87		1.089,21			
SIEx 3.355/97	Nelita Ramos Toledo	162.008.881-91	Contra Recibo	4.865,23	377,99	873,59	110,57
	Marcos Dantas Teixeira	OAB-MT 3.850		663,43			·
SIEx 0963/98	Norberto Amâncio de Proença	274.899.221-00	Contra Recibo	6,677,12			166,93
	Rosemary A. Orta Coutinho	035.029.428-38		1.669,28			
Total Geral				46,219,65	2.304,82	5.662,52	924,37

16 FEY 2000

SADO

AV. JURUMIRIM 2970 FALNAL DECEP: 78.050-300 - CUIABA-MT TELEFAX 653-3200 - PABX 653 2276

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juíza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 03355/1997, entre as partes MARILZA ANTUNES BARRETO e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 10:20 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. MARCOS DANTAS, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 89 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 09/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 6270,81 até o dia 16/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 752,49 se refere a honorários advocaticios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 758,74 referem-se a FGTS acrescido de 40%, R\$ 203,64 se refere a férias acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 125,41, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 10:21 horas. Nada mais.

Exequente	Patrono
_	
Executado	Patrono

		COM - MOD - ATVIN - COM - AIV 1
MINISTERIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	03 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2100
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	04 - COMPETENCIA	FEV1./2000
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	05 - IDENTIFICADOR	03029401/009100
01 - NOME OU RAZÃO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO NETAMAT / 653 2276 / AV JURUMIRIM.2.970	06 - VALOR DO INSS	424,67
	07 -	·
MARILZA ANTUNES BARRETO - SIEX 3355/97	08 -	
02 - VENCIMENTO (Uso Exclusivo do INSS)	09 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior	JUROS	
deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subseqüentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	424,67
	12 - AUTENTICAÇÃO BANC	ÁRIA .

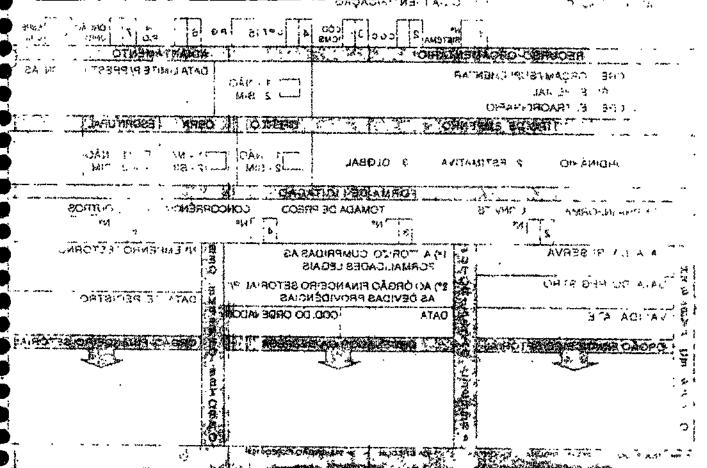
BB 00460086 16022000

V 424,67RC12568

Instruções para preenchimento no verso

SÃO DOMINGOS S.A. INDÚSTRIA GRÁFICA - AV. MIGUEL ESTEFNO. 364 - CATANDUVA - SP - CNPJ 47,064,738/0001-86

MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	U2/2000
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU OGC	→	03020201/0001-00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	•	0561
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	_	
ETAMATY 653 2276 ARILZA ANTENES BARRETO - SIEX 3.355/97	06 DATA DE VENCIMENTO	→	16.02.2000
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	•	1.039,03
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	→	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69	*	:
edado o recolhimento de tributos e contribuições	10 VALOR TOTAL	*	1.039,03
nInistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA ((Some	•
Inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos sequentes, até que o total seja igual ou superior a <u>R\$</u> 10,00.	BB 46406401 104C	2000	1.039,03RC12562
S/A MIDÚSTRIA DRÁFICA - RUA AIMORÉS, 6-9 - BAURU - SP - C.G.C. 44,990,901/0001-43 (1907) CÓD, 150	80		



vededo o recolhim ento de tributos a contribuições administrados polo. O creacia da Recetta Federal cujo valor total acia inferior a R \$ 10,00. com so tala situação, adiciona esae valor so tributokontribuição de em contigo de período subsequentes, até que o total seja igual ou períora R\$ 10,00.	II FOTENTICAÇÃO BÂNCÂRIA (Somen	te nas 1° e 2° viza)
	10 VALOR TOTAL	Ib'SZI\$B
ATENÇÃO	EMCYEGOS DI - 1.025/69 09 VALOR DOS JUROS E/03	
,	ATUM AU BOLAV 80	
CODEMAT	01 APTOR DO ESTRCIEST	ra, esi ea
CIV DE DESENAOFAIMENTO DE MI	06 DATA DR VENCIMENTO	16/02/2000
ot note leterone	OZ MÜMEKO DE KEREKÊNCIY	SIEx/03.355/1.997
DART	04 CÓDIGO DA RECEITA	1202
tarebel estieved sh objabsceriA sh odn roc	OS MÚMERO DO CER ON COC	SE-1000\E30.474.E0
CHESTERIO DA ERCEITA PEDERAL SCRUTARIA DA ERCEITA PEDERAL	OZ PERÍODO DE APURAÇÃO	

152'410015293

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juiza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 03890/1997, entre as partes ROSAIR ARRUDA REIS e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 10:01 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. CARLOS HENRIQUE BRAZIL BARBOSA, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 45 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 09/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exeqüente a importância líquida de R\$ 6607,54 até o dia 16/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exeqüente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1321,50 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1138,74 referem-se a FGTS acrescido de 40%, R\$ 1218,86 se refere a férias acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 132,15, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 10:04 horas. Nada mais.

••••••

Exequente	Patrono	
Executado	Patrono	

		14 VIA - INSS - 29 VIA - CONTRIBUINTS	
A DEPERIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	03 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2100	
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	04 - COMPETÊNCIA	02/2000	
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	05 - IDENTIFICADOR	03020401/0001-00	
OI NOME OU RAZÃO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO METAMAT / 653 2276 / AV JURUMIRIM, 2.970	06 - VALOR DO INSS	339,99	
	07 -		
ROSAIR ARRUDA AREIS - Siex- 3.890/97	08 -		
02 - VENCIMENTO . (Uso Exclusivo do INSS)	09 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES		
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior	JUROS		
deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor múnimo fixado.	II - TOTAL	339,99	
	12 - AUTENTICAÇÃO BANC.	ÁRIA	

BB 00460088 16022000

339,99RC12562

Instruções para preenchimento no verso

SÃO DOBINGOS S.A. - INDÚSTRIA GRÁFICA - AV. MIGUEL ESTEFNO, 364 - CATANDUVA - SP - CNP.J 47.064.738/0001-86

<u> </u>	, ,	•
MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	02/00
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Feder	als 03 NÚMERO DO CPF OU CGC	03020401/0001-00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	0561
TELEFONE METAMAT / 653 2276	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
GARIR ARRUDA REIS - SIEX 3.890/97	06 DATA DE VENCIMENTO	16.02.2000
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	1.050,42
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/89	. ,
adado o recolhimento de tributos e contribuiç	1	1.050,42
ministrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor la inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione ao tributo/contribuição de mesmo código de perío ao tributo/contribuição de mesmo código de perío acquentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10 acquentes até que o total seja igual ou superior a R\$ 10	esse BB 00460089 16022000 0,00.	1.050,42RC1256
PETARIA DA RECEITA FEDERAL rimento de Arregadação de Receitas Federais	03 MARERO DO CPF OU CGC	03.474.053/0001-32
DARF	64 CODISO DA RECEITA	1505
1 HOME/TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/03.890/1.997
A DE DESENVOLVIMENTO DE MT	06 DATA DE VENCIMENTO	16/02/2000
ODEMAT	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$132,15
	08 VALOR DA MILTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	1
•	10 VALOR TOTAL	R\$132,15
dado o recolhmento de tributos e contribuições administrados pela restaria da Receita Federal cujo valor total seja infecior a R\$ 10.00. rendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de cumo codigo de periodo aubsequentes, até que o total seja igual ou rior a R\$ 10.00.	11 AUTHHTICAÇÃO BANCÁRIA (SOM	16 /02 /00

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juíza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 03890/1997, entre as partes SEBASTIÃO ODIR SIQUEIRA CAMPOS e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 10:05 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. CARLOS HENRIQUE BRAZIL BARBOSA, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 45 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 09/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 6096,23 até o dia 16/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1219,24 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1017,08 referem-se a FGTS acrescido de 40%, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 121,92, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 10:07 horas. Nada mais.

Exequente	Patrono	
Executado	Patrono	

7		NIUBIHTINUU - AIV - Z- VIA - CUNTHIBUIN
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	03 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2100
Matroto Nacional Do Segoro Social - Inss	04 - COMPETÊNCIA	02/2000
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	05 - IDENTIFICADOR	03020401/0001-00
H-NOME OU RAZÃO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO METAMAR / 653 2276 / AV JURUMIRIM, 2.970	06 - VALOR DO INSS	406,33
SEBARSTIÃO ORIR SIQUURIA CAMPOS - 3.890/97	07 -	
	08 -	
2 - VENCIMENTO Uso Exclusivo do INSS)	09 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
TENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior o estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior	10 - ATM / MULTA E JUROS	-
leverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses ubsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	406,33
	12 - AUTENTICAÇÃO BANG	CÁRIA

BB 00460094 16022000

406,33RC12562

Instruções para preenchimento no verso

SÃO DOMINGOS S.A. - INDÚSTRIA GRÁFICA - AV. MIGUEL ESTEPNO, 264 - CATANDUVA - SP - CNPJ 47.064.738/0001-86

MINISTÉRIO DA FAZENDA	1	32 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	02/2000	ı
SEGRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Feder	rais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	•	03020401/0	001-00
DARF	Ī	04 CÓDIGO DA RECEITA	→	0561	
		05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	_		
TELEFONE METAMAT/ 653 2276	 -		7	<u> </u>	
EBASTIAO ODIR SIQUEIRA CAMPOS - 3.890/	97	06 data de vencimiento	→	16.02.20	00
Veja no verao		07 VALOR DO PRINCIPAL	•	925,02	
instruções para preenchimento	ſ	08 VALOR DA MULTA	•	-	
ATENÇÃO		09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	•	-	
edado o recolhimento de tributos e contribui		10 VALOR TOTAL	•	925,02	
inistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor	r total	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA	(Some	nte nas 1º e 2º vias)	<u> </u>
a inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione a tributo/contribuição de mesmo código de perí equentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 1	iodos 10,00.	BB 00460095 1	6022:	000	V 925,02RC12562
TERIO DA FARENDA	92 1	vertodo de apurac	ÇÃO		
etaria da receita vederal		_A			
ento de Arrecadação de Receitas Federais	03 1	MARINO DO CPP OU	COC	03.47	4.053/0001-32
DARF	04 (CÓDIGO DA RECEITE	A.		1505
NOME/TELEPORE	05 1	PÚMERO DE REFERÊ	ecta	SIEx	/03.890/1.997
A DE DESENVOLVIMENTO DE MT ODEMAT	06 1	DATA DE VERCEMEN	RO		16/02/2000
	07 V	07 VALOR DO PRINCIPAL			R\$121,92
	08 /	valor da multa			
ATENÇÃO	1	RIGOS DE - 1.025/6			1
	10	10 VALOR TOTAL			R\$121,92
dado o recolhimento detributos e contribuições administrados pele laria de Receita Rederal cujo valor total seja influior a R\$ 10,00. cando tal situação, adicione esse valor eo tributo/contribuição de la código de periodo subsequentes, até que o total seja igual ou jor a R\$ 10,00.		TEMPECAÇÃO BANCÁS	•	2 /00 S	e 2º vias)
	<u>. 1</u>		1111	LORA	
•					

.

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juíza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 01237/1997, entre as partes DALVA AUXILIADORA FONSECA e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 11:30 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. MARCOS DANTAS TEIXEIRA, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 09/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exeqüente a importância líquida de R\$ 1850,00 até o dia 16/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exeqüente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 222,00 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1168,54 referem-se a FGTS acrescido de 40%, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 37,00, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 11:42 horas. Nada mais.

Exequente	Patrono	·	
	_		
Executado	Patrono		

MANISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	03 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2100
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	04 - COMPETÊNCIA	02 2.000
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	05 - IDENTIFICADOR	03020401/0001-00
NOME OU RAZÃO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO MERAMAT / 653 2276	06 - VALOR DO INSS	54,51
• •	07 -	
DALVA AUXILIADORA FONSECA - SIEX 1.237/97	08 -	
12 - VENCIMENTO . Uso Exclusivo do INSS)	09 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior	10 - ATM / MULTA E JUROS	54,51
deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	

BB 00460097 16022000

54,51RC12562

Înstruções para preenchimento no verso

SÃO DOMINGOS S.A. - INDÚSTRIA GRÁFICA - AV. MIGUEL ESTEFNO, 364 - CATANDUVA - SP - CNPJ 47.064.738/0081-86

RISTERIO DA FAZENDA	02 período de apuração		
CRETARIA DA RECEITA MEDERAL coumento de Arrecadação de Receitas Federais To A DEF	03 MUMERO DO CPR OU CGC	03.474.053/0001-32	
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505	
01 NOME/TELEFONE	05 MÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/01.237/1.997	
CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT CODEMAT	06 DATA DE VENCIMENTO	16/02/2000	
	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$37,00	
	OS VALOR DA MULTA		
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/00 EMCARGOS DL - 1.025/69		
	10 VALOR TOTAL	J R\$37,00	
vedado o recolhmento detributos e contribuições administrados pela secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. tomendo tal zituação, adicione asse valor ao tributo/contribuição de exmo código de período aubsequentes, até que o total seja igual ou períor a R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOME BANCODO BRASS CENTRO, BUANA 16 /02 /0	LS.A. U	

*

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juíza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 03723/1997, entre as partes DALVA AUXILIADORA FONSECA e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 11:43 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. MARCOS DANTAS TEIXEIRA, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 09/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exeqüente a importância líquida de R\$ 6073,93 até o dia 16/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exeqüente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 728,87 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 807,65 referem-se a FGTS acrescido de 40%, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 121,47, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

••••

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 11:44 horas. Nada mais.

Exequente	Patrono
Executado	Patrono

and the second s	·	1-VA-1945 - 21 VIA - CONTRIBUINTE
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	03 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2100
	04 - COMPETÊNCIA	02/2000
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	05 - IDENTIFICADOR	03020401/0001-00
METAMAT / 653 2276 / AV JURUMIRIM, 2.970	06 - VALOR DO INSS	421,30
DALVA AUXILIADORA FONSECA - Siex-3.723/97	07 -	
	08 -	·
02 - VENCIMENTO Uso Exclusivo do INSS)	09 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior no estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior	JUROS	421,30
deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	
	12 - AUTENTIÇAÇÃO BANC	ÁRIA
	ノ	1
BB 0046	0099 16022000	421,30RC12562
	ICA - AV. MIGUEL ESTEFNO, M-	- CATANDUVA - SP - CNPJ 47,464,738/4801-86

MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	<u> </u>
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federa	03 NÚMERO DO OPF OU CGC	03020401/0001-00
DARF	• 04 CÓDIGO DA RECEITA	0561
E/JELEFONE /653 2276	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
LVA AUXILIADORA AFONSECA - SIEX 3.723/97	06 DATA DE VENCIMENTO	16.02.2000
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	972,36
Instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/49	,
edado o recolhimento de tributos e contribuiç	 	972,36
nnistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione de ao tributo/contribuição de mesmo código de perio sequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10 moostma grafica - rua almorés, ea - rauru - se - c.c.c. 44.890.2010001-43	BB 00460100 16022000	972,36RC12562
TEREO UN DADRIMA		1
etaria da Receita Federal Ento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPIP OU COC	03.474.053/0001-32
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505
1 ROME/TELEFORE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/03.723/1.997
JA DE DESENVOLVIMENTO DE MT	06 DATA DE VERCIMENTO	16/02/2000
ODEMAT	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$121,47
	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL ~ 1.025/69	· 1
	10 VALOR TOTAL	R\$121,47
ndado o recolhimento detributos e contribuições administrados pela rétaria da Receita Faderal cajo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Prendo tal situação, adicione esse valor so tributo/contribuição de atno código de período subsequentes, até que o total seja igual ou rior a R\$ 10,00.	11 AUTENFICAÇÃO BANCÁRIA (SO CENTRO-CUAL DE 16 /02 /	SIL'S.A.
	GRIMALDI	IM

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juíza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 03890/1997, entre as partes SÉRVIO TÚLIO MIGUÉIS JACOB e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 10:09 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. CARLOS HENRIQUE BRAZIL BARBOSA, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 45 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 09/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 5446,08 até o dia 16/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1089,21 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 940,23 referem-se a FGTS acrescido de 40%, R\$ 1005,39 se refere a férias acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 108,92, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 10:11 horas. Nada mais.

Exequente	Patrono		
Executado	Patrono		

		14-VIA - INSS - 24 VIA - CONTRIBUINTE
MINISTERIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	03 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2100
INSTITUTO-NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	04 - COMPETÊNCIA	02/2000
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	05 - IDENTIFICADOR	03020401/0001-00
01 - NOME OU RAZAO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO METAMAT/ 653 2276 / AV JURUMIRIM, 2.970	06 - VALOR DO INSS	280,03
SERVIO TULIO MIGUES JACOB 3/SIESX 3.890/97	07 -	
	08 -	
02 - VENCIMENTO	09 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recothimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior	10 - ATM / MULTA E JUROS	280,03
deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	
	12 - AUTENTICAÇÃO BANC	ÁRIA

BB 00460102 16022000

280,03RC12562

Instrucões para preenchimento no verso

SÃO DOMINGOS S.A. - INDÚSTRIA GRÁFICA - AV. MIGUEL ESTEFNO, 344 - CATANDUVA - SP - CNFJ 47.064.738/0081-86

PERIO DA FAZENDA TARIA DA RECEITA MEDERAL MENTO de Arrecadação de Receitas Pederais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO 03 NÚMERO DO CPP OU CGC 04 CÓDEGO DA RECHITA	. 03.474.053/0001-32 1505
nistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor a inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione ao tributo/contribuição de mesmo código de per equentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 1 NSA NOUSTRIA GRÁFICA - RUA AMORES, 8-8 - BAURU - 8P - C.G.C. 44.890.801/0001-49	esse BB 90460103 16	. †
ATENÇÃO dado o recolhimento de tributos e contribui	·	802,10
Veja no verso instruções para preenchimento	07 VALOR DO PRINCIPAL 08 VALOR DA MULTA	802,10
METAMAT /653 2276 TO TULIO MIGUES JACOB / SIEX -3.890/9	7 06 DATA DE VENCRMENTO	16.02.2000
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	0561
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Fede	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	03020401/0001-00
MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	02/2000

PERIO DA FAZENDA	02 período de apuração	
TARIA DA RECEITA MEDERAL Mento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPP OU CGC	. 03.474.053/0001-32
DARF	04 CÓDEGO DA RECEIPA	1505
BOME/TELEFORE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/03.890/1.997
A DE DESENVOLVIMENTO DE MT	06 DAZA DE VENCIMENTO	16/02/2000
DEMAT	07 VALOR DO FRINCIPAL	R\$108,92
	08 VALOR DA MULTA	,
ATENÇÃO	69 VALOR DOS JUROS E/QU ENCARCOS DL - 1.025/69	
	10 VALOR TOTAL	R\$108,92
do o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela staria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. endo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mo ródigo de periodo subsequentes, até que o total seja igual ou for a R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANÇÂBIA (SQU	BONCO DO BRASIL SA . 1 CENTRO CULABA MI SA . 1 16 /02/00 S

٠.

, ,

5

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juíza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 03355/1997, entre as partes NELITA RAMOS TOLEDO e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 10:16 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. MARCOS DANTAS, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 89 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 09/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 5528,66 até o dia 16/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 663,43 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 664,87 referem-se a FGTS acrescido de 40%, R\$ 183,80 se refere a férias acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 110,57, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 10:17 horas. Nada mais.

Exequente	Patrono
Executado	Patrono

TARIA DA RECEITA FEDERAL DUMENTO de Arrecadação de Receitas Federais DARF	03 NUMERO DO CPF OU	CGC	03.474.053/0001-32
Perio da Fazenda	02 PERÍODO DE APURAÇ	ÃO	İ
Implistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valore inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione ao tributo/contribuição de mesmo código de peri la equentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 1 perior a R\$ 1 perio	esse odos BB 00460106 160	BB 00460106 16022000 873,59RC1	
•dado o recolhimento de tributos e contribui	•	•	873 , 59
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69	•	
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	•	
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	•	873,59
TA RANGE TOLEDO - FIEX 3.355/97	06 DATA DE VENCIMENTO	•	16.02.2000
MALTELEFONE 53 2276	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	→	
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	•	0561
Documento de Arrecadação de Receitas Feder	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	•	03020401/0001-00
MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	→	62/2000

Perio da Fazenda	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	
TARIA DA RECEITA FEDERAL DUMENTO de Arrecadação de Receitas Federais	03 NUMERO DO CPF OU CGC	03.474.053/0001-32
DARF	04 CODIGO DA RECEITA	1505
Nome/Telefone	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/03.355/1.997
A DE DESENVOLVIMENTO DE MT	06 DATA DE VENCIMENTO	16/02/2000
©DEMAT	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$110,57
	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
•	10 VALOR TOTAL	k\$110,57
Ado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela reform da Remeita Federal, rigo valur total seja inferior a R\$ 10,00 mido fal anticação, adá none esse valor ao tributor antibuição de croción de periodo subsequentes, até que o total seja igual ou la R\$ 10,00	11 AUTENTICAÇÃO BANÇÁRIA (SOMO BANÇÃ DO BRASIL S. CENTRO-CUARÁMIT 16 /02/00)	

		7" VIA - INSS - 2" VIA - CUNTIMBUN
MOSTERIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	03 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2100
	04 - COMPETÊNCIA	02/2000
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	05 - IDENTIFICADOR	03020401/0001-00
METAMAT / 653 2276 / AV JURUMIRIM, 2.970	06 - VALOR DO INSS	377,99
NELITA RAMOS TOLEDO - SIEX 3.355/97	07	
	08 -	
02 - VENCIMENTO Uso Exclusivo do INSS)	09 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS, A receita que resultar valor inferior	10 - ATM / MULTA E JUROS	
deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	II - TOTAL	377,99
	12 - AUTENTICAÇÃO BANC	ÁRIA

Instruções para preenchimento no verso

SÃO DOMINGOS S.A. - INDÚSTRIA GRÁFICA - AV. MIGUEL ESTEFNO. 364 - CATANDUVA - SP - CNPJ 47.061.738/0001-86

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juíza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 00963/1998, entre as partes NORBERTO AMÂNCIO DE PROENÇA e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 09:55 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. ROSEMARY A. O. COUTINHO, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 146 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 09/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exeqüente a importância líquida de R\$ 8346,40 até o dia 16/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exeqüente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1669,28 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 8346,40 referem-se a FGTS acrescido de 40%, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 166,93, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 09:58 horas. Nada mais.

Exequente	Patrono			
		-		
Executado	Patrono			



COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO

OF. 014 /DAF/2000

Cuiabá, 16 de fevereiro de 2.000.

Senhor Gerente

Solicitamos de V. Sª levar a débito da conta 01.040.603-4 da Companhia Matogrossense de Mineração - Conta Metamat C/Rescisões Não Elegíveis, a importância de R\$ 35.370,10 (trinta e cinco mil, trezentos e setenta reais e dez centavos), referente ações trabalhistas, conforme discriminação na relação anexa.

Atenciosamente

SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA

Diretor Administrativo Financeiro

METAMAT
Protocolo N°. 094/00
Processo Nº. 094/00
Data 09 / 03 / 00
Seçábide Comunicação

Ilmo Sr.

ANTONIO MARCOS MORENO MUNHOZ

MD. Gerente de Expediente BANCO DO BRASIL

NESTA

17 FEV 2000

Myman de recepted a se mentes de la constante
Local e data

HAM/CII" A BR SIICOV 17 02 2000 Langamentos - Fizemos hojo os seguintas, a DEBITO de sua conta abaixo:

Ref. a liquidação do OF s.n1/DAF/2000 emitido pela 1.02.2000

METAMAT

Conts n° Valor d

1.040.603-4

PROCESSO	INTERESSADO	C. P. F.	FORM A PAGTO	VALOR	INSS	IRRF	SIEx
CIE ACCCION	X	205 2 2 2 2 2 2 2 2	-	4.007.04	266.00	1.004.04	
SIEx 4.666/97	Luiz Gonzaga da Silva	086.247.041-20	Contra Recibo	4.907,24	266,29	1.084,24	
	José Moreno Sanches Júnior	442.308.181-42		1.226,80	-	-	
SIEx 7.003/97	José Martins d Carvalho	063.795.671-00	Contra Recibo	5.259,61	414,19	1.165,73	131,49
	José Moreno Sanches Júnior	442.308.181-42		1.314,90]	
SIEx 1.829/97	Marcino Vitor da Silva	230.105.411-01	Contra Recibo	5.620,97	430,20	1.086,74	130,01
	Fábio Petengill	621.679.011-00	· ·	880,00			
SIEx 0273/99	Luiz Carlos da Silva	023.737,398-01	Contra Recibo	7.857,00	698,40	1.848,69	174,60
	Luiz Otávio Bertozo Reis	021.936.058-82		873,00			
 							
	TOTAL GERAL			27.939,52	1.809,08	5.185,40	436,10



AV. JURUMIRIM, 2970 - PALNALTO - CEP: 78.050-300 - CUIABÁ-MT TELEFAX 653-3200 - PABX 653 2276

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR. JUIZ. PRESIDENTE DA DIGNA SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - SIEX

Processo nº 4.666/97

A COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO – METAMAT, e LUIZ GONZAGA DA SILVA, Reclamada e Reclamante respectivamente a figurar nos autos à epígrafe, vêm à presença de Vossa Excelência, nesta e na melhor forma de direito, expor e requerer o quanto-segue.

Que compuseram-se as partes no sentido de pôr fim à presente lide, pelo que a Reclamada se propõe a pagar e o Reclamante concorda em receber, pela totalidade dos seus créditos, pagamento esse que será efetuado até o dia 17 (dezessete) do fluente mês de fevereiro, a importância líquida de R\$ 6.134,04 (seis mil e cento e trinta e quatro reais e quatro centavos).

(: SS)

Recebida a importância ora pactuada, o Exequente dará plena quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionaram as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do Reclamante e ao próprio Reclamante através de ordem bancária.

Declaram as partes que sobre o valor do acordo, R\$ 1.226,80 (um mil e duzentos e vinte e seis reais e oitenta centavos) se referem a honorários advocatícios.

Discriminam as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 615,96 referem-se a FGTS acrescido de 40%, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias e fiscais, dada a sua natureza indenizatória, acrescidos de R\$ 2.189,39, relativos a reflexos sobre férias indenizadas, sem incidência previdenciária.

Convencionaram as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 122,68 (cento e vinte e dois reais e sessenta e oito) sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidos pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá a executada recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até cinco (05) días após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-lo nos autos até o dia 15 do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindose da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

588

Show

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

Nesses termos, requerem a essa digna Secretaria, seja o acordo homologado, com a consequente outorga à Reclamada da mais plena e integral quitação, uma vez cumprido, de todos os consectários advindos da extinta relação de emprego, decretando-se a extinção do presente feito e a sua remessa ao arquivo após ser procedida a competente baixa na distribuição.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença, sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se igualmente extinta a execução.

Pedem Deferimento

Cuiabá/Mt., 09 de fevereiro de 2000/

EXECUTADA - OTHON JAIR DE BARROS

OAB/MT 4.328

EXEQUENTE - LUIZ GONZAGA DA SILVA

CIC 086.242-041-20

ADVOGADO - JOSÉ MORENO SANCHES JÚNIOR OAB/MT 4.759

(3)		F VIA - INSS - Z- VIA - CONTRIBUINTS
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	03 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2100
MOTO NACIONAL DO SEGURO SUCIAL - INSS	04 - COMPETÊNCIA	02/2.000
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	05 - IDENTIFICADOR	03020401./0001_00
I EX-PROC nº 4.666/97- 653.2276	06 - VALOR DO INSS ·	266,29
UIZ GONZAGA DA SILVA .	07 -	
	08 -	
VENCIMENTO . oso Exclusivo do INSS)	09 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
NENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior everá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses	JUROS	266,29
sequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	
	12 - AUTENTICAÇÃO BANC	ÁRIA

BB 00460134 17022000

266,290012

ruções para preenchimento no verso

SÃO DOMINGOS S.A. - INDÚSTRIA GRÁFICA - AV. MIGUEL ESTEFNO, 364 - CATANDUVA - SP - CNPJ 47.064.738/0001-86

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	02 PERIODO DE APURAÇÃO	+	UZ/2.000
Documento de Arrecadação de Receitas Federals	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	→	03020401/0001-00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	+	0588
NOME / TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	.⇒	
IE PROC. nº 4.666/97 - 653.2276 LULY GONZAGA DA SILVA .	06 DATA DE VENCIMENTO	→	
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	→ ,	1.084,24
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	•	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1,025/69	→	
vedado o recolhimento de tributos e contribuições	10 VALOR TOTAL	•	1.084,24
idministrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total leja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de periodos lubsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00. IBRA SIA INDÚSTRIA GRÁFICA - RUA AMORES, 69 - BAURU - SP - QG.Q. 44,990,901/0001-43	BB 00460135 17022000 1.084,24DC12563		

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA DIGNA SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - SIEX

Processo nº 7.003/97

A COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO - METAMAT, e JOSÉ MARTINS DE CARVALHO, Reclamada e Reclamante respectivamente a figurar nos autos à epígrafe, vêm à presença de Vossa Excelência, nesta e na melhor forma de direito, expor e requerer o quanto segue.

Que compuseram-se as partes no sentido de pôr fim à presente lide, pelo que a Reclamada se propõe a pagar e o Reclamante concorda em receber, pela totalidade dos seus créditos, pagamento esse que será efetuado até o dia 17 (dezessete) do fluente mês de fevereiro, a importância líquida de R\$ 6.574,51 (seis mil e quinhentos e setenta e quatro reais e cinqüenta e um centavos).

A COMPANY (

Recebida a importância ora pactuada, o Exequente dará plena quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionaram as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do Reclamante e ao próprio Reclamante através de ordem bancária.

Declaram as partes que sobre o valor do acordo, R\$ 1.314,90 (um mil e trezentos e quatorze reais e noventa centavos) se referem a honorários advocatícios.

Discriminam as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 612,18 referem-se a FGTS acrescido de 40%, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias e fiscais, dada a sua natureza indenizatória, acrescidos de R\$ 784,87, relativos a reflexos sobre férias indenizadas, sem incidência previdenciária.

Convencionaram as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 131,49 (cento e trinta e nove reais e quarenta e nove centavos) sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidos pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá a executada recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até cinco (05) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-lo nos autos até o dia 15 do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-

se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

Nesses termos, requerem a essa digna Secretaria, seja o acordo homologado, com a consequente outorga à Reclamada da mais plena e integral quitação, uma vez cumprido, de todos os consectários advindos da extinta relação de emprego, decretando-se a extinção do presente feito e a sua remessa ao arquivo após ser procedida a competente baixa na distribuição.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença, sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se igualmente extinta a execução.

Pedem Deferimento

Cuiabá/Mt., 09 de fevereiro de 2000

EXECUTADA - OTE

HON JATR/DE BARROS

OAB/MT 4.328

EXEQUENTE - JOSE MARZINS DE CARVALHO

CIC 963 795.671-00

ADVOGADO - JOSÉ MORENO SANCHES JÚNIOR OAB/MT 4.759

 ** !		1º VIA - INSS - 2º VIA - CONTRIBUINTE
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	03 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2100
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	04 - COMPETÊNCIA	02/2.000
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	05 - IDENTIFICADOR	03020401/0001_00
01 - NOME OU RAZÃO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO SIEX-PROC nº 7.003/97 - 653.2276	06 - VALOR DO INSS	414,19
OSE MARTINS DE CARVALHO .	07 -	
	08 -	
02 - VENCIMENTO (Uso Exclusivo de INSS)	09 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior o estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior	10 - ATM/MULTA E JUROS	414,19
deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses tubsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	
	12 - AUTENTICAÇÃO BANCA	ARIA

BB 00460131 17022000

√ 414,19DC12563

instruções para preenchimento ao verso

SÃO DOMINGOS S.A. - INDÚSTRIA GRÁFICA - AV. MIGUEL ESTEPNO, 364 - CATANDUVA - SP - CNPJ 47.064.738/0001-86

ATENCÃO 09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69 10 VALOR TOTAL R\$131,49 o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela 11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA(Somente nas 1º e 2º vias) da Receita Vederal cojo valor total seja inferior a RS 10,00. tal situação, adicione esse valor so tributo/contribuição de gligo de perlodo subsequentes, até que o total seja igual ou R\$ 10.00.

BB 00480133 17022000

131,49DC12563

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA DIGNA SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - SIEX

Processo nº 1.829/97

A COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO – METAMAT, e MARCINO VITOR DA SILVA, Reclamada e Reclamante respectivamente a figurar nos autos à epígrafe, vêm à presença de Vossa Excelência, nesta e na melhor forma de direito, expor e requerer o quanto segue.

Que compuseram-se as partes no sentido de pôr fim à presente lide, pelo que a Reclamada se propõe a pagar e o Reclamante concorda em receber, pela totalidade dos seus créditos, pagamento esse que será efetuado até o dia 17 (dezessete) do fluente mês de fevereiro, a importância líquida de R\$ 6.500,97 (seis mil e quinhentos reais e noventa e sete centavos)

Alm Show

Recebida a importância ora pactuada, o Exequente dará plena quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionaram as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do Reclamante e ao próprio Reclamante através de ordem bancária.

Declaram as partes que sobre o valor do acordo, R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) se referem a honorários advocatícios.

Discriminam as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 809,89 referem-se a FGTS acrescido de 40%, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias e fiscais, dada a sua natureza indenizatória, acrescidos de R\$ 313,53, relativos a reflexos sobre férias indenizadas, i n incidência previdenciária.

Convencionaram as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 130,01 (cento e trinta reais e um centavo) sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidos pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá a executada recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até cinco (05) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-lo nos autos até o dia 15 do mês subsequente ao do vencimento.

'No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

Nesses termos, requerem a essa digna Secretaria, seja o acordo homologado, com a consequente outorga à Reclamada da mais plena e integral quitação, uma vez cumprido, de todos os consectários advindos da extinta relação de emprego, decretando-se a extinção do presente feito e a sua remessa ao arquivo após ser procedida a competente baixa na distribuição.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença, sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se igualmente extinta a execução.

Pedem Deferimento

Cuiabá/Mt., 09 de fevereiro de 2000

EXECUTADA - OTHON JAIR DE BARROS

9/AB/MT 4/.328

EXEQUENTE = MARQUIO VITOR DA SILVA

SIO 230.105.411-04

ADVOGADO - FÁBIO PETENGILI

OAB/MT 5.108

		1º VIA - INSS - 2º VIA - CONTRIBUINTE
MINISTERIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	03 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2100
Instituto nacional do seguro social · inss	04 - COMPETÊNCIA	02/2.000
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	05 - IDENTIFICADOR	03020401/0001-00
OL-NOME OURAZÃO SOCIAL/FONE/ENDERECO SIEX-PROC. 1.829/97-653.2276	06 - VALOR DO INSS	430,20
MARCINO VITOR DA SILVA	07 -	<u> </u>
	OB-	
02 - VENCIMENTO . (Uso Exclusivo do INSS)	09 • VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior	JUROS	
deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	430,20
	12 - AUTENTICAÇÃO BAN	CÁRIA
BB 004601	24 17022000	√ 430,20DC12563

Instruções para preenchimento no verso

SÃO DOMINGOS S.A. - INDÚSTRIA GRÁFICA - AV. MIGUEL ESTEFNO, 364 - CATANDUVA - SP - CNPJ 47.464.738/moii1-86

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	02 período de apuração	, 02/2.000 5
Documento de Arrecadação de Receitas Feder	ais 03 NÚMERO DO CPF OU CGC	03020401/0001-00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	0588
MERRE 1.829/97 - 653.2276	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
VITOR DA SILVA .	06 DATA DE VENCIMENTO	
Veja no verso instruções para preenchimento	07 VALOR DO PRINCIPAL	1.086,74
	08 VALOR DA MULTA →	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69	1
edado o recolhimento de tributos e contribuiç in rados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor		J _{1.086,74}
perior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione e ao tributo/contribuição de mesmo código de perio entes, até que o total seja Igual ou superior a R\$ 10 contribuição de mesmo código de perio entes, até que o total seja Igual ou superior a R\$ 10 contribuição de seus entes	esse BB 00460125 176	
TERIO DA FAZENDA	02 período de apuração	
TRIA DA RECEITA FEDERAL to de Arrecadação de Receitas Federais		
• DARF	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	03.474.053/0001-32
	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505
MEME/TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/01.829/1.997
DE DESENVOLVIMENTO DE MT	06 DATA DE VENCIMENTO	17/02/2000
	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$130,01
	08 VALOR DA MULTA	
● ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	

VALOR TOTAL

recolhimento de tributos e contribuições administrados pela

la Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Digo de periodo subsequentes, até que o total seja igual ou

ra-R\$ 10.00.

BB 00460127 17022000

11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1º e 2º vias)

130,01DC12563

R\$130,01

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA DIGNA SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - SIEX

Processo nº 273/99

A COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO - METAMAT, e LUIZ CARLOS DA SILVA, Reclamada e Reclamante respectivamente a figurar nos autos à epigrafe, vêm à presença de Vossa Excelência, nesta e na melhor forma de direito, expor e requerer o quanto segue.

Que compuseram-se as partes no sentido de pôr fim à presente lide, pelo que a Reclamada se propõe a pagar e o Reclamante concorda em receber, pela totalidade dos seus créditos, pagamento esse que será efetuado até o dia 17 (dezessete) do fluente mês de fevereiro, a importância líquida de R\$ 8.730,00 (oito mil e setecentos e trinta reais).

Recebida a importância ora pactuada, o Exequente dará plena quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.



Convencionaram as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do Reclamante e ao próprio Reclamante através de ordem bancária.

Declaram as partes que sobre o valor do acordo, R\$ 873,00 (oitocentos e setenta e três reais) se referem a honorários advocatícios.

Convencionaram as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 174,60 (cento e setenta e quatro reais e sessenta centavos) sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidos pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena d execução.

•

Deverá a executada recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até cinco (05) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-lo nos autos até o dia 15 do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindose da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

Nesses termos, requerem a essa digna Secretaria, seja o acordo homologado, com a consequente outorga à Reclamada da mais plena e integral quitação, uma vez cumprido, de todos os consectários advindos da extinta relação de emprego, decretando-se a extinção do presente feito e a sua remessa ao arquivo após ser procedida a competente baixa na distribuição.



O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença, sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se igualmente extinta a execução.

Pedem Deferimento

Cuiabá/Mt., 09 de fevereiro de 2000

EXECUTADA = OTHON JAIR DE BARROS

OAB/MT 4.3/28

EXEQUENTE - LUIZ CARLOS DA SILVA

C 028.324. 961-72

ADVOGADO - LUIZ OTA VIO BERTOZO REIS

OAB/MT-3038

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		1º VIA - INSS - 2º VIA - CONTRIBUINTE
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	03 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	5 2100
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	04 - COMPETÊNCIA	02/2.000
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GE	05 - IDENTIFICADOR	03020401/0001-00
OI - NOME OU RAZÃO SOCIALIFONE / ENDEREÇO SIEX-PROC nº 0273/99 - 653.2276	06 - VALDIR DO INSS	698,40
	07 -	
LUIZ CARLOS DA SILVA .	08 -	
02 - VENCIMENTO (Uso Exclusivo do INSS)	09 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para tecolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior		
deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	698,40
	12 - AUTENTICAÇÃO BANC	ÁRIA
BB 004	60128 17022000	J 698,40DCi2563
Înstruções para preenchimento no verso SÃO DOMINGOS SÃ INDÚSTRIA GRÁI	FICA - AV. MIIGUEL ESTEFNO, 36-	- CATANDUVA - SP - CNPJ 47.064.738/0001-86

RIO DA FAZENDA ARIA DA RECEITA FEDERAL	02 período de apuração	
nto de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	03.474.053/0001-32
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505
nome/Telefone	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/000273/1.999
DE DESENVOLVIMENTO DE MT DEMAT	06 DATA DE VENCIMENTO	17/02/2000
, ,	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$174,60
·	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
	10 VALOR TOTAL	R\$174,60
o recolhimento detributos e contribuições administrados pela da Receita Federal mio valor total seja inferior a R\$ 10,00. total situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de código de periodo subaequentes, até que o total seja igual ou R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Some	nte nas 1º a 2º vias)

BB 00460130 17022000

J174,60DC12563

COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO

OF.024 /DAF/2000

Cuiabá, 17 de fevereiro de 2.000.

Senhor Gerente

Solicitamos de V. Sª levar a débito da conta 01.040.603-4 da Companhia Matogrossense de Mineração - Conta Metamat C/Rescisões Não Elegíveis, a importância de R\$ 136.608(59) (cento e trinta e seis mil, seiscentos e oito reais e cinquenta e nove centavos), referente ações trabalhistas, conforme discriminação na relação anexa.

Atenciosamente

SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA
Diretor Administrativo Financeiro

Ilmo Sr.

ANTONIO MARCOS MORENO MUNHOZ

MD. Gerente de Expediente

BANCO DO BRASIL

<u>NESTA</u>

Soeneth Almelda das Never

UZABAR	22,0	22.	đΩ
-	- 4 min	200	WW

Aviso de débito

D. untre sontas abaixo de acordo com OF Nº 024, emt

1.040.603-4 136.608(60

BANCO DO BRASIL S.A.

PROCESSO	INTERESSADO	CPF	FORMA PAGTO	VALOR	INSS	IRRF	SIEx
SIEx 3.355/97	Kátia Regina D'Ornelas /	229.878.601-10	Contra Recibo	7.113,86	570,89	1.489,67	-
	Fábio Petengill	621.679.011-00		970,07	-		
SIEx 2.361/97	Josefina Gonçalves da Cruz	137.551.961-15		8.380,00	-	1.070,64	
	Francisco de Assis da Silva Lopes			2.095,00			
SIEx 2.361/97	Hildebrando de Amorim ,	072.294.611-02		10.945,16	54,19	1.722,30	
	Francisco de Assis da Silva Lopes	<u> </u>		2.736,29			
SIEx 5.446/97	Leovaldo Seriano de Amorim	328.998.821-04		6,864,23	325,27	1.588,06	
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486.277.557-87		1.716,05			
SIEx 5.446/97	Lourdes Joaninha de Almeida	048.799.611-91		6.713,29	376,10	1.580,96	-
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486.377.557-87		1.678,32			
SIEx 0350/97	Hilton do Espírito Santo	461.156.927-68		7.475,39	568,68	1.587,89	186,88
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486,277.557-87		1.868,84			
SIEx 7.528/97	Cláudia Estral de Almeida			10.627,43		2.159,13	247,78
	Francisco de Assis da Silva Lopes			135,00			
SIEx 4.666/97	Luzia Helena de Freitas Cruz	042,952.341-68		9.283,20	514,98	2.377,45	
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486,277.557-87	-	2.320,78			
SIEx 4.666/97	Margarida Itamar de Aquino Nunes,	109.183.101-72		8.383,44	446,26	2.103,12	_
·	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486,277,557-87		2.095,85			
SIEx 4.666/97	Maria Benedita Pereira Leite	138.910.901-10		9,283,20	514,98	2,377,45	
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486,277,557-87		2.320,79			
SIEx 4.448/97	Claudil Jones de Miranda	103.829.841-53		4.947,20	432.47	1.088,74	154,10
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486.277.557-87		1.236,79			
SIEx 1,036/97	João Cavalcante de Oliveira Filto	143,235,591-00		2.902,17	107,21	. 49,94	96,10
	Carlos Henrique Brazil Barbosan	486,277,557-87	!	725,00			
					/	/	
	Total Geral			112.817,35	3.911,03	19.195,35	684,86

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 03355/1997, entre as partes KATIA REGINA D'ORNELAS e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 10:44 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. FÁBIO PETENGILL, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 89 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 15/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 8083,92 até o dia 22/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste, feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 970,07 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 786,94 referem-se a FGTS e multa de 40%, R\$ 160,77 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais já recolhidas.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindose da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 10:52 horas. Nada mais.

WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO Juiz do Trabalho

Exequente.	 Patrono				
	•	-			
	• •				
Executado			_ Patrono _		

- MINISTERIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	PAGAMENTO	2100
INSTITUTO NACIONAL BO SEGURO SOCIAL - INSS	04 - COMPETÊNCIA	02/2.000
GUIA DADÓ DENCIA SOCIAL - C	05-IDENTHEICADOR	03020401/0001-00
NOME OU RAZÃO SOCIA PONE / ENDEREÇO EX-PROC nº 3.355/97- 653.2276	06 - Value do INSS	570,89
TIA REGINA D'ORNELAS	07 -	
	08 -	
VENCIMENTO to Exclusive de INSS)	09 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
TENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recoihimento de receita de valor inferior estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior	10 - ATM / MULTA E JUROS	
everá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses bsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	570,89
	12 - AUTENTICAÇÃO BANC	ÁRIA
BB 00460032 2	3022000	/570,89DC12662
		. ;

MINISTÉRIO DA FAZENDA 02 PERÍODO DE APURAÇÃO SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL 02/2.000 03 NÚMERO DO CPF OU CGC Documento de Arrecadação de Receitas Federals 03020401/0001-00 04 CÓDIGO DA RECEITA DARF 0588 05 NÚMERO DE REFERÊNCIA LEFONE PC.nº 3.355/97 - 653.2276 06 DATA DE VENCIMENTO REGINA D'ORNELAS 07 VALOR DO PRINCIPAL Veja no verso 1.489,67 instruções para preenchimento **08** VALOR DA MULTA 09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL · 1,025/09 **ATENÇÃO** 10 VALOR TOTAL . ado o recolhimento de tributos e contribuições inados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total 11 AUTENTICAÇÃO BANCARIA (SOM 1.489,67 pr a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse nas 1° e 2° vias) tributo/contribuição de mesmo código de períodos BB 00460043 23022000 tentes, até que o total seja Igual ou superior a R\$ 10,00. 1.489,67DC12662 PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos do processo n.º 02361/1997, entre as partes JOSEFINA GONÇALVES DA CRUZ e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 10:56 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA LOPES, cujo mandato é outorgado "aput acta". Ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 429 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 15/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exeqüente a importância líquida de R\$ 10475,00 até o dia 22/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exeqüente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 2095,00 se refere a honorários advocatícios.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 5272,64 reférem-se a FGTS e multa de 40%, R\$ 2008,82 refere-se a aviso prévio indenizado e R\$ 3193,54 refere-se a multa do art. 477 da CLT em férias indenizadas acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Custas processuais já recolhidas.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindose da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 11:19 horas. Nada mais.

WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO Juiz do Trabalho

Exequente	Patrono		
Executado	Patrono		

<u> </u>	T		
MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF NOME / TELEFONE	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	02/2,000
	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	→	03020401/0001-00
	04 CÓDIGO DA RECEITA	•	0588
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	*	
FIEX-PROC nº 2.361/97- 653.2276 SOUBEFINA GONCALVES DA CRUZ	06 DATA DE VENCIMENTO	•	
Veja no verso instruções para preenchimento	07 VALOR GO PRINCIPAL	•	1.070,64
	08 VALOR DA MULTA	•	
ATENÇÃO E vedado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total eja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subseqüentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1 025/69	•	
	10 VALOR TOTAL	•	1.070,64
	VSR 9045604. 113622700		

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23* REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos do processo n.º 02361/1997, entre as partes HILDEBRANDO DE AMORIM e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 11:20 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA LOPES, cujo mandato é outorgado "aput acta". Ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 429 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 15/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 13681,45 até o dia 22/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 2736,29 se refere a honorários advocatícios.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 6055,25 referem-se a FGTS e multa de 40%, R\$ 2627,09 referese a aviso prévio indenizado e R\$ 4321,66 refere-se a multa do art. 477 da CLT em férias indenizadas acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Custas processuais já recolhidas.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindose da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 11:27 horas. Nada mais.

WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO Juiz do Trabalho

Exequente		<u> </u>	Patrono
	•		
Executado			Patrono

<u> </u>		1º MA - INSS + 2º VIA - CONTRIBUINT
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MIPAS	03 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2100
Instituto nacional do seguro social - inss	04 - COMPETÊNCIA	02/2.000
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - CAS	05 - IDENTIFICATION	03020401/0001-00
SIEX-PROC 12.361/97 - 653.2276	06 - VALOR DO	54,19
HILDEBRANDO DE ANORIM	07 -	
	08 -	
12 · VENCIMENTO Uso Exclusivo do INSS)	09 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior os estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior	10 - ATM / MULTA E JUROS	
deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	54,19
	12 - AUTENTICAÇÃO BANC	ÁRIA
BB 00460033 2	3022000	54_19B=12662

<u> </u>	_		
MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federals DARF MELIFICACIONE 19 2.361/97 ~ 653.2276 DEBRANDO DE AMORIM .	62 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	02/2,000
	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	• (03020401/0001_00
	04 CÓDIGO DA RECEITA		0588
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	•	
	06 DATA DE VENOMENTO	→	
Veja no verso Instruções para preenchimento	07 VALOR DO PRINCIPAL	+ 1	.•722,30
	08 VALOR DA MULTA	•	
ATENÇÃO dedado o recolhimento de tributos e contribuições	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS OL - 1.025/69	→	
	10 VALOR TOTAL	+ 1	.722,30
ministrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total la inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse a tributo/contribuição de mesmo código de períodos	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente Ase 1º e 2º vise) BB 00460045 23022000		
equentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	,		;

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 05446/1997, entre as partes LEOVALDO S. AMORIM FILHO e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 11:38 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. CARLOS HENRIQUE BRAZIL BARBOSA, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 32 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 15/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exeqüente a importância líquida de R\$ 8580,28 até o dia 22/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exeqüente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1716,05 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1171,13 referem-se a FGTS e multa de 40% e R\$ 3343,26 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais já recolhidas.

•

• • • •

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindose da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 11:42 horas. Nada mais.

WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO Juiz do Trabalho

Exequente	Patrono		
••			
Executado	Patrono		

		1º VIA - INSS - 2º VIA - CONTRIBUINT
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	03 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2100
	04 - COMPETÊNCIA	02/2,000
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GRS	05 - IDENTIFICADOR	03020401/0001-00
STEXT FROC THE 5-446/97- 653-2276	06 - VALOR DOMNSS	325,27
LEOVALDO SORIANO DE AMORIM	07 -	
	08 -	
02 - VENCIMENTO (Use Exclusive do INSS)	09 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	JUROS	
	II - TOTAL	325,27
	12 - AUTENTICAÇÃO BANC	ÁRIA

SÃO DOMINGOS S.A. - INDÚSTRIA GRÁFICA - AV, MIGUEL ESTEFNO, 364 - CATANDUVA - SP - CNPJ 47.064.7380001.86

Instruções para preenchimento no verso

Subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

•			
MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	02/2.000	
Documento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF DU ÇGC.	03020401/0001-00	
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	0588	
01 E/TELEFONE	05 MUMERO DE REFERÊNCIA		
SIEX-PROC nº 5.446/97- 653.22.76 LEOVALDO SORIANO DE AMORIM	06 DATA DE VENCIMENTO	<u> </u>	
Veja no verso instruções para preenchimento	07 VALOR DO PRINCIPAL	1.588,06	
	08 VALOR DA MULTA	>	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1 025/59)	
É vedado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse	10 VALOR TOTAL	1.588,06	
		1	
valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos	76 99469946 EC9882993		

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 05446/1997, entre as partes LOURDES JOANINHA DE ALMEIDA e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 11:46 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. CARLOS HENRIQUE BRAZIL BARBOSA, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 32 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 15/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 8391,61 até o dia 22/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1678,32 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 957,47 referem-se a FGTS e multa de 40% e R\$ 2732,81 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. '

Custas processuais já recolhidas.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindose da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 11:50 horas. Nada mais.

Exequente	Patrono		
Executado	Patrono		

Ministério da previdência e assistência social - mpas	03 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2100	
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	04 - COMPETÊNCIA	02/2,000	
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	05 - IDENTIFICADOR	03020401/0001-00	
I - NOME OU RAZÃO SOSTA FONE / ENDEREÇO (**)* SIEXPROC nº 5.446/97 - 653-2276	06 - VALOR DO INSS	376,10	
LURDES JOANINHA DE ALMEIDA .	07 -		
POKUES JONATHUN DE UPHETON .	08 -		
2 - VENCIMENTO Uso Exclusivo do INSS)	09 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES		
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior o estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior	JUROS		
ĉeverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subseqüentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	376,10	
<u> </u>	12 - AUTENTICAÇÃO BANC	ÁRIA	
BB 00460035 236	DEE000	376, 10DC12662	

MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	02/2,000
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	•	03020401/0001-00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	•	0588
	06 NÚMERO DE REFERÊNCIA	•	
Me/Telefone PROC nº 5.446/97 - 653.2276 DES JOANINHA DE ALMEIDA	06 DATA DE VENCIMENTO	•	
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	•	1.580,96
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	•	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69	•	
dado o recolhimento de tributos e contribuições	10 VALOR TOTAL	*	1,580,96
inistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor tota inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse ao tributo/contribuição de mesmo código de periodos	BB 00460047 236		<i>1</i>
pequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00 A SIA MOUSTRIA GRÁFICA - RUA AIMORÉS, 6-9 - BAURU - SP - C.O.C. 44.890.801/0001-43 (1958) COO, 15	·]		

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 350/1997, entre as partes HILTON DO ESPÍRITO SANTO e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 12:27 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. CARLOS HENRIQUE BRAZIL BARBOSA, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 16 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 15/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 9344,23 até o dia 22/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1868,84 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1692,31 referem-se a FGTS e multa de 40%, R\$ 543,42 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais no valor de R\$ 186,88, calculadas sobre o valor bruto do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindose da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 12:31 horas. Nada mais.

Exequente	Patrono		
	•		
Executado	Patrono		



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL-MIAS	2 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	21.00
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS	4-COMPETÊNCIA	02/2.000
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	5 - EDENTIFICADOR	03020401/0001-00
I - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE/ ENDEREÇO:	6 - VALOR DO INSS	568,68
Siel-Proc nº0350/97-653.2276	7-	
Hilton Do Espirito Santo	3-	
2 - VENCIMENTO (Uso Exclusivo do INSS).	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inférior ao estipulado em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor	10 - ATMANULTA E JUROS	
inferior deverá ser adicionada à contribuição on importância correspondente nos meses subsequentes, até que o tal seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11-TOTAL	568,68
BB 00460036 23022000	12-AUTENTICAÇÃO BAN	CARIA 58,68DC12662
Institution and control to make the control	•	

INSTRUCTOR PROPERTY OF THE PRO

and the same								
	MINIST	ÉRIO DA F	AZENDA		02 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	02/2.000	77
1			CEITA FEDERAL Idação de Receitas F		03 NÚMERO DO CPF OU CGC	•	03020401/0001	-00
A STATE OF THE PARTY OF THE PAR			,	1	04 CÓDIGO DA RECEITA	•	0588	
	DAR				05 NÚMERO DE REFERÊNCA		0500	
01 NOME / TO SIEX-PR HILTON	elefone ROC nº () I DO ESP:	350/97 - (Irito san	553.2276 10		06 DATA DE VENCIMENTO	*		
	:	Veja ng	verso		07 VALOR DO PRINCIPAL	*	1.587.89	
	ins	truções para	preenchimento		08 VALOR DA MULTA	•	·	
,		ATEN	ÇÃO	···	09 VALOR DOS JUROS E / O ENCARGOS DL - 1.025/69	•		
É veda	do o tec	olhimento (ie tributos e cont	ribuições	10 VALOR TOTAL	*	1.587,89	
seja infe valor ao subseqü	rior a R\$ 1 o tributo/co lentes, até	0,00. Ocorro intribulção d que o total se	Receita Federal cujo endo tal situação, adic e mesmo código de ja Igual ou superior a	periodos R\$ 10,00.		48 230	i.	1.587,89DC1
TE CO	de Arre	oadaça d	RU-SP-C.G.C. 44,990,001/0001-43	03 1	HIPDO DE APURAÇ			
<u>.</u>	-	DARF	- STOLE	-	MENG TO COL ON C	20C	03.474.053/	
HOME!	TELEVINO		*		DIGO DA RECRITA		150	
ADEC	ESENVE	EVIMENT	n me san		dego de Kerekênc		SIEK/00035	
DEMA	AT.		O DE MIT	- Ar	-		,	V/ I . 997
		*		00 00	A DE VENEDARIO		22/02/	
					A DE VENCIACION			<u></u>

*	স্	•
	02 período de apuração	
Federai	03 MÚMBRO DO CPIP OU CGC	03.474.053/0001-32
,	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505
)	05 MÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/000350/1.997
5	06 DATA DE VENCIMENTO	22/02/2000
	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$186,88
	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
	10 VALOR TOTAL	R\$186,88
mistrados pels 2 R\$ 10,00. 2016buição de lejs igual ou	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Some	nte nas 1º e 2º vias)
•	1	
	<u> </u>	

BB 00460069 23022000

/ 186,88DC12662

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 7528/1997, entre as partes CLAUDIA ESTRAL DE ALMEIDA e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 12:30 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Francisco De Assis Da Silva Lopes, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 111 verso para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 15/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 10762,43 até o dia 22/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 135,00 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1601,95 referem-se a FGTS e multa de 40%, R\$ 4017,59 referese a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, R\$ 1855,77 refere-se ao reflexo salarial no aviso prévio e R\$ 3287,12 refere-se a multa do art. 477 da CLT estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais no valor de R\$ 247,78, calculadas sobre o valor bruto do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 12:46 horas. Nada mais.

• • •

• • •

Exequente					Patrono		
	_				,		
Executado					Patrono		

<u></u>			
MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	*	02/2.000
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federals	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	*	03020401/0001-00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	•	0 588
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	_	
01 NOME / TELEFONE		7	
SÍEX-PROC nº 7.528/97 - 653.2276 CLAUDIA ESTRAL DE ALMEIDA .	06 DATA DE VENCIMENTO	•	
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	•	2.159,13
Instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	•	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69	*	
É vedado o recolhimento de tributos e contribuições	10 VALOR TOTAL	*	2.159,13
administrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse	DD AAA (AAA)		/

subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

the state of the s	<u> </u>	
cinistèrio da fazenda	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federal	03 MÚMERO DO CPF OU CGC	03.474.053/0001-32
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505
01 HOME/TELEPONE	05 Húmero de referência	SIEx/07.528/1.997
Cha DE DESENVOLVIMENTO DE MT	06 DATA DE VENCIMENTO	22/02/2000
CODEMAT	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$247,78
	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
	10 VALOR TOTAL	R\$247,78
É vedado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor eo tributo/contribuição de mesmo código de pertodo subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Some	inte nas 1º e 2º vias)
)	BB 00460070 23022000	. J _{247,78RC12662}

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 4666/1997, entre as partes LUZIA HELENA DE FREITAS CRUZ e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 12:49 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Carlos Henrique Brazil Barbosa, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 32 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 15/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 11603,99 até o dia 22/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 2320,79 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1134,64 referem-se a FGTS e multa de 40%, R\$ 4032,01 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais já recolhidas.

•••••••

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindose da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 13:08 horas. Nada mais.

Exequente		Patrono
Executado	<u> </u>	Patrono

		1º VIA - INSS - 2º VIA - CONTRIBUINTE
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	03 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2100
TO THE TOTAL DO SECONO SOCIAL - INSS	04 - COMPETÊNCIA	02/2.000
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	05 - IDENTIFICADOR	03020401/0001_00
DI NOME OU RAZÃO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO SIEX-PROC. nº 4.666/97- 653.2276	06 - VALOR DO INSS	514.98
LUZIA HELENA DE FREITAS CRUZ .	07 -	
TABLE AS CROZ	08 -	
02 - VENCIMENTO (Uso Exclusivo do INSS)	09 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior	10 - ATM / MULTA E JUROS	
deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	514,98
	12 - AUTENTICAÇÃO BANC	CÁRIA
ББ 00460037 		J 5.4, 980618669
Instruções para preenchimento no verso SÃO DOMINGOS S.A INDÚSTRIA GRÁ	FICA - AV. MIGUEL ESTEFNO. 36	4 - CATANDUVA - SP - CNPJ 47,064,738/0001-86

MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	02/2.000
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	•	03020401/0001-00
DARF	04 CODIGO DA RECEITA	→	0588
NOME / TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	•	
IEX-PROC nº 4.6067/97-653.2276	06 DATA DE VENCIMENTO	•	
Veja no verso instruções para preenchimento	07 VALOR DO PRINCIPAL	•	2.377,45
	08 VALOR DA MULTA	•	
ATENÇÃO vedado o recolhimento de tributos e contribuições	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1 025/69	+	
	10 VALOR TOTAL	4	2.377,45
administrados pela Secretaría da Receita Federal cujo valor total eja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse alor ao tributo/contribuição de mesmo código de periodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00, bha sa intrustria grafica. Pur amores eo BAURU-SP CGC 44 000 901 0001 433 (1880) CON 1981	88 904 46958 20		

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 4666/1997, entre as partes MARGARIDA ITAMAR DE AQUINO NUNES e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 13:10 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Carlos Henrique Brazil Barbosa, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 32 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 15/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exeqüente a importância líquida de R\$ 10479,29 até o dia 22/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exeqüente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 2095,85 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1076,23 referem-se a FGTS e multa de 40%, R\$ 3824,88 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais já recolhidas.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 13:26 horas. Nada mais.

Exeqüente	 	Patrono	
	· ·		
Executado	1	D .	
Executado	 	_ Patrono	

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		1º VIA - INSS - 2º VIA - CONTRIBUINTE
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	03 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2100
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	04 - COMPETÊNCIA	02/2,000
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	05 - IDENTIFIÇADOR	03020401/0001-00
OI - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO SIEX-PROC nº 4.666/97 - 653-2276	06 - VALOR DO INSS	446,26
MARGARIDA ITAMAR DE AQUINO NURES	07 -	
	08 -	
DZ - VENCIMENTO (Uso Exclusivo do INSS)	09 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior	JUROS	
deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	446,26
	12 - AUTENTICAÇÃO BANC	ÁRIA
BB 0046003B	23022000	/ 446,26DC12662
Instruções para preenchimento no verso SÃO DONINGOS S.A. INDÚSTRIA GRÁ	FICA - AV MIGUEL ESTEFNO. 36	4 - CATANDUVA - SP - CNPJ 47,064,738/0001-8/

	•	02/2.000
03 NÚMERO DO CPF OU CGC	•	03020401/0001-00
04 CÓDIGO DA RECEITA	•	0588
05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	_	
	7	
06 data de vencimento	→	
07 VALOR DO PRINCIPAL	_	
	-	2.103,12
08 VALOR DA MULTA	→	
09 VALOR DOS JUROS E/OU	_	
	7	
;	→	2.103,12
		/
	04 CÓDIGO DA RECEITA 05 NÚMERO DE REFERÊNCIA 06 DATA DE VENCIMENTO 07 VALOR DO PRINCIPAL 08 VALOR DA MULTA 09 VALOR DOS JUROS E / CU ENCARGOS DL 1.025/69 10 VALOR TOTAL	04 CÓDIGO DA RECEITA 05 NÚMERO DE REFERÊNCIA 06 DATA DE VENCIMENTO 07 VALOR DO PRINCIPAL 08 VALOR DA MULTA 09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL 1.025/69 10 VALOR TOTAL 11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente 28 80460051 236

•

•••••••

•

••••

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 4666/1997, entre as partes MARIA BENEDITA PEREIRA LEITE e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 13:30 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente a procuradora da exequente Sra. Maria José Pereira Leite, que apresenta neste ato mandato outorgado por sua irmã através de instrumento publico que ora é apresentado no original, conferindo-lhe com a cópia que ora é juntada aos autos, com poderes para representá-la nesta audiência. Presente também o Dr. Carlos Henrique Brazil Barbosa, advogado regularmente constituído nos autos. Ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 32 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 15/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 11603,99 até o dia 22/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 2320,79 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1134,64 referem-se a FGTS e multa de 40%, R\$ 4032,01 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais já recolhidas.

•••

•

• • •

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 13:37 horas. Nada mais.

•	WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO
	Juiz do Trabalho

Exequente	Patrono
Executado	Patrono

	T	1º VIA - INSS - 2º VIA - CONTRIBU
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	03 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2100
	04 - COMPETÊNCIA	02/2,000
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	05 - IDENTIFICADOR	03020401/0001-00
DI - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO SIEX-PROC nº 4.666/97 - 653.2276	06 - VALOR DO INSS	514,98
MARIA BENEDITA PEREIRA LEITE .	07 -	
	08 -	
02 - VENCIMENTO (Uso Exclusivo do INSS)	09 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	IO - ATM / MULTA E JUROS	
	11-TOTAL	514,98
	12 - AUTENTICAÇÃO BANC	ÁRIA

•

BB 00460039 23022000

/514,98DC12662

Instruções para preenchimento no vetso SÃO DOMINGOS S.A. - INDÚSTRIA GRÁFICA - AV. MIGUEL ESTEFNO, 361 - CATANDUVA - SP - CNPJ 47.064.758/10001-86

MIN. TÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	02/2.000
Documento de Arrecadação de Receltas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	03020401/0001-00
DARF	04 COOIGO DA RECEITA	0588
%1EXEPROC Nº 4.666/97- 653.2276	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
MARIA BENEDITA PEREIRA LEITE	06 DATA DE VENCAMENTO	
Veja no verso instruções para preenchimento	07 VALOR DO PRINCIPAL	2.377,45
	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1 025/69	
É vedado o recolhimento de tributos e contribuições		2.377,45
administrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja Inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de periodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	BB 00460057 230220	/

•••••••

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercicio na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 4448/1997, entre as partes CLAUDIL JONIS DE MIRANDA e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 09:55 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. CARLOS HENRIQUE BRAZIL BARBOSA, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 13 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 15/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 6183,99 até o dia 22/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1236,79 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 483,34 referem-se a FGTS e multa de 40%, R\$ 294,70 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais no valor de R\$ 154,10, calculadas sobre o valor bruto e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

...

•

•

•

•

•

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindose da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 10:02 horas, Nada mais.

Exequente		Patrono	
Executado	· <u></u>	 Patrono	

	<u> </u>	1º VIA - INSS - 2º VIA - CONTRIBUINTE
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	93 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2100
MARIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	04 - COMPETÊNCIA	02/2.000
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCELL- GPS	05 - IDENTIFICADOR	03020401/8998-00
SIEX-PROG. nº 4.448/97- 653.2276	06 - WILDE DOWNSS	432.47
CLAUDIL JONES BE MIRANDA.	07 -	
	08 -	
02 - VENCIMENTO (Uso Exclusivo do INSS)	09 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses	i Juros	15.44.0
subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	II - TOTAL	432,47
;	12 - AUTENTICAÇÃO BANÇÃ	
PB 0046004	0 23022000	432,470C12662.
Instruções para preenchimento no verso SÃO DOMINGOS S.A. INDÚSTRIA GRÁ		

	•	
MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	02/2,000
Documento de Arrecadação de Receitas Federal	s 03 NÚMERO DO OPF OU OGC	03020401/0001=00
DARF		588
PROC nº 4.448/97- 653.2276	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
IL JONES DE MIRANDA .	06 data de vencimiento	
. Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	÷088,74
Instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1,025/69	<u></u>
dado o recolhimento de tributos e contribuiçõ	10 VALOR TOTAL	-080
nistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor to nferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione es ao tributo/contribuição da mesmo código da perior aquentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10, инобатала спалага амилесь ез валял эр содо 44,900,901001-43 (1858) соб	BB 00460055 23022000 dos 00.	1.088,74DC12662
STERIO DA PARENDA	02 PERTODO DE APURAÇÃO	
METARIA DA MECEITA MEDERÁL Duento de Afrecadação de Receitas Federais	03 Número do Cry ou ècc	03.474.053/0001-32
DARF	04 CÓDIGO DA RECRITA	1505
HOME/TELEFORE	05 MÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/04.448/1.997
A DE DESENVOLVIMENTO DE MT ODEMAT	OS DATA DE VENCIMENTO	22/02/2000
ODENIAI	07 VALOR DO PRÍNCIPAL	R\$154,10
·	08 VALOR DA MILTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/00 ENCARGOS DL - 1.025/69	
;	10 VALOR TOTAL	R\$154,10
vido o recolhimento de tributos, e contribuições administrados pela tria da Receita Pederal cujo vaior total seja inferior a R\$ 10,00, rendo tal situação, adicione case valor ao tributo/contribuição de código de periodo aubisequentes, até que o total seja igual ou nior a R\$ 10,00.	11 AUTEMPICAÇÃO BASCÁRIA (SON BB 00460071 23022000	mente nas 1º a 2º vias)
	*.	######################################

.

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 1036/1997, entre as partes JOÃO CAVALCANTE DE OLIVEIRA FILHO e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 09:26 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. CARLOS HENRIQUE BRAZIL BARBOSA, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 15/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exeqüente a importância líquida de R\$ 3627,17 até o dia 22/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exeqüente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 725,00 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 2287,00 referem-se a FGTS estando assim a salvo das contribuições previdenciárias e fiscais, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais no valor de R\$ 96,10, e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 09:50 horas. Nada mais.

••••••

Exeqüente		Patrono
-		
	i c v	
Executado		Patrono

MINISTERIO DA BREVIDÊNCIA E ASSITÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGUROSOCIAL - INSS	03 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	1º VIA - INSS - 2º VIA - CONTRIBUINTE
# #	04 - COMPETÊNCIA	02/2.000
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	05 - 10HISTIFICADOR	03020401/0001-00
NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO	06 - VALOR DOVINSS	107.21
SIEX-PROC nº 1.036/97 - 653.2276 JOÃO CAVALCANTE DE CLIVETRA FILHO.	07.	
	08 -	
12 - VENCIMENTO Uso Exclusivo do INSS)	09 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada à utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior o estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior	JUROS	
deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total sela igual ou superior ao valor mínimo fixado.	II - TOTAL	107,21
•	12 - AUTENTICAÇÃO BAN	CÁRIA
BB 004600	41 23022000	107,21DC12662
	• •	أشهدة المستبد

DARF	04 CÓDZGÓ BA RECE	TTA.	1505
le ao tributo/contribuição de mesmo código de perio baequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10 moustria grafica. Rua amoriés, ea - Bauriu - EP - C.G.C. 44.990.8010001-49	0,00.	~	•
Immistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal aituação, adicione	esse DR 00440054 23		/
adado o recothimento de tributos e contribuiç		•	49,94
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / ENCARGOS DL - 1.025/6		
Instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	•	
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	*	49,94
iex-proc nº 1.036/97- 653-2276 Ono Cavalcante de Oliveira Filho	06 DATA DE VENCIMENTO	•	
NO E / TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNC	CIA ᡨ	
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	*	0588
Documento de Arrecadação de Receitas Federa	03 NÚMERO DO CPF OU CO	3C →	03020401/0001-00
MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	02/2.000
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		•	- " - "

	A MODERN DO COO	03.474.05370001-32
DARF	04 CÓDZGO BA RECEITA	1505
Iome/Telepone	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	SIER/01.036/1.997
DE DESENVOLVEMENTO DE MT	OS DATA DE VERCIMENTO	22/02/2000
DEMAT	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$96,10
.* *	OS VALÉR DA MILTA	
atenção	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DE - 1.025/69	•
	10 VALOR TOTAL	R\$96,10
io o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela trib da Receita Faderal culo sator total seja inferior a R\$ 10,00 do lai situação, adicione esse valor ao izibuto/pontaliuição do codigo de período subsequentes, até que o total seja igual ou a R\$ 10,00.		nte nas 1º e 2º vias)

BB 00460078 23022000

J 96,10RC12662



COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO



OFÍCIO N.º 025/DAF/00

Cuiabá, 22 de Fevereiro de 2000.

Ilmo Sr. **ANTONIO MARCOS MORENO MUNHOZ** MD. Gerente de Expediente **BANCO DO BRASIL** NESTA

METAMAT Protocolo Nº 498 100 Processo Nº Sedão do Comunicação

Senhor Gerente

Solicitamos de V. Sª levar a débito da conta 01.040.603-4 da Companhia Matogrossense de Mineração - Conta Metamat C/Rescisões Não Elegíveis, a importância de R\$ 20.319,14 (vinte mil, trezentos e dezenove reais e quarenta e um centavos), referente aos processos trabalhistas, conforme discriminação abaixo:

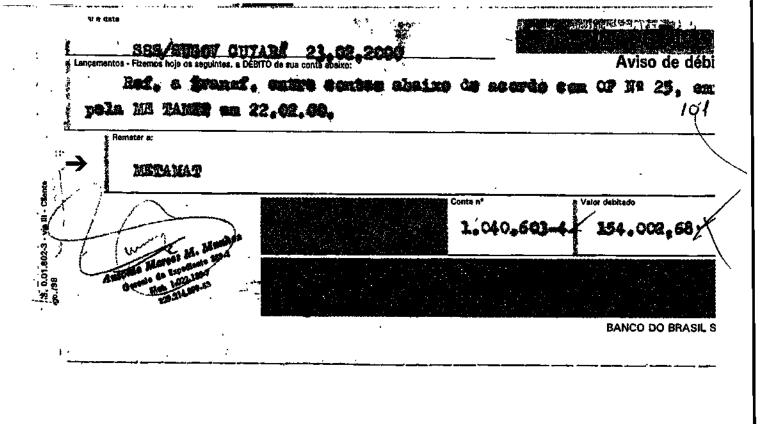
Processo SIEx	Interessado	C. P.F.	Forma Pagto	Valor
1.802/97	Manoel José dos Santos	027.933.001-44	Contra Recibo	8.693,21
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486.277.557-87	Contra Recibo	2.173,30
1.802/97	Dario Francisco Sampaio	045.939.011-20	Contra Recibo	7.562,32
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486.277.557-87	Contra Recibo	1.890,58
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	TOTAL			20.319,41

Atenciosamente

SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA Diretor Administrativo Financeiro

more, Programme

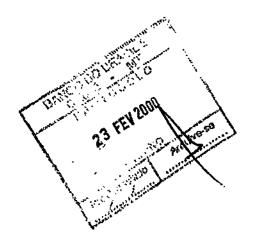
AV. JURUMIRIM, 2970 - PLANALTO - CEP: 78.050-300 - CUIABÁ-MT TELEFAX/653-3200 - PABX-653-2276/1888



PROCESSO	INTERESSADO	CPF	FORMA PAGTO	VALOR	INSS	IRRF	SIEx
SIEx 6.075/97	Maria Carmelita Sales Perna		Contra Recibo	2.296,18	0,00	0,00	57,38
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486.277.557-87		573,80	<u> </u>		
SIEx 6.603/97	Maria Carmelita Sales Perna	267.509.451-04	Contra Recibo	7.132,60	593,80	1.727,31	178,30
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486.277.557-87		1.783,00			
SIEx 1.802/97	Fabíola Bordignon Quadros	151.481.300-91	Contra Recibo	12.804,80	135,50	98,75	320,12
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486.277.557-87		3.201,20			
SIEx 1.018/97	Oacy Pinheiro de Andrade	206,006.151-20	Contra Recibo	12.773,09	•	-	290,28
	Fábio Petengill	621,679.011-00		1.741,68			
SIEx 3.681/97	Luiz Henrique Nogueira Borges	947.173.468-15	Contra Recibo	10.335,78	689,60	2.689,21	-
	Francisco de Assis da Silva Lopes			2.583,80			
SIEx 4,666/97 e 1.823/97		207.248.961-04	Contra Recibo	9.317,77	462,20	1.776,25	232,92
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486,277.557-87		2,329,20			
SIEx 7.003/97 e 6.779/97		045.938,801-06	Contra Recibo	9.303,41	606,20	2.158,13	232,58
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486.277.557-87		2.325,85		' <u> </u>	
SIEx 6.988/97 e 1.679/97		329.019.841-34	Contra Recibo	12.297,14	256,23	450,33	307,42
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486,277.557-87		3.074,28			
SIEx 5.889/97 e 2,702/97		045.962,421-00	Contra Recibo	6.800,61	455,36	1.409,52	170,00
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486.277.557-87		1.700,00		A	
SIEx 6.300/97 e 1.536/97		345,954,901-78	Contra Recibo	7.276,80	493,34	1.418,06	181,92
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486.277.557-87		1.819,20	· i		/ 20.



	SIEx 4.006/97 e 5.854/97	Ione Fernandes Pimenta	345.922.701-00	Contra Recibo	7.899,61	410,08	1.534,49	79,54
-		Vera Lúcia Alves Pereira	065.379.601-34		1.077,21			
4	SIEx 6.390/97	Erotides Maria da Silva	332,876,787-87	Contra Recibo	8.810,20	708,45	2.199,40	220,25
ſ		Carlos Henrique Brazil Barbosa	486.277.557-87		2.202,55			
,						/		
Į		TOTAL			131.459,76	4.810,76	15.461,45	2.270,71



......

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juíza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI; em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 6390/1997, entre as partes EROTIDES MARIA DA SILVA e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 11:54 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu(ua) advogado(a) Dr. Carlos Henrique Brazil Barbosa, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 31 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 16/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 11012,75 até o dia 23/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 2202,55 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 997,37 referem-se a FGTS e multa de 40%, R\$ 1159,71 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 220,25, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

•••••

• • •

•

•

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 11:58 horas. Nada mais.

ELEONORA ALVES L. BONACCORDI Juíza do Trabalho

Exequente		Patrono
Executado	•	Patrono

substant of 667	
4	
7	
Ę	
3	1 - NOME OU RA
	SIEX- RRO
	OTEV- MIC

MINISTÈRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS

GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS

2909 4 - COMPETÊNCIA

02/2.000

ZÃO SOCIÁL / FONE / ENDEREÇO

OC nº 6.390/97 - 653-2276

EROTIDES MARIA DA SILVA

3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO

5 - IDENTIFICADOR

6 - VALOR DO INSS

7-

2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS) 9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES

ATENÇÃO: É vectada a utilização de GPS para recolhimento de receita de velor interior so estipulado em Resolução publicada pelo INSS, A receita que resultar valor inferior devent ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seje igual ou auperior so valor mínimo ficado.

10 - ATM/MULTA E JUROS

11 - TOTAL

708,45 12 - AUTENTICAÇÃO BANCARIA

708,45

03.020.401/0001-00

BB 00460150 24022000

708,45RC12558

instruções para presnchimento no verso

-- 220,

-88-90460184-14832688

código de período subsequentes, sé que o total seja igual ou superior a R\$

10,00.

Poder judiciário Justiça do Trabalho Tribunal regional do Trabalho da 23º região Secretaria integrada de Execuções - Siex

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juíza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 6075/1997, entre as partes MARIA CARMELITA SALES PERNA e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 10:52 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu(ua) advogado(a) Dr. Carlos Henrique Brazil Barbosa, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes às fis. 43/59 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 16/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 2869,98 até o dia 23/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 573,80 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 2869,98 referem-se a FGTS e multa de 40%, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias e fiscais, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 57,38, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 11:03 horas. Nada mais.

•

•

• • •

ELEONORA ALVES L. BONACCORDI Juíza do Trabalho

Exeqüente			Patrono	Patrono	
•					
		•			
Executado	·		Patrono		

enistério da fasenda Ecretaria da receita federal	02 PERÍODO DE APURAÇÃO				
poumento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	03 MUMERO DO CPF OU CGC	03. 474 .053/0001-32			
DAIG	04 CÓDIGO DA RECEITA				
01 NOME/TELEFONE	05 Múmbro de Referência	SIEx/06.075/1.997			
CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT CODEMAT	06 DATA DE VENCIMENTO	23/02/2000			
	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$57,38			
	08 VALOR DA MULTA				
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69				
	10 VALOR TOTAL	R\$57,38			
vedado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocomendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de esmo código de período subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Some	nte nas 1º e 2º vias)			

BB 00460101 23022000

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juíza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 6603/1997, entre as partes MARIA CARMELITA SALES PERNA e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 11:05 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu(ua) advogado(a) – Dr. Carlos Henrique Brazil Barbosa, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes às fl. 59 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 16/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 8915,60 até o dia 23/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1783,00 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 731,57 referem-se a FGTS e multa de 40%, R\$ 761,41 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

£ , 4

Custas processuais são arbitradas em R\$ 178,30, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução, podendo ser deduzido do valor pago a fl. 189.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 11:14 horas. Nada mais.

••••••••••

ELEONORA ALVES L. BONACCORDI Juíza do Trabalho

pycdacure		rationo
~ · · ·	•	
Executado	•	Patrono

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909
INSTITUTO NACIONAL DO SEBURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000
,	5 · IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO SIEX-PROC nº 6.603/97 - 653.2276	6 - VALOR DO INSS	593,80
MARIA CARMELITA SALES PERNA	7-	
	8-	
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 · VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedade autilização de GPS para recohimento de receita de valor inferior ao estiputado em Resolução publicada palo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à	10 - ATMMULTA E JUROS	
contribuição ou importância correspondente nos meses subseqüentes, até que o total seja igual ou superior so valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	593,80
00460149 24022000	12 - AUTE	NTICAÇÃO BANCÁRIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA		02 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	02/2.000	114	
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Fede	rais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC				
DARF		04 CÓDIGO DA RECEITA		03.020.401.40001-00		
NOME / TELEFONE		05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	-	0588		
PROC nº 6.603/97 - 653.2276 ALEA CARMELITA SALES PERNA		06 DATA DE VENCIMENTO	•			
Veja no verso Instruções para preenchimento		07 VALOR DO PRINCIPAL	•	1.727,31		
• · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		08 VALOR DA MULTA	•			
ATENÇÃO		09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1,025/89	*			
Addado o recolhimento de tributos e contribuid in strados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor	ções	10 VALOR TOTAL	•	1.727,31		
Ja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione lor ao tributo/contribuição de mesmo código de perío Danuentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10 ta su indústria gráfica. Film amonés, 64- Bauriu- 87- CO.C. 44,890,801,0001-40	esse odos	11 AUTENTICAÇÃO BANCARIA BB 00460139			1.727,31RC12558	
Ponto de Arreceniação de Receitas Federala DARF	0.3	NUMBRO DO CERPÓD	eoc.	03.474.05	3/0901-32	
	04	CÉDIGO DA RECKET		15	05	
ACME/TELEFORE	95	NÚMERO DE REFERÎ	icea .	SIEx/06.	603/1-997	
TA DE DESENVOLVEMENTO DE MT	OE BATA DE VENCEMENTO			23/6	2/2000	
	87 1	ALOR BO PRINCIPA	L	R\$1	78,30	
	08 7	VALOR DA MULTA				
• atenção		Mich des Jures 2/6 Leges di - 1.029/6	_			
	10	VACOR TOTAL		R\$.	178,30	
edicio o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela como da Receita Pederal cujo valor total seja intúctor a RE 10.00. mendo tal situação, sóicione esse valor so tributocontribuição de escodigo de período subsequentes, até que o total seja igual ou esta RE 10.00.	11 M	DTENTIGAÇÃO SANGÂR	IA (Som	mate has 1 a 2ª	Vias)	
	. Le	BB 00460f02	230226)00 V	178,30BC1e563	

.

.

•••••

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

••••••••

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juiza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 1018/1997, entre as partes OACY PINHEIRO DE ANDRADE e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 11:47 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu(ua) advogado(a) Dr. Fábio Petengill, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 39 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 16/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 14514,77 até o dia 23/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1741,68 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 14514,77 referem-se a FGTS e multa de 40% estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 290,28, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 11:51 horas. Nada mais.

ELEONORA ALVES L. BONACCORDI Juiza do Trabalho

Exequente	Patrono	
Executado	Patrono	

TOTO DA TAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	<u> </u>		
DARF	03 Número do CPT ou CGC	03.474.053/0001-32		
	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505		
ncae/Telefone	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/01.019/1.997		
LEE DESENVOLVIMENTO DE MT DEMAT	06 DATA DE VENCIMENTO	23/02/2000		
TOWAYI	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$290,28		
. ●	08 VALOR DA MULTA			
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU EMCARGOS DL - 1.025/69			
	10 VALOR TOTAL	R\$290,28		
lo recolhimento de tributos e contribuições administrados pela ria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Iducal situação, adicione esse valor so tributo/contribuição de cetágo de periodo subsequentes, até que o total seja igual ou ra R\$ 10,00.				
	BB 00460104 23022000	290,28DC12563		

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juíza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 3681/1997, entre as partes LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA BORGES e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 11:42 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu(ua) advogado(a) Dr. Francisco De Assis Da Silva Lopes, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 101 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 16/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exeqüente a importância líquida de R\$ 12919,58 até o dia 23/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exeqüente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 2583,80 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1141,92 referem-se a FGTS e multa de 40%, R\$ 631,50 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, R\$ 1263,02 refere-se ao reflexo salarial no aviso prévio e R\$ 1263,02 refere-se a multa do art. 477 da CLT estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam às partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais já recolhidas as fls. 88.

•

•••••••

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências; voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 11:45 horas. Nada mais.

ELEONORA ALVES L. BONACCORDI Juíza do Trabalho

Exequente	Patrono
Executado	Patrono

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGUEO SOCIAL - INSE	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909 120
INSTITUTO NACIONAL DO SEQURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000
1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
SIEX-PROC .Nº 3.681/97 - 653.2276 LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA BORGES	6 - VALOR DO INSS	689,60
DOLL MENTIONE MOCHETRY BORGES	7-	
	8.	
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de velor inferior ao estipulado em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser edicionada à contributo de contributo de	10 - ATM/MULTA E JUROS	
contribuição ou importância correspondente nos meses subseqüentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	689,60
	12 - AUTEN	TICAÇÃO BANCARIA
I	BB 00460153 24022000	689,60RC12558

g Instrucões para preenchimento no verso

02 PERÍODO DE APURAÇÃO MINISTÉRIO DA FAZENDA 02/2.000 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL 03 NÚMERO DO CPF OU CGC Documento de Arrecadação de Receitas Federals 03.020.401/0001-00 **Q4** CÓDIGO DA RECEITA DARF 0588 05 NÚMERO DE REFERÊNCIA Q1 NOME / TELEFONE SIEX-PROC nº 3.681/97 - 653.2276 OR DATA DE VENCIMENTO LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA BORGES 07 VALOR DO PRINCIPAL • 2,689,21 Veja no verso Instruções para preenchimento 08 VALOR DA MULTA 09 VALOR DOS JUROS E / QU ENCARGOS DL - 1,025/69 **ATENÇÃO** 10 VALOR TOTAL É vedado o recolhimento de tributos e contribuições 2,689,21

administrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja __ierior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribulção de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00. TILIBRA S/A INDÚSTRIA GRÁFICA - RUA AIMORÉS, 6.9 - BAURU - SP - C.G.C. 44.990.901/0001-43 (2000. 15090)

11 ALITENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1º e 2º vias)

BB 00460143 24022000

2.689,21RC1

689,60RC12558

Poder judiciário Justica do trabalho Tribunal regional do trabalho da 23º região Secretaria integrada de execuções - siex

......

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juíza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 4666/1997 e 1823/1997, entre as partes LUIZ CARLOS DOS SANTOS e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 11:20 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juiza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu(ua) advogado(a) Dr. Carlos Henrique Brazil Barbosa, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 32 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 16/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exeqüente a importância líquida de R\$ 11646,97 até o dia 23/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exeqüente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 2329,20 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 3416,57 referem-se a FGTS e multa de 40%, R\$ 2452,83 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 232,92, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução, podendo ser deduzido do valor pago a fl. 112.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 11:39 horas. Nada mais.

ELEONORA ALVES L. BONACCORDI Juiza do Trabalho

Exequente			 Patrono	
Executado	·	<u>.</u>	 Patrono	

ŧ

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000
	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
IEX-PROC nes: 4.6667/97 e 1.823/97	8 - VALOR DO INSS	462,20
UIZ TOSHIYUKI ARIZAWA .	7-	/
, , , , , , ,	8-	A service of
- VENCIMENTO [Uso exclusivo INSS]	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	/
ATIENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor interior ao estipulado In Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à	10 - ATMMULTA E JUROS	
contribulção ou importância correspondente nos mases subseqüentes, até que lotal seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	462,20 /
	12 - AUTE BB 00460152 240220	NTICAÇÃO BANCARIA 462,20RC12558

.

ruções para preenchimento no verso

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	02 período de apuração	→	02/2.000
Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	*	03.020.401/0001-00
	04 CÓDIGO DA RECEITA	•	0588
NOME / TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	•	
TO PROC . № 4.666/97 e 1.823/97 LUN TOSHIYUKI ARIZANA - 653.2276	06 DATA DE VENCIMENTO	•	
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	*	1.776.25
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	•	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1 025/69	•	
vedado o recolhimento de tributos e contribuições		•	1.776,25
Inmistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse alor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos abeqüentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00. IR INDUSTRIA GRAFICA - RUA AIMORES, 640 - BAURU - SP - CO C 440 9800 401 0001-40 0001 1500	BB 00469142 240820	-	1, 776, 25RC12558

DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505
OME/TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/01.823/1.997
DE DESENVOLVIMENTO DE MT DEMAT O	06 DATA DE VENCIMENTO	23/02/2000
	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$232,92
	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
	10 VALOR TOTAL	R\$232,92
o o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela teria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 19,00. Indo tal situação, adicione esse valor so tributo/contribuição de codigo de período subsequentes, até que o total seja igual ou tera R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somen	te nas 1º e 2º vias)

BB 00460105 23022000

V 232,92DC12563

Poder judiciário Justiça do Trabalho Tribunal regional do Trabalho da 23º região Secretaria integrada de Execuções - Siex

••••••

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juíza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 07003/1997 e 6799/1997, entre as partes JONAS GARCIA e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 12:01 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu(ua) advogado(a) Dr. Carlos Henrique Brazil Barbosa, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 31 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 16/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 11629,26 até o dia 23/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 2325,85 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1866,22 referem-se a FGTS e multa de 40%, R\$ 2185,47 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 232,58, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução, podendo ser deduzi do valor pago a fl. 113.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências; voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 12:16 horas. Nada mais.

ELEONORA ALVES L. BONACCORDI Juíza do Trabalho

Executado	Patrono

•	. = .	
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS . GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909
	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000
	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO SIEX-PROCS Nº 4: 7.003/97 • 6779/97	6 - VALOR DO INSS	606,20
JONAS GARCIA .	7.	
	B-	· .
2 · VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de velor interior ao estipulado em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor interior deverá ser adicionada à	10 - ATM/MULTA E JUROS	
contribuição ou importância correspondente nos messas subseqüentes, até que o total seja igual ou superior so valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	606,20
<i>*</i>	12 - AUTE	INTICAÇÃO BANCÁRIA

BB 00460158 24022000

1606,20RC12558

Instruções para preenchimento no verso '

MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	02/2,000	
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federals	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	•	03.020.401/0001-00	
• DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	•	0588	
ANALY INC.	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	_		
FROC nº 7.003/97 e 6779/97	L	7		
OMAS GARCIA	06 DATA DE VENCIMENTO	*		
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	•	2.158,13	
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	•		
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69	•		
vedado o recolhimento de tributos e contribuições		•	2.158,13	
interistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total	a '			
inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse				
a tributo/contribuição de mesmo código de periodos				
Libequentes, até que o total seja iguai ou superior a R\$ 10,00. M MODETRIA GRAFICA - RUA ABNORES. 8-B - BAURU - SP - C.O.C. 44,890,801/0001-40		_	V 4.135, 13.45.45.45.45	

o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela eria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. do tal situação, adicione esse valor so tributo/contribuição de código do período subsequentes, até que o total seja igual ou ora R\$ 10,00.	11 ADTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Some	ite nas 1º e 2º vias)	
	10 VALOR TOTAL	R\$232,58	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69		
·.	08 VALOR DA MULTA		
DE DESENVOLVIMENTO DE MT DEMAT	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$232,58	
	06 DATA DE VENCIMENTO	23/02/2000	
ioms/Telepone	05 Húmbro de Referência	SIEx/07.003/1.997	
	04 CÓDIGO DA RECRITA	1505	
unto de Arrecadação de Receitas Federais DARF	03 Númbero do CPT ou CGC	03.474.053/0001-32	
DA FASENDA VASIA DA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO		

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juíza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 6988/1997 E 1679/1997, entre as partes FABRÍCIO JORGE DA CONCEIÇÃO e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 12:17 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu(ua) advogado(a) Dr. Carlos Henrique Brazil Barbosa, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 13 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 16/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exeqüente a importância líquida de R\$ 15371,42 até o dia 23/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exeqüente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 3074,28 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 12168,52 referem-se a FGTS e multa de 40%, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 307,42, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução podendo ser deduzido do valor pago a fl. 79.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 12:26 horas. Nada mais.

ELEONORA ALVES L. BONACCORDI Juíza do Trabalho

Exequente	Patrono	
Executado	Patrono	

12 - AUTENTICAÇÃO BANCARIA

. +4460157 24022000

256,23RC12558

instruções para preenchimento no verso

MINISTERIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	02/2,000
	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	•	03.020.401/0001-00
	04 CÓDIGO DA RECEITA	•	0588
1. T.	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	•	
TABRICIO JORGE DA CONCEIÇÃO	06 DATA DE VENCIMENTO	•	
Veja no verso Instruções para preenchimento	07 VALOR DO PRINCIPAL	*	450,33
	08 VALOR DA MULTA	•	
ATENÇÃO dado o recolhimento de tributos e contribuições iministrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total ajamhierior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse ai ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos ibsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/89	•	· v.
	10 VALOR TOTAL	•	450,33
	BB 00450147 24		

PASERDA OLGAN GENERAL OLGAN GENERAL	02 PERÚSDO DE APUBAÇÃO	
ento de Arrevadação de Receitas Federais	03 MÚMBERO DO CENT OU GOC	03.474.053/0001-32
DARF	04 CÓDIGO DA RECETTA	1505
ICAM / TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/01.679/1.997
DE DESENVOLVIMENTO DE MT DEMAT	06 DATA DE VENCIMENTO	23/02/2000
	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$307,42
	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
	10 VALOR TOTAL	R\$307,42
do o recelhimento de tributos e contribuições administrados pela taria da Recelta Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,80. endo tal aituação, adicione esse valor ao tributo/comnibuição de se código de período subsequentes, atá que o total seja igual ou fora R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Some	nte nas 1° e 2° vias)
		

BB 00460107 23022000

307,42DC12563

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juíza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 5889/1997 E 2702/1997, entre as partes GONÇALO GOMES DA SILVA e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 10:00 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. CARLOS HENRIQUE BRAZIL BARBOSA, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 16/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 8500,61 até o dia 23/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1700,00 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1610,61 referem-se a FGTS e multa de 40%, R\$ 1198,00 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 170,00, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 10:05 horas. Nada mais.

ELEONORA ALVES L. BONACCORDI Juiza do Trabalho

Exequente	 Patrono			
• —				
Executado	 Patrono			

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909	135
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000	
•	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401	/0001=00
1. NOME OU RAZÃO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO SIEX-PROCS nºs: 5.889/97 e 2.702/97	6 - VALOR DO INSS	455,36	
GONÇALO GOMES DA SILVA . 653.2276	7-		·
, \ .	8-		
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES		
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de vator interior ao estipulado em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor interior deverá ser adicionada à	10 - ATM/MULTA E JUROS		
contribuição ou importância correspondente nos meses subseqüentes, até que ototal seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	455.36	
	12 - AUT	ENTICAÇÃO BANCA F IA	•
1	BB 00460156 24022000	<i>f</i> ,	155,36RC12558
instruções pers preenchimento no verso			

*

instruções para preenchimento no varso

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL			•	02/2.000	136	
Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF		03 NÚMERO DO CPF OU CGC	•	03.020.401/0001-00		
		04 CÓDIGO DA RECEITA	•	0588		
MEPROETONS 5.880/07 . 2 700/07		05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	•			
PALO GOMES DA SILVA - 653-2276		06 DATA DE VENCIMENTO	<u> </u>		· 	
. Veja no verso		07 VALOR DO PRINCIPAL	<u> </u>	1.409,52	<u> </u>	
Instruções para preenchimento		08 VALOR DA MULTA	•			
ATENÇÃO		09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1,025/69	•	* 44	<u></u>	
edado o recolhimento de tributos e contribui	ções	10 VALOR TOTAL	→	1.409,52		
istrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor inferior e R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione ao tributo/contribuição de mesmo código de perí	esse	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (BB 00460146 i		/	.409,52RC1255	
quentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 1	0.00			,		
THE DE PARTIEDA	02	PERÍODO DE APURAÇÃ	6			
DARF		número do crp ou c	03.474.953	/0001-32		
		CÓDIGO DA RECRITA	150) 5		
NOME/TELEFONE	05	número de respekto	JEA	SIEx/02.7	702/1.997	
DE DESENVOLVIMENTO DE MT	96 DATA DE VENCIMENTO		23/0	23/02/2000		
DEMAT	07	valor do principal	R\$1	70,00		
	08	VALOR DA MIE/FA				
ATENÇÃO	i	Valor dos Juros 11/0 Argos de - 1.025/69				
	10	VALOR TOTAL		R\$1	170,00	
o o recolhimento de tributos e contribuições sóministrados pels tria de Receita Federal cujo valor total seja infesior a R\$ 10,00. O do tal aituação, adicione essa valor so tributorcontribuição de coódigo de período subsequentes, até que o total seja igual ou a R\$ 10,00.	11 3	otentakán bandári	P). 45	chante nas 1º e 2º	vias)	
		BB 09469108	9 23	3022000	170,00DC1	

02 PERÍODO DE APURAÇÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juíza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 6300/1997 e 1536/1997, entre as partes ANTONIA ALVES CARDOSO e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 10:08 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. CARLOS HENRIQUE BRAZIL BARBOSA, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 17 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 16/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 9096,00 até o dia 23/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1819,20 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 2136,97 referem-se a FGTS e multa de 40%, R\$ 792,27 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 181,92, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 10:11 horas. Nada mais.

ELEONORA ALVES L. BONACCORDI Juiza do Trabalho

Exequente	Patrono
Executado	Patrono

	 	
MINISTÉRIO DAPREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUÍA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909
	4 - COMPETÊNCIA	02/2,000
	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
SIEX-PROCS Near 6.300/97 e 1.536/97	6 - VALOR DO INSS	493,34
ANTONIA ALVES CARDOSO . 653-2276	7-	
	8-	• .
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada autização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em Resolução publicada pelo INSS. A receita que recultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subseqüentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	10 - ATM/MULTA E JUROS	* 5
	11 - TOTAL	493,34
		VTICAÇÃO BANCARIA
ВВ	00460155 24022000	/ 493,34RC12558

Instruções para preenchimento no verso

.4.

RECARIA DA RECEITA MEDERAL RESENTO de Arrecadação de Receitas Federais TO A TORT		u cac	03.474.053/	/0001-32
ERIO DA TAZENDA	02 PERÍODO DE ADUR	محاد		
vado o recolhimento de tributos e contribuições ministrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total ja miferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse locato tributo/contribuição de mesmo código de periodos basquentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	esse BB 99469	BB 00460145 24022000 1.418,06RC125		
	` 	•	1.418,06	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / O ENCARGOS DL - 1,025/66	•		
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	•		
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	+ .	1.418,06	
0 nºs: 6.300/97 e 1.536/97 - (SIEX) NEONIA ALVES CARDOSO .	Q6 DATA DE VENCIMENTO	•		
IO TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCI	^ +		
Documento de Arrecadação de Receitas Federal DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	•	0588	
	als Número do CPF ou CGC	•	03.020.401/0001-	00
MNISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	02/2,000	140

GÉRIO DA FAZENDA RECENTA MEDERAL	02 RERÍCDO DE ADURAÇÃO	
DARF	03 NOMBRO DO CPF OU CGC	03.474.053/0001-32
	04 CÓDIGO DA RECRITA	1505
TOME/TELEPONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/01.536/1.997
DE DESENVOLVIMENTO DE MT DEMAT	06 DATA DE VENCIMENTO	23/02/2000
	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$181,92
	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL ~ 1.025/69	:
	10 VALOR TOTAL	R\$181,92
o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela taria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Total situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de reódizo de período subsequentes, até que o total seja igual ou R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMMI	ote nas 1º de 2º vias)
•	BB 00460109 23022000	194 9900494

BB 00460109 23022000

√ 181,920C12563

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juíza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 4006/1997 e 5854/1997, entre as partes IONE FERNANDES PIMENTA e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 10:18 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Vera Lúcia Alves Pereira, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 32 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 16/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 8976,82 até o dia 23/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1077,21 se refere a honorários advocatícios devidos aos patronos da reclamante no processo n.º 4006/1997 e R\$ 500,00 se referem os honorários advocatícios devidos a patrona da reclamante no processo n.º 5854/1997.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1677,67 referem-se a FGTS e multa de 40%, R\$ 2173,09 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciarias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 179,54, sobre o valor do acordo, devendo ser recolhido pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução, apenas a quantia de R\$ 79,54 tendo em vista o pagamento parcial já efetuado a fl. 150.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 10:29 horas. Nada mais.

ELEONORA ALVES L. BONACCORDI Juiza do Trabalho

Exeqüente	Patrono	Patrono		
Executado	Patrono			

BB 00460154 24022000

/410,08RC12558

Instruções para preenchimento no verso

				144
MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Feder DARF NOME / TELEFONE		2 PERÍODO DE APURAÇÃO 3 NÚMERO DO CPF DU CGC	*	02/2,000
		4 CÓDIGO DA RECEITA	•	03.020.401/0001-00 0588
)5 NÚMERO DE REFERÊNCIA	•	0,300
CONTRACT NOT: 4.006/97 e 5.854/97)6 DATA DE VENCIMENTO	•	
Veja no verso Instruções para preenchimento)7 VALOR DO PRINCIPAL	•	1.534,4)
			*	
ATENÇÃO vedado o recolhimento de tributos e contribuições inmistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total junferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse los ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos ibsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00. HANDISTRIA GRAFICA PAM AMAZINES 64 (MAISRE SM COT 23 MAISTRIA MAISTRIA PAM AMAZINES 64 (MAISRE SM COT 23 MAISTRIA MAISTRIA PAM AMAZINES 64 (MAISRE SM COT 23 MAISTRIA MAISTRIA MAISTRIA PAM AMAZINES 64 (MAISRE SM COT 23 MAISTRIA MAI		09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1 025/69	•	
		10 VALOR TOTAL	•	1.534,40
		13 00-60144		/
TARIA DA RECEITA FEDERAL Dento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 19	eríodo de apura	ÇÃO	
	03 N	ÚMERO DO CPF OU	CGC	C 03.474.053/0001-32
	04 0	código da receit	A	1505
) NOME/TELEFONE	05 K	número de referê	NCIA	A SIEx/04.006/1.997

A DE DESENVOLVIMENTO DE MT 23/02/2000 06 DATA DE VENCIMENTO (DEMAT R\$79,54 07 VALOR DO PRINCIPAL 08 VALOR DA MULTA **ATENÇÃO** 09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69 R\$79,54 10 VALOR TOTAL 11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1º e 2º vias) rado o recolhimento detributos e contribuições administrados pela eris da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. endo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de p código de periodo subsequentes, até que o total seja igual ou perior a R\$ 10,00

BB 00460110 23022000

79,54DC12563

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

•••••••

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente a Exma. Juíza do Trabalho ELEONORA ALVES L. BONACCORDI, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 01802/1997, entre as partes FABÍOLA BORDIGNON e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 10:43 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu(ua) advogado(a) Dr. Carlos Henrique Brazil Barbosa, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 32 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 16/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 16006,00 até o dia 23/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 3201,20 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 14312,15 referem-se a FGTS e multa de 40% estando assim a salvo das contribuições previdenciárias e fiscais, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.'

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 320,12, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução, podendo ser deduzido do valor pago a fl. 141.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 10:50 horas. Nada mais.

•

ELEONORA ALVES L. BONACCORDI Juíza do Trabalho

Exeqüente	Patro	ono
Executado	Patro	ono

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS		2909
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUÍA: DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2,000
	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
1 - NOME DU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO SIEX-PROC nº 1.802/97 - 653.2276	6 - VALOR DO INSS	135,50
FABIOLA BORDIGNON QUADROS	7-	
	8-	
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior eo estipulado em Resolução publicada pelo INSS, A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à	10 - ATMMULTA E JUROS	
contribuição ou importância correspondente nos mesas subseqüentes, até que o total seja igual ou superior ao valor minimo tixado.	11 - TOTAL	135,50
	12 - AUTI	ENTICAÇÃO BANCAMIA
BB	00460151 24022000	/135,50RC12558
,		·

MINISTÉRIO DA FAZENDA	UZ PERIODO DE APORAÇÃO	02/2.000
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federa	als 03 NÚMERO DO CPF OU CGC	3.020.401/0001-00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	0588
TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
EX-PROC nº 1.802/97 - 653.2276 IOZA BORDIGNON QUADROS .	06 DATA DE VENCIMENTO	
Veja no verso instruções para preenchimento		8,75
mstruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	•
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/89	
alado o recolhimento de tributos e contribuiç	0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	98.75
istrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor iferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione to tributo/contribuição de mesmo código de perío úentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10 vistrala grafaça. Rua amores, ea e autru se cac 44 200,000,000 e a contribuição de mesmo código de perío úentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10 vistrala grafaça. Rua amores, ea e autru se cac 44 200,000,000 e a contribuição de mesmo código de perío úentes.	esse BB 00460141 24022000 D,00.	98,75RC12558
INTARIA DA RECEITA FEDERAL Mento de Arrecadação de Receitas Federal	03 HUNERO DO CEN OU CGC	03.474.053/0001-32
• DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505
1 Code / Telepowe	05 MÍMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/01.802/1.997
: DE DESENVOLVIMENTO DE MT	06 DATA DE VENCIMENTO	23/02/2000
: DEMAT	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$320,12
	08 VALOR DA MULTA	
• ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCLARGOS DA - 1.025/69	
	10 VALOR TOTAL	R\$320,12
cho o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela retária da Receita Federal cujo valor total seja inferior e R\$ 10,00. Contributo/contribuição de tributo/contribuição de tributo-contribuição de tributo-con	11 AUTHNICAÇÃO BANCÁRIA (Some	ente nas 1º e 2º vias)
•	1	

BB 00460103 23022000

/ 320,12DC12563

COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO

OF. 26 /DAF/2000

Cuiabá, 22 de fevereiro de 2.000.

Senhor Gerente

Solicitamos de V. Sa levar a débito da conta 01.040.603-4 da Companhia Matogrossense de Mineração - Conta Metamat C/Rescisões Não Elegíveis, a importância de R\$ 108.704,64 (cento e oito mil, setecentos e quatro reais e sessenta e quatro centavos), referente ações trabalhistas, conforme discriminação na relação anexa.

Atenciosamente

SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA
Diretor Administrativo Financeiro

/ Ilmo Sr.
ANTONIO MARCOS MORENO MUNHOZ
MD. Gerente de Expediente
BANCO DO BRASIL
NESTA

Moaneth Almeda das Neses Mente Programmoso Gordinos Pinemanka (CESSEV



COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO

OF.

/DAF/2000

Cuiabá, 22 de fevereiro de 2.000.

METAMAT Protocolo Nº. 118 100 Processo Nº. 418/00 Data 44

Senhor Gerente

Solicitamos de V. Sª levar a débito da conta 01.040.603-4 da Companhia Matogrossense de Mineração - Conta Metamat C/Rescisões Não Elegíveis, a importância de R\$ 154.002,68 (cento e cinquenta e quatro mil, dois reais e sessenta e oito centavos), referente ações trabalhistas, conforme discriminação na relação anexa.

Atenciosamente

SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA Diretor Administrativo Financeiro

Ilmo Sr. ANTONIO MARCOS MORENO MUNHOZ MD. Gerente de Expediente BANCO DO BRASIL NESTA

vovaneth Alme gd. Programação Conte e Fluanceko/CGSIA

23 FEV 2000

COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO

OF.

/DAF/2000

Cuiabá, 22 de fevereiro de 2.000.

METAMAT
Protocolo Nº. 148/00
Processo Nº. 148/00
Data 14/03/00
Seção de Comunicação

Senhor Gerente

Solicitamos de V. Sª levar a débito da conta 01.040.603-4 da Companhia Matogrossense de Mineração - Conta Metamat C/Rescisões Não Elegíveis, a importância de R\$ 154.002,68 (cento e cinquenta e quatro mil, dois reais e sessenta e oito centavos), referente ações trabalhistas, conforme discriminação na relação anexa.

Atenciosamente

SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA
Diretor Administrativo Financeiro

Mr. Bridge

Forancia Almed

Programação Contido e Financéiro/CGS199

Ilmo Sr.

ANTONIO MARCOS MORENO MUNHOZ

MD. Gerente de Expediente

BANCO DO BRASIL

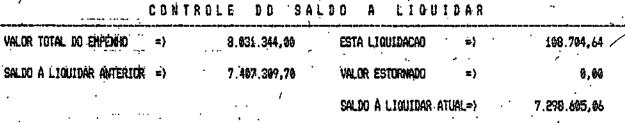
NESTA

A.

23 FEV 2000

PI TIDAR CES SOAS TO STORE CES SOAS

isecretaria de estado da fazenda de Mato Brosso ICESTAF-COURDENADORIA GERAL DO SISTEMA INTERRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA ISTAFHT-SISTEMA INTEBRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINÂNCEIRA DATA = 23/02/2000 LIQUIDACAO DE EMPENHO - LIO PEDIDO N. 175019000465 = EMPENHO N. 17501900444-2 I ORGAO => SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMERCIO E MINERACAO SECRÉTARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA; COMERCIO I UNIDADE => COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERACAD I CREDOR -BANCO/AGENCIA: CH ADMINSTR CONTA: COD. BANC. DO ORGAD: 004 NOME => COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERACAD ENDERECO: CENTRO 2970 6230007 PLANALTO CUIASA 78050 MT I DOTACAD ORCAMENTARIA=) 17 501 69,99.990 2005.9900 3190.9100 190 ESCRITURAL: NAD FORMA PAGAMENTO: N. D. B. t valor liquidado =) R\$ 198.794,64 (CENTO E DITO MIL SETECENTOS E QUATRO REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTA) I IDATA DE VENCIMENTO=) 24/02/2008 EST. SALDO:NÃO I HISTÓRICO =) DESP. REF. ACAD TRABALHISTA EX-SERVIDORES DA CODEMAT. I CRUENADOR DA DESPESA=) 0437





SSS/SUGOV CUTABA 24.02.00

Langamentos - Fizemos hoje os aegulntes, a DÉBTIO de sua conta abaixo:

Ref; a transf. entre contas abaixo de acordo com OF Nº 26, emi, tido pela MSTAMAT em 22.202.00

Remeter e:

METAMAT

Conta n' Velor debitado

1.040.603-4

DANCO DO BRASIL S.A.

PROCESSO	INTERESSADO	CPF	FORMA PAGTO	VALOR	INSS	IRRF	SIEx
SIEx 7.087/97	Flávio Vidal Scaff	460,933.201-97	Contra Recibo	8.285,08	504,02	2.170,53	•
DIDA V.OONS	Rosemary A. Orta Coutinho	035.029.428-38		2.046,27			
SIEx 2.125/97 e 2.730/97	Jucineide Porto Figueiredo	103.135.911-72	Contra Recibo	9.294,28	668,02	2.025,68	493,53
	Dorly Maria Costa Daltro	<u> </u>		705,30			<u> </u>
١ ,	Marcos Dantas Teixeira			722,38			
SIEx 2.125/97 e 2.570/97	Maria Elisa Z. Costa Marques	184.319.251-91	Contra Recibo	12.023,07	828,13	2.691,31	200,00
	Dorly Maria Costa Daltro			1.647,00			
	Marcos Dantas Teixeira			740,47			
SIEx 3.778/97	Maria Ilda dos Santos	024.536.141-34	Contra Recibo	8.958,94	• 707,19	1.876,50	203,61
	Marcos Dantas Teixeira			1.221,60			
SIEx 3.362/97 e 2.016/97	Maria Alexandrina Andrade Zamarioli	090.414.431-34	Contra Recibo	8.671,97	589,07	1.722,20	32,20
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486,277.557-87	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	2.167,99			
SIEx 1.951/97	Gilberto Mielli Abdo	364.737.319-20	Contra Recibo	10.032,28	682,20	2.423,02	117,22
	Nilson de Arruda Pinto			2.508,06			
SIEx 6.144/97	Reumilda Morgan	403.858.929-34	Contra Recibo	1.747,81	174,78	192,74	51,04
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486,277,557-87		436,95			
SIBr. 5.446/97 o 2.913/99	Linen Petersen Fett	005.732.560-04	Contra Recibo	12.438,56	769,83	3.169,69	298,09
	Carlos Henrique Brazil Barbosa	486.277.557-87		1.728,85	·, _		
24 FEV 200	Dorly Maria Costa Daltro			737,18	· · · · · ·		
	1		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	86.114,04	4,923,24	16.271,67	1.395.69
	Total Geral			00,114,04	7,200,044	10.27 1207	

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 2125/1999 e 2730/1997, entre as partes JOCINEIDE PORTO FIGUEIREDO e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 10:53 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seus advogados Dr(a). Dorly Maria Costa Daltro e Marcos Dantas Teixeira, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 83 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 17/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

Ante o retorno dos autos principais, determina-se o apensamento da Carta de Sentença referente aos autos 2125/1999.

A executada pagará a exeqüente a importância líquida de R\$ 10721,96 até o dia 24/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exeqüente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação nos feitos 2125/1999 e 2730/1997.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente aos patronos da reclamante e a própria reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 705,30 refere-se a honorários advocatícios dos autos 2125/1999 e R\$ 722,38 refere-se a honorários advocatícios dos autos 2730/1997.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1378,73 referem-se a reflexos de diferenças salariais em FGTS, R\$ 627,11 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, R\$ 365,82 refere-se ao reflexo salarial no aviso prévio, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Custas processuais deverão ser recolhidas pelo executado no valor de R\$ 493,53, referente ao processo 2125/1999 até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

j

As custas referente ao processo 2730/1997 já foram recolhidas.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequiente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 11:59 horas. Nada mais.

WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO Juiz do Trabalho

Exeqüente		Patrono			
			•		
	•	•		• •	
Executado				Patrono	

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909]55
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2,000
	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO SIEX-PROC nº 2.125/97 - 653.22.76	6 - VALOR DO INSS	668,02
JUCINEIDE PORTO FIGUEIREDO .	7-	
CODE C PROGET 2.750797	8-	••
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado 10 - ATM/MULTA E JURO em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à	icionada à	
contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, o total seja igual ou superior so valor mínimo fixado,	11 - TOTAL	668,02
And the state of t	BB 00460180 24028	enticação Bancaria 2000 - 468,02RC12558

Instructes para preenchimento no verso

02 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	02/2,000
03 NÚMERO DO CPF OU CGC	•	03020401/000100
04 CÓDIGO DA RECEITA	•	0588
05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	•	
06 DATA DE VENCIMENTO	•	
07 VALOR DO PRINCIPAL	•	2.025,68
08 VALOR DA MULTA	•	
09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1,025/69	•	
10 VALOR TOTAL ·	•	2.025,68
BB 9046	017	2 24022000 2.025,68RCia
	03 NÚMERO DO CPF OU CGC 04 CÓDIGO DA RECEITA 05 NÚMERO DE REFERÊNCIA 06 DATA DE VENCIMENTO 07 VALOR DO PRINCIPAL 08 VALOR DA MULTA 09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69 10 VALOR TOTAL 8 BB 9044	03 NÚMERO DO CPF OU CGC 04 CÓDIGO DA RECEITA 05 NÚMERO DE REFERÊNCIA 06 DATA DE VENCIMENTO 07 VALOR DO PRINCIPAL 08 VALOR DA MULTA 09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69 10 VALOR TOTAL 8 11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Some BB: 9046017

TRIC DA FASENDA	***	
CALLADA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	*-
DARF	TO CEA OF CAC	03.474.053/0001-32
	04 CÓDIGO DA RECRITA	1505
ME/TELEPONE	05 Número de referência	SIEx/02.125/1.999
DE DESENVOLVIMENTO DE MT	06 DATA DE VENCIMENTO	24/02/2000
,	07 VALOR DO FRINCIPAL	R\$493,53
	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	-
O Fecalhimana da Astro	10 VALOR TOTAL	R\$493,53
o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela da Receita Federal cajo valor total seja inferior a R\$ 10,00. tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de ligo de período subsequentes, até que o total seja igual ou R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Soment	

165 24022000

· 493,53DC12558

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 2125/1999 E 2570/1997, entre as partes MARIA ELISA Z. COSTA MARQUES e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 12:12 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seus advogados Dr(a). Dorly Maria Costa Daltro e Marcos Dantas Teixeira, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 83 E 38 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 17/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

Ante o retorno dos autos principais, determina-se o apensamento da Carta de Sentença referente aos autos 2125/1999.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 14410,54 até o dia 24/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação nos feitos 2125/1999 e 2570/1997.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente aos patronos da reclamante e a própria reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1647,00 refere-se a honorários advocatícios dos autos 2125/1999 e R\$ 740,47 refere-se a honorários advocatícios dos autos 2570/1997.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 2486,71 referem-se a reflexos de diferenças salariais em FGTS, R\$ 935,88 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, R\$ 636,30 refere-se ao reflexo salarial no aviso prévio, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Custas processuais deverão ser recolhidas pelo executado no valor de R\$ 200,00, referente ao processo 2570/1997 até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

As custas referente ao processo 2125/1999 já foram fixadas na ata que apreciou o acordo da exequente JUCINEIDE PORTO FIGUEIREDO.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 12:26 horas. Nada mais.

WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO Juiz do Trabalho

Exeqüente		Patrono	
<u>-</u>	•		
Executado		Patrono	

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909 _159
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2,000
	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
NOME OU RAZÃO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO SIEX-PROC nº 2.195/97 e 2.570/97	6 - VALOR DO INSS	828,13
MARIA ELISA Z.COSTA MARQUES	7-	
je sa se	8.	* :
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vededa a utilização de GPS para reconhimento de receita de valor inferior ao estipulado am Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor interior deverá aer adicionada à	10 - ATMMULTA E JUROS	7 12.5 <u>.</u>
contribuição ou importância correspondente nos meses subsequantes, até que o total seja igual ou superior ao valor minimo fixado.	11 - TOTAL	828,13
	12 - AUTE BB 00460179 24022	NTICAÇÃO BANCARIA 828,13RC125

Instruções para preenchimento no verso

MINISTÉRIO DA FAZENDA	RECEITA FEDERAL			
Documento de Arrecadação de Receitas Federals	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	03020401/0001-00		
DARF 2.1-25/97 653.2276	04 CÓDIGO DA RECEITA	0588		
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA →			
A ELISA Z.COSTA MARQUES	06 DATA DE VENCIMENTO			
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	2.691,31		
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA			
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL · 1.025/89			
dado o recolhimento de tributos e contribuiçõe la inistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor tot ja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione ese ao tributo/contribuição de mesmo código de período		2.691,31		
	se	1		
Paga entes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,0		, ;		

	<u>.</u>	•
DEBIO SA TAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	
MARIO DA RECEITA FEDERAL mento de Arrecadação de Receitas Federais	03 Número do CPF OU CGC	03.474.053/0001-32
DARF	. 04 CÓDIGO DA RECRITA	1505
Mome/Telefone	05 HÜHERO DE REFERÊNCIA	SIEx/02.570/1.997
A DE DESENVOLVIMENTO DE MT DEMAT	06 DATA DE VENCIMENTO	24/02/2000
DENVINA I	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$200,00
·	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69)
	10 VALOR TOTAL	R\$200,00
ado o recolhimento detributos e contribuições ádministrados pela eria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. endo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de o código de pariodo subsequentes, até que o total seja igual ou ora R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Nome	nte nas 1º e 2º vias)

Poder judiciário Justiça do trahalho Tribunal regional do trahalho da 23º região Secretaria integrada de execuções - siex

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 3778/1997, entre as partes MARIA ILDA DOS SANTOS e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 12:32 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Marcos Dantas Teixeira, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 39 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 17/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 10180,54 até o dia 24/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1221,60 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1340,61 referem-se a diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

i .

Custas processuais são arbitradas em R\$ 203,61, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 12:37 horas. Nada mais.

••••••••

WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO Juiz do Trabalho

Exequente	Patrono		
		•	
Executado	Patrono		

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909 163
MISTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL-GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000
	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO SIEX-PROC nº 3.778/97- 653.2276	6 - VALOR DO INSS	707,19
MARIA ILDA DOS SANTOS	7-	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	e-	*· <u>·</u>
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior eo estipulado em Resolução publicada pelo INSS, A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à	10 - ATMMULTA E JUROS	707,19
contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	
	12 - AUTE	NTICAÇÃO BANCÁRIA
BÐ	00460178 24022000	707,19RC12558
instruções para preenchimento no verso		

.

.

٠

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	*	02/2.000
Documento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	•	03020401/0001-00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	•	0588
1/TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	+	•.
PROC nº 3.778/97 - 653.2276	06 DATA DE VENCIMENTO	•	•
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	*	1,876,50
Instruçõe≤ para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	*	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL · 1,025/69	•	
edado o recolhimento de tributos e contribuições	10 VALOR TOTAL	•	1.876,50
dininistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total aprinistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total aprinistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total aprinistrados pela 10,00. De equentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	1		

STERIO DE MESENDA STABLA DA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	
giento de Arrecadação de Receitas Federais	03 MONTHS DO CEN OU COC.	03.474.053/0001-32
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505
NOME/TELEPONE .	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/03.778/1.997
A DE DESENVOLVIMENTO DE MT .	06 DATA DE VENCIMENTO	24/02/2000
DDEMAT	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$203,61
	08 VALOR DA MILTA	
atenção	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1,025/69	
,	10 VALOR TOTAL	R\$203,61
dado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela etaris de Receita Federal cujo valor total seja inferior a Re 10,00, rendo tal situação, adicione esse valor so tributo/contribuição de mo código de período subsequentes, até que o total seja igual ou rior a Rê 10,00.	11 AUTREFICAÇÃO BANCÁRIA (Some	nte nas 1º e 2º vias)
	BB 00460163 24022000	203,61DC12558

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 3362/1997 e 2016/1997, entre as partes MARIA ALEXANDRINA ANDRADE ZAMARIOLI e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 12:41 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Carlos Henrique Brazil Barbosa, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 59 e 26 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 17/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exeqüente a importância líquida de R\$ 10839,96 até o dia 24/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exeqüente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 2167,99 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 2679,23 referem-se a diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, R\$ 797,34 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais já recolhidas nos autos 3362/1997 e arbitradas na condenação, atualizadas em R\$ 32,20, referentes aos autos 2016/1997 que deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 12:56 horas, Nada mais,

•••••••••

WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO Juiz do Trabalho

Exequente	Patrono	
Executado	Patrono	

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909 164
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000
	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
- NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO SIEX PROC nº 3.362/97 - 653.2276	6 - VALOR DO INSS	589,07
MARIA ALEXANDRINA ANDRADE ZAMARIOLI	7.	,
obs: e PROC nº 2:010/97 .	8-	• 4
- VENCIMENTO Jso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ITENÇÃO: É vedade a utilização de GPS para recolhimento de receita de valorimiento a estipulado en Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à	10 - ATMMULTA E JUROS	. ***
ontribulção ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que totel seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	589,07
	12 - AUTE BB 00460177 2402200	VTICAÇÃO BANCARIA 589,07RC125
Azi Care premichimento no varso		

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA-FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO → 02/2.000
Documento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC → 03020401/000100
DARF	04 código da receita → 0588
PROGFME 3.362/97 - 653.2276	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA
ALEXANDRINA ANDRADE ZAMARIOLI	06 DATA DE VENCIMENTO
Vēja no verso Instruções para preenchimento	07 VALOR DO PRINCIPAL → 1.722,20
	08 VALOR DA MULTA
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1,025/68
edado o recolhimento de tributos e contribuições	10 VALOR TOTAL 1.722,20
idministrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse alor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos upsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	BB 00460169 24022000 1.722,20RC12558
MA INDÚSTRIA GRÁFICA - RUA AUMORÉS, 8-8 - BAURU - SP - C.G.C. 44.990,901/0001-43 COD, 1501	and

Terto da Pasenda Edunta da Receita Federal	02 período de apuração	**************************************
ento de Arrecadação de Receitas Federais • DARF	93 RÚMERO DO CPP OU CGC	03,474.053/0001-32
	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505
-ACME/TELEFORE	05 HÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/02.016/1.997
A DE DESENVOLVEMENTO DE MT	06 DATA DE VENCIMENTO	24/02/2000
\	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$32,20
	08 VALOR DA MULTA	•
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
	18 VALOR TOTAL	. R\$32,20
do o recolhimento de tributos e contribuições sóm inistrados peta ris da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00, indo tal eliuação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de ocódigo de período subsequentes, até que o total seja igual ou ara R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Soment	à nas 1º a 2º vias)
•	1	

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23" REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 01951/1997, entre as partes GILBERTO MIELLI ABDO e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 13:12 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. NILSON DE ARRUDA PINTO, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 24 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 17/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exeqüente a importância líquida de R\$ 12540,34 até o dia 24/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exeqüente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 2508,06 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1738,07 referem-se a diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, R\$ 2274,77 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 117,22, que deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 13:30 horas. Nada mais.

WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO Juiz do Trabalho

Exequente	Patrono
Executado	Patrono

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909	172
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000	
GOIN ON PREVIDENCIA SOCIAL GIPS	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00	
ZAO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO DC nº 1.951/97 - 653.2276	6 - VALOR DO INSS	682,20	
MIELLI ABDO .	7-		
*	8-	•	
) (88)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES		

682,20

12 - AUTENTICAÇÃO BANCARIA BB 00460176 24022000

10 - ATM/MULTA E JUROS

11 - TOTAL

682,20RC12558

instruções para preenchimento no verso

2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)

1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO

GILBERTO MIELLI ABDO

o total seja (gual ou superior ao vafor mínimo fixado.

SIEX-PROC nº 1.951/97 - 653.2276

ATENÇÃO: É vededa a utilização de GPS para recolhimento de receitarde valor interior ao estipulado

em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que

MINISTÉRIO DA I			
GEODETADIA DA DE	AZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	02/2000 / 172
DARF		03 NÚMERO DO CPF OU CGC	₹,
		04 CÓDIGO DA RECEITA	93.020.401/0001-004
		1	→ 0588
PROC nº 1.951/97	6E2 0076	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	+
RTO MIELLI ABDO .	- 65 3. 22 7 6	06 DATA DE VENCIMENTO	→
Veja no	verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	2.423,02
instruções para	preenchimento	08 VALOR DA MIJETA	→
ATEN	ÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1,025/89	→
lado o recolhimento d	e tributos e contribuições	10 VALOR TOTAL	2.423,02
strados pela Secretaria da	Receita Federal cujo valor total ndo tal situação, adicione esse	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (S	
ao tributo/contribuição de quentes, até que o total sej	e mesmo código de períodos a igual ou superior a R\$ 10,00. N-59-CGC.44584601000149 (1988) COD 15000	BB 00460168 24	022000
7 0	•		***
	ERÍODO DE APURAÇÃO	02 P	CHANGE ON ENSEROR
03.474.653/0001-2	OMERO DO CET OU CAC	thes Federate G3 M	cenvaldo de escara reconal. conside de Arrecadação de Rece
1505	COLIGO DA RECEITA	> 10	DARF
			
SIEx/01.951/1.99	MACRO DE REFERÊNCIA	M 20	THOMETEL/SPOR I
SIEK/01.951/1.99 24/02/2006	MARKO DE REFERÊNCIA ANA DE VENCIMENTO		
**************************************		1 90 TM 3	N MOME/TELEFORE LA DE DESENVOLVIMENTO DI CODEMAT
24/02/2006	DATA DE VENCIMENTO	3 MT 05 1	CIA DE DESENVOLVIMENTO DI
24/02/2006	NATA DE VENCIMENTO	2 MT 06 1	CIA DE DESENVOLVIMENTO DI
24/02/2006	NATA DE VENCIMENTO VALOR DO PRINCIPAL VALOR DA MULTA VALOR DOS JUROS 1000	2 MT 05 1	CIA DE DESENVOLVIMENTO DI CODEMAT
R\$117,22 R\$117,22	NATA DE VENCIMENTO NALOR DO PRINCIPAL NALOR DA MELTA VALOR DOS JUROS 1000 NACOS DI - 1.025/6	MIT 05 1 07 V 07 V 08 V 08 V 09 V 09 V 00 V 00 V 00 V 00 V 00 V 00	CIA DE DESENVOLVIMENTO DI CODEMAT
24/02/2006 R\$117,22 R\$117,22	NATA DE VENCIMENTO NALOR DO FRINCIPAL NALOR DA MELTA NALOR DOS JUROS 1000 NACOS DL - 1.025/6 VALOR TOTAL	MIT 05 1 07 V 07 V 08 V 08 V 09 V 09 V 00 V 00 V 00 V 00 V 00 V 00	CIA DE DESENVOLVIMENTO DI CODEMAT ATENÇÃO redado o recolhimento de tributos e contribuições retaria da Receina Pederal cujo valor totál maje i correndo tai situação, adicione essi valor ao leib como código do período subsequentos, ais que o
24/02/200% R\$117,22 R\$117,22 * nae 1* = 2* vine)	NATA DE VENCIMENTO NALOR DO FRINCIPAL NALOR DA MELTA NALOR DOS JUROS 1000 NACOS DL - 1.025/6 VALOR TOTAL	MIT 05 1 07 V 07 V 08 V 08 V 09	CIA DE DESENVOLVIMENTO DI CODEMAT ATENÇÃO redado o recolhimento de tributos e contribuições retaria da Receina Pederal cujo valor totál maje i correndo tai situação, adicione essi valor ao leib como código do período subsequentos, ais que o

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 6144/1997, entre as partes REUMILDA MORGAN e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 13:34 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Carlos Henrique Brazil Brabosa, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 95 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 17/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 2184,76 até o dia 24/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 436,95 se refere a honorários advocatícios.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 51,04, sobre o valor bruto do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 13:43 horas. Nada mais.

•••••••

WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO Juiz do Trabalho

Exeqüente		Patrono	
	•	• • •	
		;	
Executado		Patrono	_

		.
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909 175
	4 - COMPETÊNCIA	02/2,000
	5 - IDENTIFICADOR	03,020,401/0091-00
1 - NOME OU RAZAO SOCIAL/FONE / ENDEREÇO SIEX-PROC nº 6.144/97 - 653.2276	6 - VALOR DO INSS	174.78
REUMILDA MORGAN .	7-	
	8-	1.00
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES .	
ATENÇÃO: É vedade a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor interior ao estipulado em Resolução publicada pelo INSS. A receita que recultar valor interior deverá ser adicionada à	10 - ATIMMULTA E JUROS	
contribuição ou importância correspondente nos meses subseqüentes, até que o totel seja iguatou euperior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	174.78 HTICAÇÃO BANCARIA
	12 - AUTEN BB 00460175 24022000	174,78RC12558
inskruções para preenchimento no verso		

DARF	03 NÚMERO DO CPF OU CGC 04 CÓDIGO DA RECRITA	03.474.053/0001-32	
Baltha dy abendy	02 PERÍODO DE APURAÇÃO		
vedado o recolhimento de tributos e contribuiç mnistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione ar ao tributo/contribuição de mesmo código de perio sequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10 A INDÚSTRIA GRÁFICA - RUA AIMORÉS, 64 - BAURU - SP - C.O.C. 44.990.901/0001-40	total 11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente n. esse bdos 0,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1º • 2º vias) BB 00460167 24022000 192,74DC12558	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69	<u> </u>	
· Veja no verso instruções para preenchimento	171	192,74	
PROC nº 6.144/97 - 653.2276 LIDA MORGAN	06 DATA DE VENCIMENTO		
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA OS NÚMERO DE REFERÊNCIA	0588	
Documento de Arrecadação de Receitas Feder	05:020:40170002-00		
MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	02/2.000 176	

Defento da Parenda Defenta da Recrita Pedebal	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	
DARF	03 MÚMERO DO CPF OU COC	03.474.053/0001-32
	04 CÓDIGO DA RECRITA	1505
ACME/TELEFORE	05 NÚMERO DE BEFERÊNCIA	\$IEx/06.144/1.997
TA DE DESENVOLVIMENTO DE MT ODEMAT	06 DATA DE VENCIMENTO	24/02/2000
	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$51,04
	08 VALOR DA MILTA	
ATENÇÃO	09 Valor dos juros e/os ENCARGOS DL ~ 1.025/69	
	10 VALOR TOTAL	R\$51,04
dado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela taria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. mendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de no código de período subsequentes, até que o total seja igual ou crior a R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRÍA (Somente nas 1º e 2º vias)	

00460160 24022000

/ 51,04DC12558

7

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

•

•••••

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 5446/1997 e 2913/1999, entre as partes LINEU PETERSEN FETT e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 13:54 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seus advogados Dr. Carlos Henrique Brazil Barbosa e Doriy Maria Costa Daltro, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 32 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 17/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 14904,59 até o dia 24/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação nos feitos 2913/1999 e 5446/1997 da SIEX e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1728,85 refere-se a honorários advocatícios dos autos 5446/1997 e R\$ 737,18 refere-se a honorários advocatícios dos autos 2913/1999.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1299,51 referem-se a diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, R\$ 3982,20 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais deverão ser recolhidas pelo executado no valor de R\$ 298,09, referente ao processo 2913/1999 até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução. As custas referente ao processo 5446/1997 já foram recolhidas.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Translade-se cópia desta ata nos dois processos acima referidos.

Encerrou-se às 14:12 horas. Nada mais.

.......

	*** -	JULIANO PEDRO GIRARDELLO Juiz do Trabalho
Exequente	·	Patrono
Executado		Patrono

The state of the s		
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909 179
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000
	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
PROC nº 5.446/97 e 2.913/99 (SIEX).	8 - VALOR DO INSS	769 ,83
LINEU PETERSEN FETT . FONE: 653.2276	7-	
	8-	Trie ya-
2 - VENCIMENTO (Uso exclusive INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor infetor ao estipulado em Resolução publicada pelo INSS, A receita que resultar valor infetor deverá ser adicionada à contributição ou importância correspondente nos meses subseqüentes, até que o lotal seja igual ou superior so valor mínimo fixado.	10 - ATMMULTA E JUROS	- 4/ ₄
	11 - TOTAL	769,83
	12 - AUTEN RD 40464174 24622	VTICAÇÃO BANCARIA 749 0200425

Instruções para preenchimento no verso

MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	02/2000 180
SEĈRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Fede	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	03.020.401/0001-00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	0588
News / TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
EX-PROC .nº 5.446/97 - 653.2276	06 DATA DE VENCIMENTO	
· Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	3.169, 69
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	·· .
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1,023/89	
vedado o recolhimento de tributos e contribui	·	3.169,69
Immistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione itor ao tributo/contribuição de mesmo código de perí ocequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 1 moustra grafica-rua amorês, e-e-bauru-sp-c.g.c. 44.590.501/2001-43	esse BB 00460166 240220	/
PETALLA MASSECRETA PEDERAL	02 PERÍODO EM APURAÇÃO	The same of the sa
rusento de Arrisadapão de Sepaitas Federale	CONTROMENO DO CENT OU COC	03.474.053/0001-32
DARF	04 CÓDIGO DA RECRITA	1505
L HOME PERLEPORE	05 RÚMERO DE REFERÊNCIA	SİEx/02.913/1.999
DE DESENVOLVIMENTO DE MT	06 DATA DE VENCIMENTO	24/02/2000
,	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$298,09
	08 VALOR DA MILTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL ~ 1.025/69	
•	10 VALOR TOTAL	R\$298,09
reusdo o recolhimento de tributos e contribuições administrações pela seria da Recedita Pederal cujó vator total seja infator a R\$ 1050. correndo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de codigo de periodo subsequentes, até que o total seja igual ou perior a R\$ 10,00.	11 autenticação Bancária (so	mento nas 1º e .2º vias)
	BB 00460159 24022	000 / 298,09DCi2558

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 7087/1997, entre as partes FLAVIO VIDAL SCAFF e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 13:00 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Rosemary A. O. Coutinho, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 93 verso para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 17/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 10331,35 até o dia 24/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 2046,27 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 625,40 referem-se a diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, e R\$ 3405,64 refere-se a multa do art. 477 da CLT estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais dispensadas consoante ata de fl. 105.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A faita de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 13:10 horas. Nada mais.

WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO Juiz do Trabalho

Exequente	<u> </u>	 Patrono	
	٠. ٠		
Executado		 Patrono	

		
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909 18-3
	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000
	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO SIEX-PROC nº 7.087/97 -653.2276	6 - VALOR DO INSS	50402
FLAVIO VIDAL SCAFF .	7-	
	8-	
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recoihimento de receita de valor inferior ao estipulado em Resolução publikação pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à	10 - ATM/MULTA E JUROS	· •
contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	504,02
В	12 - AUTE 8	NTICAÇÃO BANCARIA 504,02RC12558

Instrucces para preenchimento no verso

02 PERÍODO DE APURAÇÃO MINISTÉRIO DA FAZENDA 02/2.00 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL 03 NÚMERO DO CPF OU CGC Documento de Arrecadação de Receitas Federais 03020401/0001-00 04 CÓDIGO DA RECEITA **DARF** 0588 05 NÚMERO DE REFERÊNCIA E / TELEFONE X-PROC nº7.087/97 - 653.2276 06 DATA DE VENCIMENTO IO VIDAL SCAFF. 07 VALOR DO PRINCIPAL Veja no verso 2.170,53 instruções para preenchimento 08 VALOR DA MULTA 09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69 **ATENÇÃO** 10 VALOR TOTAL edado o recolhimento de tributos e contribuições 2.170.53 ministrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total 11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1º e 2º vias) nferlor a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse BB 00460173 24022000 J 2.170,53RC12558 ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos sequentes, até que o total seja Igual ou superior a R\$ 10,00.

HAM Cuiabá -MT SUGOV 28/02/2000 Ref. a Liquidação por Meio Eletrônico, da (s) OB (s) nº 017,

Emitido pelo (a)	METAMAT			
Debitado	METAMAT			
Α	Hīst. Cód.Contát	il Titular	valor	\dashv ;
V* D	132 0046-9	1040603-4	R\$ 243.461,	38
	· '			
5 E / L				
	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	· ·	, ;	
Y world	A STANDARD S			
0 0 600	333	ŧ	t	1, 1
		.		
	632	55.006-X	R\$ 243.461,3	38 / .

ECHETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MATO SVOSSO. rejat elippéhadonia geral do sistema integrado de alministracão financeira STATIT STETA THE ENDO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

- 2. VIA N: **175618000617** DATA DE REFERENCIA: 28/02/2000: I RELATORIO - AGUSBSO

DABAO 17501 - COMPANNIA MATUGROSSEUSE DE MINENACAO

SUCCETANOS AC ECO BRASIL ELHABA- NT ; CREDITAR AC (A) FAVORECIDOS ABAIXO RELACIONADOS, LEVANDO A DEDITO DA CONTA NAMERO 9991848683 / 4.

-CODISÓ DO CRÉDOR NOME

EMPENT L'EQUIDAÇÃO FONTE VALOR A PAGAR FORMA DE RECEBIMENTO

53613914 - COMPANITA MATDERUSSISSE DE MINETACAD 175619664442 175616000152 198 243.461.38... CHECKE AUMINISTRATIVO CCC - \$3626481660166

I VALDR TOTAL DA OPERAÇÃO R\$ 243.461.38 (DUZENTOS E QUARENTA E TRES MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E UN REAIS E)

PAS PROCESSOS ACINA RELACIONADOS FORAM RESILARMENTE: LIQUIDADOS I

AUTORIZO O PAGAMENTO

DEFE TO TREAT BE FINANCES



PROCESSO	INTERESSADO	CPF	FORMA PAGTO	VALOR	INSS	IRRF	SIEx
2.855/98	Dilson de Sales	172.345.731-00	Contra Recibo	166,00	12,14	-	
5.651/97	Dison de Sales	172.345.731-00	Contra Recibo	9.593,44	504,96	1.236,94	75,00
3.031/97		621.679.011-00		1.308,19		<u> </u>	
	Fabio Petengill Albino Golçalves de Queiroz		Contra Recibo	12.159,24	1.007,08	2.884,39	23,00
2.396/97	707	621.679.011-00		1.298,13	-		90,83
	Fábio Petengill	021.075.011 00		659,54	-		
	Berardo Gomes	241 126 231-00	Contra Recibo	10.798,85	851,78	2.333,77	246,00
3.894/97	Márcia de Araújo	621.679.011-00	Communication	1.472,57			
	Fábio Petengill		Contra Recibo	8.672,98	575,24	1.838,96	
3.355/97	Durcelina Cruz Miranda de Oliveira	621.679.011-00		1.182,67			
	Fábio Petengill		Contra Recibo	2.851,73	83,30	482,70	71,29
4.521/99	Durcelina Cruz Miranda de Oliveira	601.978.897-00	Contra record	712,93			
	Rosa Celeste Patê Marques	299.593.491-87	Contra Recibo	10.903,08	900,47	2.487,76	72,00
1.649/97	Jassy Gasparelo de Lima	621.679.011-00		1,486,68			
	Fábio Petengill	138.860.451-53		9.441,52	565,56	1.801,40	-
0904/98	Mailde Garcia de Castro Couto			1.287,47			
	Fábio Petengill	621.679.011-00		11.468,06	671,23	2.570,75	
3.355/97	Valdomiro de A. Rizk	063.884,261-15		1.563,72	<u> </u>		
	Fábio Petengill	621.679.011-00		15,250,66	760,36		100,00
0558/97 e	Vera Lúcia Alves Pereira	068.554.661-68	Contra Recibo	13.230,00	700,50	3,200,00	100,00
6.958/97	i		0 1 7 7 -	12.098,13	718,98	2.165,79	
3.355/97	Benedito Rodolfo Falcão	021.844.431-15	Contra Recibo		110,70	2.103,12	 · - · -
	Fábio Petengill	621.679.011-00		1.649,74	002.10	2.778,97	120,00
0639/98	Alzira Alves Duarte Vaz	241.232.261-91	Contra Recibo	10.513,15	882,18	4.176,31	120,00
	Vera Lúcia Alves Pereira	068.554.661-68		2,628,28			
			<u> </u>	<u> </u>	L,	<u> </u>	

PROCESSO	INTERESSADO	CPF	FORMA PAGTO	VALOR	INSS		SIEx
	Edeckson Luis de Medeiros	074.752,331-20	Contra Recibo	14.174,98	1.136,99	3.235,77	161,00 161,00
6.256/97	Fabio Pentegill	621.679.011-00 350.123.157-15		1.932,95 13.360,02	1,336,00	3.865,10	
6.102/97	Sheyla da Silva Cruz Berardo Gomes	,		3,340,00		213,45	
1.706/97	Clélia Regina Oliveira Guimarães Fábio Pentegill	229.769.811-91 621.679.011-00	Contra Recibo	1.996,01 272,18	181,45	213,43	*07.00
0972/98	Cklia Regina Oliveira Guimarães	229,769.811-91	Contra Recibo	17.527,59 3.093,10			107,00
3,355/97	Berardo Gomes Jorge Luiz dos Santos		Contra Recibo	5.833,03 795,41	693,01	2.076,45	
3.355/97	Fábio Pentegill Jorge Luiz dos Santos	621.679.011-00	Depósito Judicial	5.833,02	•	-	-
	Fábio Petengill	621.679.011-00		795,41			
	TOTAL			198.120,46	10,880,73	33.133,07	1.327,12



ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 2855/1998, entre as partes DILSON DE SALES e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 10:52 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Rosa Celesta Pate Marques, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othora Jair de Barros.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 21/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 166,00 até o dia 28/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 14,24 referem-se a reflexos de diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas isento.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 10:54 horas. Nada mais.

Exequente	Patrono
Executado	Patrono

...

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 5651/1997, entre as partes DILSON DE SALES & CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 10:42 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Fabio Petengill, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 21/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 10901,63 até o dia 28/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1308,19 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 4589,60 referem-se à reflexos de diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta es seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 75,00 e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

•

•••••

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 10:49 horas. Nada mais.

Exequente	Pa	trono
Executado	Pat	trono

MINISTERIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909
	4 - COMPETÈNCIA	027 2.000
	5 · IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
DILSON DE SALES	6 - VALOR DO INSS	504,96 + 12,14:517,10
DIESON DR SYLES . , 5822 48	7-	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	8	· ·
2 · VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedade a utilização de GPS para recolhámento de receita de valor interior ao estipulado em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à	10 - ATMMULTA E JUROS	/
contribuição ou importância correspondente nos mases subseqüentes, até que o total seja igual ou suparior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	504,96
	12 - AUTE	NTICAÇÃO BANCÁRIA
BB 004601	98 28022000	517;10DC12563
Instruções para preenchimento no verso		

MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	02/2.000
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Fed	erals 03 NÚMERO DO CPF OU CGC	020.401/0001-00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA → 95	88
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
EPROCESSO Nº 5.651/97 - 653.2276 SON DE SALES	06 DATA DE VENCIMENTO	
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	. 236, 94
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	• •
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E7 OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
dado o recolhimento de tributos e contrib		1.230,94
nistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo val nferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicior ao tributo/contribuição de mesmo código de pe equentes, atá que o total seja igual ou superior a R\$ LINDUSTRIA ORAFICA - RUA AIMORÉS, 65 - RUAU - 87 - CO.C. 44880.801/1001-45	or total 11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas le esse riodos : BB 66466232 28622666 10,00.	1.236,94RC12558
A PARTY OF THE PAR		
RIO DA PASENDA	02 pertodo de appração	
ARIA DA RECEITA FEETRAS. Dio de Arrecadação de Repaitas Tedevai:	03 RÚMERO DO CEPT OU COC	03.474.053/0001-32
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505
CASE/TELEFORE	OS MÚMERO DE BEFERÊNCIA	SIEx/05.651/1.997
DE DESENVOLVIMENTO DE MT	06 DATA DE VENCIMENTO	28/02/2000
EMAT	97 VALOR DO PRINCIPAL	R\$75,00
	08 VALOR DA MULTA	
atenção	09 VALOR DOS JUROS E/OU ESCARGOS DL - 1.025/69	•
	10 VALOR TOTAL	PARE AS
•	10 VALOR TOTAL	R\$75,00
o o recolhimento de tributor e contribuições administrados pels is da Receita Federal cujo valor total seja infesior a R\$ 10,00; to tal situação, adicione esse valor ao tributo/cominiquição de total seja iguaj ou a R\$ 10,00.	11 AUTHUTICAÇÃO BANCARIA (Bomen	

V 1 7.77

٠.

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 7430/1997 e 2936/1997, entre as partes ALBINO GONÇALVES DE QUEIROZ e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 09:24 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seus advogados Dr. FÁBIO PETENGILL E BERARDO GOMES, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 34 E 43 para transacionar.

A pedido das partes foi este_feito incluído na pauta de audiências do dia 21/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 14116,91 até o dia 28/02/2000.

Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação nos feitos 2936/1997 e 7430/1997 da SIEX e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1298,13 refere-se a honorários advocatícios dos autos 2936/1997 e R\$ 659,54 refere-se a honorários advocatícios dos autos 7430/1997.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1312,04 referem-se a diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, R\$ 216,34 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais deverão ser recolhidas pelo executado, ora arbitrada no valor de R\$ 23,00, referente ao processo 7430/1997 e R\$ 90,83 referente ao processo 2936/1997, até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Translade-se cópia desta ata nos dois processos acima referidos. Encerrou-se às 09:45 horas. Nada mais.

Exequente	Patrono
Executado	Patrono

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909 197
	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000
	5 - IDENTIFICADOR	03,020,401/0001-00
1-NOME OU RAZÃO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO SIEX-PROCESSO Nºs: 7430/97 • 2.396/97	6 - VALOR DO INSS	1,007,08
ALBINO GONÇALVES DE QUEIROZ	7.	
	8-	
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedadas utilização de GPS para recothmento de receita de valor interior po estipuisdo em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá por addicinada à contribuição ou importância correspondente nos meses subseqüentes, até que o total seja (qual ou superior ao valor mínimo lixado.		• 25
	11 - TOTAL ;	1.007,08

12 - AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA

BB 00460199 28022000

. 🔨

1.007,08DC12563

Instruções para preenchimento no verso

	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	
MINISTÉRIO DA FAZENDA	02/2,000	
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Feder	03 NÚMERO DO CPF OU CGC > 03.020.401/0001-00	
	04 CÓDIGO DA RECEITA O588	
DARF	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	_
PROCESSO Nº 67.430/97 • 2.396/97 NO CONCALVES DE QUEIROZ .	06 DATA DE VENCIMENTO	
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL → 2.884,39	
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	
• ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
vedado o recolhimento de tributos e contribu	uições → 2.884,39	
oministrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valo	IOI LUCIAI 111 ADIENTICAÇÃO DE TOTAL DE	
inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione a ra a tributo/contribuição de mesmo código de per unsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ information and contributor and contri	eriodos BS 46460231 28622564 / E 10,00.	
TERIO DA VAZENDA	02 período de apuração	
ETTARIA DA RECEITA FEDERAL Inmento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC 03.474.053/0001-32	
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA 1505	
NOME/TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA SIEX/07.430/1.997	7
A DE DESENVOLVIMENTO DE MT	06 DATA DE VENCIMENTO 28/02/2000	
DEMAT	07 VALOR DO PRINCIPAL R\$23,00	
	08 VALOR DA MULTA	
• ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
•	10 VALOR TOTAL R\$23,00	
redado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela paria da Receita Federal cuio valor total seia inferior a R\$ 10.00 orrendo tal situação; adicione esse valor so tributo/contributeão de codigo de período subsequentes, até que o total seia isual ou primer a R\$ 10.00.		
•	BB 00460208 28022000 23.00DC1256	 53

inist ento da pazenda Ecretasta da receita federal	02 período de apuração	
Documento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	03.474.053/0001-32
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505
01 NOME/TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/02.936/1.997
CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT	06 DATA DE VENCIMENTO	28/02/2000
CODEMAI	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$90,83
	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
	10 VALOR TOTAL	R\$90,83
E vedado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela 3ecretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocomendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mezmo código de período subsequentes, até que o total seja Igual ou superior a R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Some	mto nas 1º e 2º vias)
	BB 00460056 28022000	,/ 90.83DC12662

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 3894/1997, entre as partes MARCIA DE ARAÚJO & CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 10:37 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Fabio Petengill, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 38 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 21/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 12271,42 até o dia 28/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1472,57 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1624,11 referem-se a reflexos de diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 246,00, e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 10:40 horas. Nada mais.

Exequente	Patrono
Executado	Patrono

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS POSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - MASS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909 202
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000
A MONE OF BASE CORNEL TO SERVICE OF THE SERVICE OF	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO SIEX-PROCESSO nº 3.894/97 - 653.2276	6 - VALOR DO INSS	851,78
MARCIA DE ARAUJO .	7-	
	8-	**
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de vetor infector ao estipulado em Rescriução publicada pelo INSS. A receita que resultar vator inféctor deverá ser adicionada à	10 - ATMMULTA E JUROS	
contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que ototal seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	851,78
•	12 - AUTE BB 00460200 2802200	VTICAÇÃO BANCARIA 851,78DC1256

Instructies para preenchimento no verso

MINISTERIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	02/2.000
Documento de Arrecadação de Receitas Fed	<u> </u>	03.020.401/0001-00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	0588
TEX PROCESSO Nº 3.894/97 - 653.2276	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
CARCIA DE ARAUJO	06 DATA DE VENCIMENTO	
Veja no verso Instruções para preenchimento	07 VALOR DO PRINCIPAL OB VALOR DA MULTA	2.333,77
•	AQ VALOR DOS HIPOS E COL	
ATENÇÃO vadado o recolhimento de tributos e contribui	ENCARGOS DL - 1 026/69	
ministrados pela Secretaria da Receita Federal cuio valo	r total	2.333,77
ja ferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione lo cributo/contribuição de mesmo código de perios a R\$ 10,00 de mesmo código de mesmo código de perios a R\$ 10,00 de mesmo código de mesmo código de perios a R\$ 10,00 de mesmo código de	esse lodos BL 904002:0 000022400 \	The State of the Later,
umento de Arrecadação de Receitas Federais	•	03.474.053/0001-32
DARF	04 CODIGO DA RECEITA	1505
1 COME/TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/03.894/1.997
MDE DESENVOLVIMENTO DE MT	06 DATA DE VENCIMENTO	28/02/2000
	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$246,00
•	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
	10 VALOR TOTAL	R\$246,00
o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela relatia da Receita Federal cojo valor total seja inferior a R\$ 10,00, in to tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de ma código de periodo subsequentes, até que o total seja igual ou er a R\$ 10,00	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Som	ente nas 1º e 2º vias)
•	55 304LAU-75 22W	290.805Cx26x3

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 3355/1997, entre as partes DURCELINA CRUZ MIRANDA DE OLIVEIRA e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 10:28 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Fabio Petengill, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 21/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 9855,651 até o dia 28/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1182,67 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1284,19 referem-se a reflexos de diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, R\$ 1380,91 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais já recolhidas.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 13:32 horas. Nada mais.

JULIANO PEDRO GIRARDELLO
Juiz do Trabalho

Exequente	Patrono
Executado	Patrono

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000
	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
- NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO IEX-PROCESSO nº 3.355/97- 653.2276	6 - VALOR DO INSS	575,24
DUCELINA CRUZ MIRANDA DE OLIVEIRA	7-	
	8-	
VENCIMENTO Jao exclusivo INSS)	9 VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
TENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para reculhimento de receiza de vetor infedor eo estipuisdo m Resolução publicada pelo BNSS. A receita que resultar valor inferior deverá eer adicionada à		
contributção ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fizado.	11 - TOTAL	575,24 /
	BB 00460201 28022	NTICAÇÃO BANCARIA 900 575,24DC1

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	→) 02/2,000
Documento de Arrecadação de Receltus Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	•	03.020.401.4000100
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	•	9588
01 NOME / TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	•	
SIEK-PROC nº 3.355/97 - 653.2276 DUCELIHA CRUZ MIRANDA DE CLIVEIRA	06 DATA DE VENCIMENTO	•	
Veja no verso instruções para preenchimento	07 VALOR DO PRINCIPAL	•	1.838,96
	08 VALOR DA MULTA	•	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/09	•	
É vedado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos	10 VALOR TOTAL	•	1.838,96
	1		,
Bubsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.			·

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 4521/1999, entre as partes DURCELINA CRUZ MIRANDA DE OLIVEIRA e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 10:16 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, pregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado(a) de seu(ua) vogado(a) Dr(a). Rosa Celeste Pate Marques, ausente a executada. Presente seu vogado Dr. Othon Jair de Barros.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do 21/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 3564,66 até o dia 28/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será ejetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 712,93 se refere a onorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 2,56 referem-se a reflexos de diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, R\$ 3,76 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas 1/3, R\$ 2072,56 refere-se a multa do art. 477 da CLT e R\$ 374,41 refere-se a ferenças de FGTS estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada sua natureza indenizatória:

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente cordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores ventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os usiurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 71,29, sobre o valor do ordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste ordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente nanzados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de redição.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota horegado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no al legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao hocimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a uteza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da use de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão utexa a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a comção correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição ediral.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o encimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir ujuda a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e entifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 10:25 horas. Nada mais.

JULIANO PEDRO GIRARDELLO
Juiz do Trabalho

	Juiz do Trabalho	
♥	Patrono	<u> </u>
cutado	Patrono	

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909 209
	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000
	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
SIEX- PROCESSO nº 4.521/99 - 653.2276	6 - VALOR DO JINSS	83,30
DUCELINA CRUZ MIRANDA DE OLIVEIRA	7-	
47 E E E E E E E E E E E E E E E E E E E	8-	
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribulição ou importância correspondente nos meses aubacquentes, até que o total seja igual ou superior ao vator mínimo fixado.	10 - ATMMULTA ELIUROS	·
	11 - TOTAL	83,30
	12 - AUTEN 12 - AUTEN 13 - AUTEN 12 - AUTEN 13 - AUTEN 13 - AUTEN 14 - AUTEN 15 - AUTEN 15 - AUTEN 15 - AUTEN 15 - AUTEN 15	ITICAÇÃO BANCARIA 83,30DC12563
instruccios pera preenchimento no verso		

MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	<u> </u>	02/2.000 210
Documento de Arrecadação de Receitas Fed	erals 03 NÚMERO DO CPF OU CGC	
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	03.020.401/0001-00
DAKE	•	0588
ME / TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
n: 4.521/99 - 653,2276		-
LINA CRUZ MIRANDA DE GLIVEIRA	06 DATA DE VENCIMENTO	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
	07 VALOR DO PRINCIPAL	
. Veja no verso Instruções para preenchimento	<u> </u>	482,70
	08 VALOR DA MULTA	
		
■ ATENÇÃO	O9 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69	·
ado o recolhimento de tributos e contribui	10 VALOR TOTAL	
Pulados pola Secietaria da Racaita Endaral auta		482,70
eronora no ruito. Ocorrendo tel situação adiciona	ACAA	ite nas 1° e 2° viss)
ao mindro/comminduiceo de mesmo cydiao do mari	~~~	/482,70RC12558
ententes, ate que o total sele louel ou ourreine e con d		
A INDUSTRIA GRÁFICA - RUA ASMORÉS, 6-9 - BAURU - SP - C.G.C. 44.990.901.0001-49	CÓQ. 15080 I	
meto de Arrecadação de Heserras Federaras	V3 BULLET TO	703.W74.00370001-3E
DARF		
	04 CÓDEGO DA RECEITA	1505
goa/hasiba	05 RÚMERO DE REPERÊNCIA	SIEx/04.521/1.999
DE DESENKOLVIMENTO DE MT 06 DATA DE VENCIMENTO		28/02/2000
P EMAT	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$71,29
	08 VALOR DA MILEA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOB JUNOS R/OU	
	RECARGOS DL - 1.025/69	
	10 VALOR TOTAL	R\$71,29
o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela seja da Receita Federal cujo valor total seja infenior à R\$ 10,00. La situação, adicione esse valor so tributo/confitbuição de codição de periodo subsequentas, até que o total seja figual ou re R\$ 10,00.	11 AUTEMPTCAÇÃO BANCÁRTA (SC	omente nas 1º e 2º vies)
	BB 00460209 28022000	
	. AN ANAPAGA COMESAGA	√ 71,29DC12563
•		
•		

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 1649/1997, entre as partes Jassy Gasparelo De Lima e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 09:50 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. FABIO PETENGILL, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 31 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 21/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 12389,76 até o dia 28/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1486,68 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ \$\\ 1133,77\ \text{referem-se} a reflexos de diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 72,00, sobre o valor do acordo e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

- Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.
- No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a matureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.
- A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.
- O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprifiento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 09:57 horas. Nada mais.

Exequente	Patrono
Executado	Patrono

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEBURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909
		4 - COMPETÊNCIA	02/2.000
	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00	
	na 1.649/97 - 653.2276	6 - VALOR DO INSS	900,47
assy gasparelo de lima	7-		
		8 -	
VENCIMENTO Uso exclusivo INS	SS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribulção ou importância correspondente nos meses, subseqüentas, até que		10 - ATM/MULTA E JUROS	

900,47 12 - AUTENTICAÇÃO BANCARIA BB 60460203 28022000

7900,47DC12

4

ruções para presnchimento no verso

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	02/2.000 214
Documento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	*	93.020.491/0091-00
• DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	•	9588
PROC nº1.649/97- 653.2276 SY GASPARELO DE LIMA	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	•	
	06 DATA DE VENCIMENTO	*	
Veja-no verso Instruções para-preenchimento	07 VALOR DO PRINCIPAL	•	2,487,76
	08 VALOR DA MULTA	*	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1,025/69	•	
ado o recolhimento de tributos e contribuições strados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse to tributo/contribuição de mesmo código de periodos uentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00. BU NIDOSTRIA GRÁFICA - PLIA ARMORES, 6-9 - BAURU - SP - C.G.C. 44,990-90/10001-43	10 VALOR TOTAL	•	2.487,76
	BB 00460226 28022000 2.487,76RC12558		

		215
ARIA DA RECEITA FEDERAL	02 período de apuração	
nto de Arrecadação de Receitas Federai	03 MÚMERO DO CPT OU CGC	03.474.053/0001-32
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505
Bar / TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/01.649/1.997
ADE DESENVOLVIMENTO DE MT DEMAT	06 DATA DE VENCDENTO	. 28/02/2000
	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$72,00
	08 VALOR DA MILTA	
ATENÇÃO	09 VAIOR DOS JUROS E/OU EMCARGOS DL - 1.025/69	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	10 VALOR TOTAL	R\$72,00
op o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Indo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de tódigo de período subsequentes, até que o total seja igual ou as R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somo	nte nas 1º e 2º vias)

BB 00460210 28022000

/72,00BC12563

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

• • • •

•

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 00904/1998, entre as partes MAILDE GARCIA DE CASTRO COUTO e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 10:00 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Fabio Petengill, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 33 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 21/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 10728,99 até o dia 28/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1287,47 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 2303,79 referem-se a reflexos de diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, R\$ 1355,67 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais já recolhidas.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execúção.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no Prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao o vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a Catureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da •ase de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão ujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a xecução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Tederal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 10:09 horas. Nada mais.

ILILIANO DEDDO CIDADDELLO

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUÍA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909
	4 - COMPETÊNCIA	02/2000
•	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
PROCESSO nº 0904/98 - 653-2276 LDE GARCIA DE CASTRO COUTO	6 - VALOR DO INSS	565,56
The Gunda of Custon Conto	7-	
•	8-	
O EXCUSIVO INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
NCÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita ple valor interior ao estiputado Hução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor interior deverá ser adicionada à	10 - ATMMULTA E JUROS	
pluição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que ja igual ou superior ao visior mánimo fixado.	15 - TOTAL	565,56
•	12 - AUTEN BB 00460204 8	VTICAÇÃO BANCARIA 28022000 / 565,560

02 PERÍODO DE APURAÇÃO MINISTÉRIO DA FAZENDA 02/2,000 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL 03 NÚMERO DO CPF OU CGC Documento de Arrecadação de Receitas Federais 03.020.401/0001-00 **04** CÓDIGO DA RECEITA **DARF** 0588 05 NÚMERO DE REFERÊNCIA TELEFONE ROCESSO ne 0904/98 - 653-2276 06 DATA DE VENCIMENTO DE CARCIA DE CASTRO COUTO 07 VALOR DO PRINCIPAL Veja no verso 1.801.40 Instruções para preenchimento 08 VALOR DA MULTA 09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69 **ATENÇÃO** 10 VALOR TOTAL do o recolhimento de tributos e contribuições 1.801,40 instrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total 11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1º e 2º vies) rior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse r m tributo/contribuição de mesmo código de períodos 1.801,40RC12558 BB 00460227 28022000 lentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00. VA - NSTRIA GRAPICA - RUA ASMORÉS, 8-9 - BAURU - SP - C.G.C. 44.990.901/0001-43 (1978) CCD. 15080

PODER JUDICIÁRIO JESTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 3355/1997, entre as partes VALDOMIRO DE A. RIZK e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 10:57 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, pregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Perior Petengill, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do 21/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 13031,78 é o dia 28/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará itação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto entrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será fetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ardem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1563,72 se refere honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1703,25 referem-se a reflexos de diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, R\$ 2938,06 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente cordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores entualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os eus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais já recolhidas.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente alializados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de ecução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no pazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a netureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da lese de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão se estas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Eederal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 11:06 horas. Nada mais.

keqüente Patrono	
	_
executado Patrono	



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOÇIAL LUPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL • INSS

QUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS

3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO 2909
4 - COMPETÊNCIA

02/ 2,000

671,23

671,23

03.020.40140001-00

- NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO

SIEX-PROC nº 3.355/97 - 653-2276

VALDOMIRO DE A.RIZK

B•

5 - IDENTIFICADOR

6 · VALOR DO INSS

7.

- VENCIMENTO L(Uso exclusivo INSS)

ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recoltimento de receita de vistor inferior ao estipulado lam Resolução publicada pelo UNSS. A receita que recultar valor inferior deverá ser adicionada à pontribulição ou importância correspondente nos meses subaçqüentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fluado.

Quentes, até que o total seja ígual ou superior a R\$ 10,00.
DÚSTRIA GRAFICA - RUA AIAKORÉS, 6-9 - SAURU - SP - C.G.C. 44-990.0010001-43 (1950) COD. 15000

Section of the control of the contro

9 · VALOR DE OUTRAS ENTIDADES

10 - ATM/MULTA E JUROS

12 - AI BB 00460205 28022000

11 - TOTAL

12 - AUTENTICAÇÃO BANÇAMA 2000 V 671, 23DC12563

Astruções para preenchimento no vare

MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	02/2.000
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federals	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	*	03.020.401/0001-00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	*	0588
•	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	_	
IMPLITELEFONE			
PROC nº 3.355/97 - 653.2276	06 DATA DE VENCIMENTO	*	
Veja no verso instruções para preenchimento	07 VALOR DO PRINCIPAL	•	2.570,75
	08 VALOR DA MULTA	•	
ATENÇÃO redado o recolhimento de tributos e contribuições illetrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69	•	
	10 VALOR TOTAL	•	2.570,75,
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA	(Some	ente nas 1º e 2º vias)
rerior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse rao tributo/contribuição de mesmo código de periodos		2000	/2.570,75RC12558

Poder judiciário Estiça do trabalho Pribunal regional do trabalho da 23º região Secretaria integrada de execuções - siex

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na ecretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa os autos dos processos n.º 0558/1997 e 6958/1997, entre as partes VERA LÚCIA LVES PEREIRA e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 11:22 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente, que advoga em causa própria, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 21/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exeqüente a importância líquida de R\$ 15250,66 té o dia 28/02/2000.

Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação as parcelas que foram objeto da condenação nos feitos 0558/1997 e 6958/1997 da SIEX e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 687,13 referem-se a diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, R\$ 2279,36 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, R\$ 719,35 refere-se ao reflexo salarial no aviso prévio e R\$ 1060,26 refere-se a multa do art. 477 da CLT estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais deverão ser recolhidas pelo executado no valor de 25 200,00, referente aos dois processos, pro rata, até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

... F

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente utualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota idempregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no reco legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao lovencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da parte de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão estas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a cução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição deral.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir putada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Translade-se cópia desta ata nos dois processos acima referidos. Encerrou-se às 11:26 horas. Nada mais.

E e qüente	 Patrono
Executado	Patrono

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909		
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000		
	5 - IDENTIFICADOR			
NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO SIEXPROCESSO nº s: 0558/97 • 6958/97	6 - VALOR DO INSS	760,36		
YERA LUCIA ALVES PEREIRA	7-			
•	8-	,		
VENCIMENTO Liso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES			
ANGINÇÃO: É vedede a utilização de GPS pera recolhimento de receita de valor interior ao estipulado en Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à	10 - ATM/MULTA E JUROS			
inbuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o unal seja igual ou superior eo valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	760,38		
•	12 - AUTE BB 00460206 28022000	760,36DC12563		

inetrojões para preenchimento no verso

mINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA REGEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federais		02 PERÍODO DE APURAÇÃO			02/2.000
		03 NÚMERO DO CPF OU CGC	020.401/0001-00		
DARF		04 CÓDIGO DA RECEITA	•		88
PROC nº 0558/97 - 653.2276		05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	•		
LUCIA ALVES PEREIRA		06 DATA DE VENCIMENTO	•		
Veja no verso	•	07 VALOR DO PRINCIPAL	•	3.	160,87
instruções para preenchimento		08 VALOR DA MULTA	*		*
ATENÇÃO	-	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/89	•	ļ	
ado o recolhimento de tributos e contribu	-	10 VALOR TOTAL	→		160,87
inistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor tor miferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione est o tributo/contribuição de mesmo código de periodo aquentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,0 se tributoran antica - ana amoréa, e e - e a unu - sp - c.a.c. 44.999.991000143 ()		44 AUTENTICAÇÃO BANCÁRI BB 00440236 2808			3.160.87RC12558
O DA FASISIDA	02	PERÍODO DE ADURA	ÇÃO		
TARIA DA RECEITA FEDERAL Ento de Arregadação de Receitas Federais		03 MÚMERO DO CPT OU CGC			03.474.053/0001-32
DARF	04	CÓDIGO DA RECRIT	ea.		1505
ROME/THURFORE	05	número de referí	MCI	A	SIEx/000558/1.997
DE DESENVOLVIMENTO DE MT	06	06 DATA DE VENCIMENTO			28/02/2000
DEMAT	07	07 VALOR DO PRINCIPAL			R\$100,00
•		08 VALOR DA MULTA			
• atencão		VALOR DOS JUROS E CARGOS DL - 1.025/			
	10	VALOR TOTAL			R\$100,00
iado o recolhimento de tributos e contribulções edministrados polonida da Receita Federal cajo valor total seja inferior a R. 2 10,00 medo tal situação, adiciona esse valor so tributo/contribuição de codigo de periodo subsequentes, até que o total seja igual ou re R. 2 10,00.		AUTENTICAÇÃO BANC	ÁRIA	(Some	nte nas 1° e 2° vias)
		BB 00460211	28021	2000	100,00DC12563

ANTERES DA PASERDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO		
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federais	03 MÚMERO DO CET OU COC	03.474.053/0001-3;	
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505	
01 NOME/TELEFONE	05 MÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/06.958/1.997	
CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT CODEMAT	06 DATA DE VENCIMENTO	28/02/2000	
	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$100,00	
	08 VALOR DA MILTA		
ATENÇÃO :	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69		
<u> </u>	10 VALOR TOTAL	R\$100,00	
È vedado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de período subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	11 AUTENFICAÇÃO BANCÁRIA (Somer	ite nas 1º e 2º vias)	
	BB 00460212 28022000	V100,00DC12563	

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23" REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e um dias do mês de feve eiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO (IRARDELLO, em exercício ma Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 3355/1997, entre at partes BENEDITO RODOLFO FALCÃO e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamen e.

Às 12:41 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente ac impanhado de seu advogado Dr. Fábio Petengill, ausente a executada. Presente : eu advogado Dr. Othon Jair de Barros.

A pedido das partes foi este feito in luído na pauta de audiências do dia 21/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exeqüente a importância líquida de R\$ 13747,87 até o dia 28/02/2000. Recebida a importância o a pactuada, o(a) exeqüente dará quitação das parcelas que foram objeto da cond nação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pag mento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valo do acordo, R\$ 1649,74 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1740,81 referem-se a reflexos de diferenças salari iis em FGTS e multa de 40%, R\$ 916,42 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, R\$ 2103,32 refere-se diferenças de FCTS estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no case de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valo: da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta es seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais já recolhidas.

••••••••

Deverá, a executada, recolher os h norários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) das após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 1 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discrimina dos pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação de recolhir ento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, en até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento de avença sob pena de se presum r quitada a obrigação, declarando-se fextinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 12:45 horas. Nada ma s.

Exequente	 Pati ono
The	75 .
Executado	 Pat: ono

J. Comments			229
	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909
P-Beacher	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS 1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO		02/2.000
기 등 기 등 NOME OU			03.020.401/0001-00
~ 劉司 SIEX-PF	ROCESSO nº 3.355/97 - 653.2276	6 - VALOR DO INSS	718,98
1 3M 41-22	•	7.	
2 2 VENCIME	im T	8-	
(Uso exclusiv	(NSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
em Resolução p	idada a utilização de GPS para recohimento de receita de valor interior ao estipulado publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à ou importância correspondente nos meses subseqüentes, até que		718,98
	i ou superfor ao valor minimo fixado.	11 - TOTAL	NTICAÇÃO BANCARIA
Section Control Coll.		BB 00460207 280220	•
Instruções para p	reenchimento no verso		

		independent for the state of the special district of the special speci	the committee against the second seco
			THE STENSOFF T
.4	-	rindras a trada de transference de transference de proposition antiquation de proposition de proposition de pr	forms for the common graph and a
- And -		and the state of t	
	STÉRIO DA FAZENDA ETARIA DA RECEITA PEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	02/2.000
	nento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	03.020.401/0001-00
DAI	RF	04 соондо ба песета	0588
M NOME / TELEFONE		05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
DEMEDILO BOC PIEY-LHOC US	3.355/97 - 653.2276 OLFO FALCÃO .	06 DATA DE VENCIMENTO	
	Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	2,165,79
	instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	
	ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1,025/89	
É vedado o r	•	10 VALOR TOTAL	
	ecolhimento de tributos e contribuições	· ·	2,105,79
administrados pe seja inferior a R\$	la Secretaria da Receita Federal cujo valor total	14 AUTENTICAÇÃO BANCÂRIA (Son	sente nas 1º • 2º vias)
seja inferior a R\$ valor ao tributo/ subseqüentes, at	le Secretaria da Receita Federal cujo valor total 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse contribuição de mesmo código de períodos à que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	e 00460237 28022000	sente nas 1º • 2º vias)
seja inferior a R\$ valor ao tributo/ subseqüentes, at	la Secretaria da Receita Federal cujo valor total 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse contribuição de mesmo código de períodos de que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	8 00460237 28022000	sente nas 1º • 2º vias)
seja inferior a R\$ valor ao tributo/ subseqüentes, at	la Secretaria da Receita Federal cujo valor total 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse contribuição de mesmo código de períodos la que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	MOST USHITITION TO SELECTION OF THE SELE	2.165,79RC1255
seja inferior a RS valor ao tributo/ subseqüentes, at tilibra e/a Midustriia Graffic	la Secretaria da Receita Federal cujo valor total 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse contribuição de mesmo código de períodos la que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	CONSCIONATION OF THE CONTROL OF THE	
seja inferior a R\$ valor ao tributo/ subseqüentes, at	la Secretaria da Receita Federal cujo valor total 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse contribuição de mesmo código de períodos de que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00. A PUM AMORÉS DE BAURU SP C.C.C. 44,500,0016001-12 CM CAUDITION CONTRA CAUDITION CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CAUDIT	CONSCIONALICADES DE LA CONTRA LA CON	2.165,79RC12550 2.165,79RC12550 397810351 OS ATAC
seja inferior a RS valor ao tributo/ subsequentes, at mulbra sa moustria orario	la Secretaria da Receita Federal cujo valor total 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse contribuição de mesmo código de períodos de que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00. A PUM AMORÉS DE BAURU SP C.C.C. 44,500,0016001-12 CM CAUDITION CONTRA CAUDITION CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CAUDIT	CONSCIONALICADES DE LA CONTRA LA CON	2.165,79RC12550 2.165,79RC12550 397810351 OS ATAC
seja inferior a RS valor ao tributo/ subsequentes, at mulbra sa moustria orario	la Secretaria da Receita Federal cujo valor total 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse contribuição de mesmo código de períodos de que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00. A PUM AMORÉS DE BAURU SP C.C.C. 44,500,0016001-12 CM CAUDITION CONTRA CAUDITION CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CAUDIT	CONSCIONALICADES DE LA CONTRA LA CON	2.165,79RC12550
seja inferior a RS valor ao tributo/ subsequentes, at mulbra sa moustria orario	la Secretaria da Receita Federal cujo valor total 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse contribuição de mesmo código de períodos de que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00. A PUM AMORÉS DE BAURU SP C.C.C. 44,500,0016001-12 CM CAUDITION CONTRA CAUDITION CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CONTRA CAUDITION CAUDIT	CONSCIONALICADES DE LA CONTRA LA CON	2.165,79RC12550 2.165,79RC12550 397810351 OS ATAC

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 0639/1998, entre as partes ALZIRA ALVES DUARTE. VAZ e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 11:14 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Vera Lúcia Alves Pereira, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 21/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 13141,43 até o dia 28/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 2628,28 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 844,78 referem-se a reflexos de diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, e R\$ 1269,28 refere-se a multa do art. 477 da CLT estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta es seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 120,00 e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cúmprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 11:18 horas. Nada mais.

Exequente :			 Patrono
-	**	•	••
Executado			Patrono
Executado			 rationo

1	- NOME OU P
<u>#</u>	STRX_P

. 40

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

QUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS

3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO 2909 4 - COMPETÊNCIA

02/2.000

882,18

03.020.401/0001-00

RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO

ROCESSO nº 0639/98 - 653.2276 ALZIRA ALVES DUARTE VAZ

7 -

2 - VENCIMENTO (Uso exclusive INSS)

ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recohimento de receita de velorimientor ao estipuiedo em Resolução publicada pelo INSS; A receita que resultar valor interior deverá que adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses aubsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo lixado.

9 - VALOR DE OUTRAS **ENTIDADES**

5 - IDENTIFICADOR

6 - VALOR DO INSS

10 - ATMMULTA E JUROS

11 - TOTAL

882,18 12 - AUTENTICAÇÃO BANÇARIA

BB 00460193 28022000

882,18DC12563

vistrucões para preenchimento no verso

			<u> </u>
MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	02/2.000
SECRETARIA DA REÇEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Roceitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	•	03.020.401/0001-00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	•	05 88
LE I TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	•	.
K-Processo nº 0639/98 - 653-2276 Kra alves duarte vaz	06 DATA DE VENCIMENTO	•	
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	•	2.7 78 , 97
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	•	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/89	*	
ado o recolhimento de tributos e contribuições	10 VALOR TOTAL	*	2.778,97
nicistrados pela Secretaria da Recelta Federal cujo valor total a inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse o o o tributo/contribuição de mesmo código de períodos períodos períodos de mesmo código de períodos períodos de mesmo código de períodos as períodos de mesmo código de mesmo código de períodos de mesmo código	BB 00460238 28		1

DARF		03.474.053/0001-32
DARC	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505
1 COME/TELEFORE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/000639/1.998
LA DE DESENVOLVEMENTO DE MT	06 DATA DE VENCIMENTO	. 28/02/2000
• LANGERIAL	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$120,00
	08 VALOR DA MULTA	M)
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
•	10 VALOR TOTAL	R\$120,00
esses o recolhimento de tributos e contribuições administrados pein regia da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. omendo tal aituação, adicione esse valor so tributo/contribuição de código de período subsequentes, até que o total aeja igual ou eriur a R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCARIA (Some	nte nas 1º e 2º vias)

BB 00460213 28022000

V120,00DC12563

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÁO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e um dias do mês de feve eiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO CRARDELLO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 2241/1997 e 6256/1 97, entre as partes EDECKSON LUIS DE MEDEIROS e CODEMAT - CIA. ID DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 12:49 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz. apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acu npanhado de seus advogados Dr. Fábio Petengill, ausente a executada. Fresente : eu advogado Dr. Othon Jair de Barros.

A pedido das partes foi este feito in luído na pauta de audiências do dia 21/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exeqüente a ira portância líquida de R\$ 16107,93 até o dia 28/02/2000.

Recebida a importância ora pactua: a, o(a) exeqüente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação nos feitos 2241/1997 e 6256/1997 da SIEX e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pag mento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valo do acordo, R\$ 1932,95 refere-se a honorários advocatícios dos dois processos.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 269,73 referem-se a diferenças salariais em FC S e multa de 40%, R\$ 1625,77 refere-se a reflexos dos reajustes salariais no FGTS estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua naturez: indenizatória.

Convencionam as partes que no casa de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valer do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valo: da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticia: pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais deverão ser recol tidas pelo executado no valor de R\$ 322,00, referente a ambos os processos, pro rata, até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

. . . .

Deverá, a executada, recolher os li morários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vera imento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia : (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previd neiária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discrimir: dos pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação de recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, en até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento de avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Translade-se cópia desta ata nos dois processos acima referidos. Encerrou-se às 12:52 horas. Nada me s.

Exequente	Pa:: ono
Executado	Pat:: ono

		237
MINISTERIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000
	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
IEX-PROCESSO nºs: 2.241/97 e 6256/97	6 - VALOR DO INSS	1.136.99
DECKESON LUIZ DE MEDEIROS	7-	
	8-	
- VENCIMENTO Uso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
KTENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recohimento de receita de vetor interior ao estipulado em Resotução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor interior deverá ser adicionada à	10 - ATMMULTA E JUROS	
contribuição ou importância correspondante nos meses subseqüentes, até que o total esis igual ou superior ao valor minimo fixado.	11 - TOTAL	1.136,99
	12 - AUTI BB 00460197 280	ENTICAÇÃO BANCARIA 22000 1.136,99DC12

Instruções para presnchimento no verso

MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	→	02/2 .000
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	•	02.020.401/0001 -00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	•	0588
TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	•	
107-TROC, nru: 2.241/37 e 6256/97 98-TON LUIZ DE MEDELROS	06 DATA DE VENCIMENTO	•	
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	•	3,235,77
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	•	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69	•	
i adado o recolhimento de tributos e contribuições	10 VALOR TOTAL	•	3,235,77
idministrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total ejenferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse	11 AUTENTICAÇÃO BANCÂRIA BE 05450275 28		/
a ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.		ሳር ጥቁና	ev () (v) () () (v) (v) (v) (v) (v) (v
onto de Arrecadação de Receitas Federais O3 x			

ento de Arrecadação de Receitas Federa:	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	03.474.053/0001-32
DARF	04 CÓDIGO DA RECRITA	1505
CME/TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/06.256/1.997
A DE DESENVOLVIMENTO DE MT DEMAT	06 DATA DE VENCIMENTO	28/02/2000
	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$161,00
	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
	10 VALOR TOTAL	R\$161,00
o o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela eria da Receita Federal cujo vator total seja inferior a R\$ 10,00. glado tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de código de periodo subsequentes, até que o total seja igual ou ora R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Soment	

00460240 28020000

J_{161,000012550}

m o codigo de periodo subsequentes, até que o total seja igual ou sup tora R\$ 10,00.		
É vedado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja infigier a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor so tributo@outribuição de	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Some	ite nas 1º e 2º vias)
	10 VALOR TOTAL	R\$161,00
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS B/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
	08 VALOR DA MILTA	
CODEMAT	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$161,00
CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT	06 DATA DE VENCIMENTO	28/02/2000
01 NOME/TELEFORE	05 HÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/02.241/1.997
DARF	04 CÓDIGO DA RECRITA	1505
Documento de Arrecadação de Receitas Federai	03 MUMBRO DO CPIP OU CGC	03.474.053/0001-32
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23" REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNC A

Aos vinte e um dias do mês de feve eiro do ano de 2000, presente de Exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO (RARDELLO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreva ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 6102/1997, entre as partes SHEYLA DA SILVA CRUZ e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamen e.

Às 12:35 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz. apregoadas as partes. Ausente o(a) exequente, resente o Sr. LEONARDO DA SILVA CRUZ, representante da exequente, que junta procuração neste ato Presente o advogado da exequente Dr. Berard Gomes, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros.

A pedido das partes foi este feito in luído na pauta de audiências do dia 21/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 16700,02 até o dia 28/02/2000. Recebida a importância o a pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pag mento do valor do acordo serál efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência cent al, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valo do acordo, R\$ 3340,00 se refere a honorários advocatícios.

Convencionam as partes que no case de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta cas seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais já recolhidas com orme certidão de fl. 297.

Deverá, a executada, recolher os h morários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o veru imento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 1 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previd nciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discrimina dos pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhir ento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dis sõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, en até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento de avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 12:37 horas. Nada me s.

•

Exeqüente ₋	 ,	Pab ono	
.			
Executado		Patrono	

GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS 4 · COMPETÊNCIA CI 1 · NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO SIEX-PROCESSO Rº 6.102/97 - 653.2276 SHETLA DA SILVA CRUZ 7 · 8 · 2 · VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS) ATENÇÃO: É vedada a ustração de GPS para recommendo de receita de vetor inferior de verá ser adicionada à contribuição ou importância cure receita que receita revolvimento de verá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos messes subseqüentes, até que TI = TOTAL	2909 2/2.000 3.020.401/0001-00 1.336,00 1.336,00 AO BANZARIA
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS 5 - IDENTIFICADOR 1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO SIRX-PROCESSO nº 6 - 102/97 - 653 - 2276 SHETLA DA SILVA (RUZ 7 - 653 - 2276 2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo iNSS) ATENÇÃO: Évedada autilização de GPS para recommendo de receita de vetor infentor deverá ser adicionada à contributição ou importância correspondente nos masses subseqüentes, até que o total seja ígual ou superior ao visitor mínimo ficado. 12 - AUTENTICAÇÃO: ÉVEDADES 13 - AUTENTICAÇÃO: ÉVEDADES 14 - AUTENTICAÇÃO: ÉVEDADES 15 - IDENTIFICADOR 6 - VALOR DO INSS 7 - 653 - 2276 8 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES 16 - ATM/MULTA E JUROS 17 - TOTAL 12 - AUTENTICAÇÃO: ÉVEDADES 18 - 60460196 28022000	3.020.401/0001-00 1.336.00 1.336.00
1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL. / FONE / ENDEREÇO SIRXPROCESSO nº 6.102/97 - 653.2276 SHRTLA DA SILVA (RUZ) 7 - 653.2276 2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS) ATENÇÃO: É vedada autilização de GPS para reconhimento de receita de vetor inferior ao estipulado em Resolução publicada peto INSS. A receita que recultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subseqüentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mánimo fixado. 10 - ATM/MULTA E JUROS 11 - TOTAL 12 - AUTENTICAÇÃO: BB 60460196 28022000	1.336,00 1.336,00 AO BANKARIA
SIRX-PROCESSO nº 6.102/97 - 653.2276 SHETLA DA SILVA (RUZ) 7- 8- 2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo iNSS) ATENÇÃO: É vedada autização de GPS para reconhimento de receita de vator inferior ao estipulado em Resolução publicada pelo NSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contributição ou importância correspondente nos masses subseqüentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado. 12 - AUTENTICAÇÃO: BB 69460196 28022000	L.336,00 AO BANGARIA
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS) ATENÇÃO: Évedada autāzação de GPS para recolhimanto de receitade vator infarior ao estituado em Recolução publicada peto INSS. A receita que resultar vator inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos mesees subseqüentes, até que o total seja (gual ou superior ao vator mánimo fixado. 10 - ATM/MULTA E JUROS T1 = TOTAL 12 - AUTENTICAÇA BB 60460196 28022000	L.336,00 AO BANGARIA
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS) ATENÇÃO: É vedada autização de GPS para recolhimanto de receita de vator inferior ao estipulado em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou Importância correspondente nos masses subsequentes, até que o total asja igual ou superior ao vator mínimo fixado. 12 - AUTENTICAÇA BB 60460196 28022000	AO BANZARIA
(Uso exclusivo INSS) ATENÇÃO: É vedada autização de GPS para recolhimanto de receita de vator inferior ao estiputado em Resolução publicada peto INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou Importância correspondente nos masses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado. 12 - AUTENTICAÇÃO BB 60460196 28022000	AO BANZARIA
em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor infentor deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos masses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo ibrado. 12 - AUTENTICAÇÃO BB 60460176 28022000	AO BANZARIA
o total seja (gual ou superior ac valor minimo (biado). 12 - AUTENTICAÇI BB 60460176 28022000	AO BANZARIA
BB 00460196 28022000	,
was opea para previocamino no verso	
	VALOR HOR ENTENDO
MAINISTÉRIO DA FAZENDA 02 PERÍODO DE APURAÇÃO	
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL 03 NÚMERO DO CPF OU CGC	02/2.000 3.020,401/0091-00
0.4 CÓDIGO DA RECEITA	588
TELEFONE PROC 20 6.102/97 - 553-2276 A DA SILVA CRUZ 06 DATA DE VENCIMENTO	
Veja no verso	3.965,10
•	·
ATENÇÃO OP VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1,025/69	
rados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total 11 AUTENTICAÇÃO BANCARIA (Somente nas	3.565,10
prior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse o tributo/contribuição de mesmo código de períodosB 00460234 28022000 pertes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00. NISTRIA GRAFICA - RUA AIMORES, 8-8 - BAURU - SP - C.G.C. 44.980.9010001-43 (1988) COD. 15080	J3.865,10RC12558
	DAIN DA WEST HAND
	DATA DO:REGIGARD
	VACIDA ATÉ

4 . 320

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

•

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 1706/1997, entre as partes CLÉLIA REGINA OLIVEIRA GUIMARÃES e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 12:27 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Fábio Petengill, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 29 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 21/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 2268,19 até o dia 28/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 272,18 se refere a honorários advocatícios.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 45,36 e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 12:28 horas, Nada mais.

	rono
•	
,	
Executado Patr	rono

	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	8 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909
	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000
<u>. </u>		5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
	zao social/fone/endebeco OCESSO nº 1.706/97 - 653-2276 EGINA OLIVETRA GUINARÃES	6 - VALOR DO INSS	181,45
1	SOLUN OFTABLISE GOTHWENES	7-	
•		8-	
VENCIMENT	= 	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	·
_	ia a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor interior ao estipulado Iceda pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá aer adicionada à	10 - ATM/MULTA E JUROS	
contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que votal seja igual ou superior ao vator minimo lixado.		11 - TOTAL	181,45 /
•		BB 00460195 28022000	nticação Bancaria 181,45DC12563

ruções para preenchimento no verso

MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	02/2.000 03.020.401/0001-00 0588		
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federals	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	•			
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	*			
	05 MÚMERO DE REFERÊNCIA	*			
ROC nº 1.705/97 - 653-2276 REGINA OLIVETRA GUINARÃES	06 DATA DE VENCIMENTO	•			
Veja no verso instruções para preenchimento	07 VALOR DO PRINCIPAL	•	213,45		
	08 VALOR DA MULTA	•			
ATENÇÃO do o recolhimento de tributos e contribuições prados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total interior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse tributo/contribuição de mesmo código de periodos pentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1,025/89	*			
		•	213,45		
	BB 00460225 2802		nte nas 1° • 2° vies) √ 213,45RC12558		

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 0972/1998, entre as partes CLÉLIA REGINA OLIVEIRA GUIMARÃES e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 12:10 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Berardo Gomes, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 29 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 21/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 20620,69 até o dia 28/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 3093,10 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 37985,67 referem-se a reflexos de diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, R\$ 6111,67 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, R\$ 550,58 refere-se ao reflexo salarial no aviso prévio estando assim, a integralidade da importância paga a título de transação a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 107,00 e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 12:26 horas. Nada mais.

• • • •

•••••••

Exequente		Patrono	
	•		
Executado		Dotrono	
Executado		Patrono	

PURIO DA FAZENDA ELENIA DA RECEITA FEDERAL ELENIA DA AITEORIAÇÃO de Receitas Federal DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO			
	03 MUMERO DO CRE OU CGC	03.474.053/0001-32		
	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505		
DE/TELETONE	05 MÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/000972/1.998		
L S E DESENVOLVIMENTO DE MT L S MAT	06 DATA DE VENCIMENTO	28/02/2000		
	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$107,00		
	08 VALOR DA MULTA			
atenção •	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69			
	10 VALOR TOTAL	R\$107,00		
recolhimento de tributos e contribuições administrados pela in da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. tal situação, adicione esse valor so tributo/contribuição de cádigo de periodo subsequentes, até que o total seja igual ou R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCARIA (Some	nte nas 1º e 2º vias)		

\(\int_{107,00DC12558}\)

242 28022000

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

•

•

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 3355/1997, entre as partes BENEDITA DE FÁTIMA BRANDÃO e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 11:32 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes.

Ausente a exequente, presente o cônjuge JORGE LUIZ DOS SANTOS, que noticia o óbito da exequente.

Apresenta certidão de casamento e óbito da exequente e, certidão do INSS que comprova, nos termos do art. 1.º da lei 6858 de 1980, ser o Sr. JORGE LUIZ DOS SANTOS o cônjuge supérstite e representante das filhas do casal, ANA PAULA BRANDÃO DOS SANTOS e ANA LAURA BRANDÃO DOS SANTOS.

Providencie a secretaria alteração na autuação e nos demais registros deste processo, substituindo a exequente BENEDITA DE FÁTIMA BRANDÃO pelo Sr. JORGE LUIZ DOS SANTOS (representante de ANA PAULA BRANDÃO DOS SANTOS e ANA LAURA BRANDÃO DOS SANTOS).

Presente o Dr. FÁBIO PETENGILL a quem o representante da exequente falecida estende os poderes anteriormente outorgados por esta, bem assim aos demais advogados pela de cujus constituídos. Ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 21/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará ao representante da exequente a importância líquida de R\$ 13256,87 até o dia 28/02/2000, da seguinte forma: R\$ 6628,43 em nome do Sr. JORGE LUIZ DOS SANTOS e, os restantes R\$ 6628,44 em conta judicial à disposição do juízo, que de acordo com o parágrafo primeiro do art. 1.º da lei 6858/80 serão desmembradas pelo juízo em contas poupanças em nome das filhas da de cujus. Recebida a importância ora pactuada, será dado por quitado as parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo em relação a parte disponível a ser depositdo em ome do Sr. JORGE LUIZ DOS SANTOS será efetuado através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1590,82 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1677,36 referem-se a reflexos de diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, R\$ 890,14 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, R\$ 2026,66 refere-se a diferenças de FGTS estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais já recolhidas.

•

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 12:01 horas. Nada mais.

Exequente			Patrono	
٠.	ę.,			<u> </u>
Executado		<u>. </u>	Patrono	

MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	* 02/2.000 Q
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	+ 03.020.403/0001-00
DARF	0.4 código da receita	→ 0588
AE / TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	•
-PROC nº 3.355/97 - 653-2276 8 LUIZ DOS SANTOS	06, DATA DE VENCIMENTO	+
Veja no verso Instruções para preenchimento	07 VALOR DO PRINCIPAL	+ 401.0,15
manayana pina programmento	08 VALOR DA MULTA	•
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69	→
edado o recolhimento de tributos e contribuições	10 VALOR TOTAL	→ 2.076,45
nistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor tota	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA	
inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esser ao tributo/contribuição de mesmo código de periodos equentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00 va MDDSTRIA GRAFICA - RUA AIMORÉS, 64 - BAURU - SP - C.G.C. 44.890.8010001-43 (19888) CÓD. 155	BB 00460224 2	8022000 Je.076,45RC18
MANCO DO BRASTA		ZAPENZO
SIEx/03.355/1.997 50049/2.000,00	AGÉNCIA OPERA	CÃO NÚMERO DÁ CONTA D
I DEPÓSITO DINHEIRO X CHEQUE	VALOR DO DEPÓSI	
RECLAMANTE APARECIDA CARCITA	O depósito em cheques some	nte será liberació sode a columna
RECLAMADO CIA DE DESENVOLVIMENTO DE M	PINI E OUTROS (01 T CODEMAT	(4)
PAGUE-SE A :		
	50 % de acordo e ser d da exequente Benedita	connected as filhas de Fátima Brandão
UIABA-MT, 28/02/2000	AUTENTICAÇÃO BANGÁS	
LYGIA FERREIRA AQUINO FÉLIX		*
de Seção	,	
500500-0 0046		
DD AAA	60025085 02106	√5.833,02DC12563
DD VVI		

<u>***</u>		-
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909 /3 253
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2,000
- springer	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
SIEX-PROC nº 3.355/97- 653-2276	6 - VALOR DO INSS	693,01
JORGE LUIZ DOS SANTOS	7-	
;	8-	·· •
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor interior ao estipulado em Resolução publicada pario INSS: A receita que resultar valor inferior deverá ser auticionada à	10 - ATMMULTA E JUROS	- x
contribuição ou importância correspondente nos meses subsequantes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	693,01 /
E	12 - AUTE B 00460194 28022000	NTICAÇÃO BANCARIA 693,01DC12563

des para presinchimento no verso

STAF-COUNDENADORÍA GERAL DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAD FINANCEIRA afnt-sistema internado de administração financeira NOTA DE CROEM DANCARIA - NOB - 2. VIA N. **175010000005** DATA DE REFERENCIA: 29/02/2000 I RELATORIO - ASUSESA drbao : 17501 - Compannia-Matogrossense de Mineracão I DATA EMIS - 29/02/2000I SOLICITANOS AO SCO BRASIL CUIADA- MT., CREDITAR AO (A) FAVORECIDOS ABAIXO RELACIONADOS, LEVANDO A DEBITO DA CONTA NUMERO 6061046663 / 4 CODIGO DO CREDOR NOME EMPENIO LIQUIDAÇÃO FONTE VALOR A PAGAR FORMA DE RECEBIMENTO 13914 COMPANHIA NATOGROSSENSE DE HINERACAD 175019004442 175010000160 190 253,886,82 CHEGGE ADMINISTRATIVO CGC - 03020401090100 ALDR TOTAL DA OPERACAO RE 233.086,82 (DUZENTOC E CINQUENTA E TRES MIL DITOCENTOS E DITENTA E SEIS REAIS E) (OITENTA E DOIS CENTAVOS ********************************* PROCESSOS ACIMA RELACIONADOS FORAN RESULARMENTE LIQUIDADOS e encontran-se en conducabade pagamento. CHEFE DO STORE FINANCAS ORDINATIONA DESPESA

> Samuel Pedro de Salas On Opto. Financeiro

Cretaria de Estado da Fazenda de Mato Grosso

METAMAT
Protocolo Nº. 159 00
Processo Nº. 159 00
Data 03 / 04 / 00
Seção de Comunicação

CRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MATO BROSSO

SIAF-COORDENADURIA GERAL DO SISTENA INTEGNADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

IÁFMÍ-SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINÂNCEIRA

'LIQUIDACAD DE EMPENHO - LIQ DATA = 25/02/2000

LIQUID. N. 17501000016-0 1

PEDIDO N. 175019000465 .. EMPENHO N. 17501900444-2

=) SECRETARIA DE ESTADO DE INDUSTRIA, COMERCIO E MINERACAD SECRETARIA DE ESTADO DE INDUSTRIA, COMERCIO NIDADE => COMPANNIA MÁTOGROSSENSE DE MINERACAD

DREDOR ---

COD160 =) 73013914 BANCO/ABENCIA, CH AUMINSTR CONTA-

. CUD. SANC. DO URGAO, 904

NOME => COMPANHIA MATOBROSSENSE DE MINERACAC

ENDERECO. CENTRO 2970 GCG0007 PLANALTO CUIABA 70050 MT

POTAÇÃO CRCAMENTARIA=) 17 501 07.99.990 2005.9900 3190.9100 190 ESCRITURAL: NAD FORMA PAGAMENTO: N. O. B.
VALOR LIGUIDADO =) RS. 253.886,82 (DUZENTOS E CINGUENTA E TREB MIL CITOCENTOS E CITENTA E SEIS REAIS E

ATÁ DE VENCIMENTO=> 27/02/2000 EST. SALDO:NAO

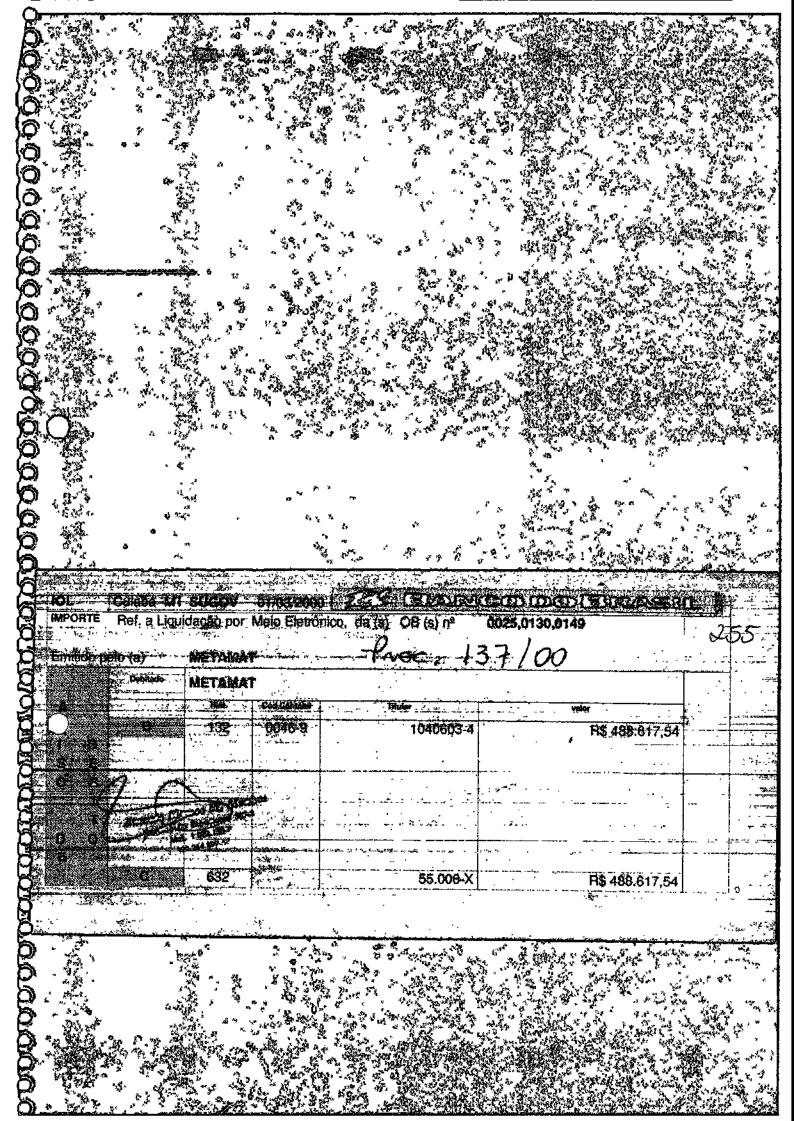
Historico =) desp.ref. Acad trabalhista ex-servidores da codemat,

CONTROLE DO SALDO A LIQUIDAR

VALOR TOTAL DC EMPENHO => 8,031,344,06 ESTA LIGUIDACAO 253,886,82\

SALDO A LIQUIDAR ANTERIOR => 7.055.143,68 Valor Estornabo . 8,65

> SALDO A LIQUIDAR ATUAL=) 8.861.256.86





COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO

NOB: 0025 -> 29.02.2000

PROCESSO	INTERESSADO	CPF	FORMA PAGTO	VALOR	INSS	IRRF	SIEx
2.125/99	Lourival Benedito Coenga	104.581.581-00	Contra Recibo	5.536,46	102,14	851,75	
	Dorly Maria Costa Daltro	048.773.628-19		977,02		<u> </u>	
5.446/97	Lourival Benedito Coenga	104.581.581-00	Contra Recibo	10.719,66	633,15	2.759,41	
	Berardo Gomes			2.679,91			· -
زراب 2.788/97	Osmar de Carvalho	430.066.201-00	Contra Recibo	16.916,04	429,54	2.018,78	
	Berardo Gomes			4.229,01			
3.355/97 📑	Elizete Regina Barreto Moraes	079,344.081-53	Contra Recibo	15.774,82	987,85	3.174,84	
	Fábio Petengill	621.679.011-00	-	2.151,11		ĺ	
1.685/97	Elizete Regina Barreto Moraes	079.344.081-53	Contra Recibo	2.484,02	42,11	177,37	62,0
	Rosa Celeste Patê Marques	601.978.897-00		620,63	1		
2.361/97	Benedita Juliana Correa Amaral	078.699.321-91	Contra Recibo	19.230,72	453,34	2.005,20	
· -	Luiz Otávio Bertolzo Reis	021.936.058-82		4.807,68			
5.572/97 🧓 e	Antonio Batista Nunes	144.160.509-68	Contra Recibo	6.770,79	439,46	1.342,67	144,5
2.143/98 🐣				1	•		12,4
	Berardo Gomes		•	500,00	•	-	
	Fábio Pentegill	621.679.011-00		991,47	-	-	
.307/97 42	José Luiz de Siqueira 🗸	229.524.971-68	Contra Recibo	11.453,47	758,21	2.713,02	97,1
	Fábio Pentegill	621.679.011-00		1.561,83		4	
.210/97 48/97 OF e	Guiomar Faria Armani	205.994.711-15	Contra Recibo	15.375,91	1.301,52	4.005,36	300,0
	Berardo Gomes			2.713,35		1	
272/99	Erotildes Dias da Silva	332,876,787-87	Contra Recibo	17.959,31		3.552,48	30,0
	Luiz Otávio Bertolzo Reis	021.936.058-82		4.489,82			*************
.355/97	Rosamita de Cerqueira Nolasco	160,170,641-34	Contra Recibo	13.602,51	1.194,984	2.594,87	BATT
	Fábio Petengill	621.679.011-00		1.854,95		l	The state of the s

AV. JURUMIRIM, 2970 - PALNALTO - CEP: 78.050-300 - CUIABA-MT TELEFAX 653-3200 - PABX 653 2276

Bes



COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO

5.708/97		Rosamita de Cerqueira Nolasco	160.170.641-34	Contra Recibo	138,61		-	-
		Rosa Celeste Patê Marques	601.978.897-00		34,60			
0366/99		Rosamita de Cerqueira Nolasco	160.170.641-34	Contra Recibo	3.843,12	357,87	862,65	96,00
		Rosa Celeste Patê Marques	601.978.897-00		960,78			
282/97	W.	Valdir Julião de Magalhães /	142.744.421-87	Contra Recibo	5.640,09	374,92	920,09	148,68
		Berardo Gomes			995,31			
6.102/97	0	Valdir Julião de Magalhães	142.744.421-87	Contra Recibo	21.280,40	2.128,03	6.369,91	68,73
		Berardo Gomes			5,320,05		/	
1.589/97	9.	Valdir Julião de Magalhães	142.744.421-87	Contra Recibo	2.283,68	214,93	/ 319,73	57,03
		Berardo Gomes			403,00			
7.003/97	5	Dulcinéia Lemes de Paula (espólio)		Contra Recibo	1.518,22	238,84	520,47	•
		Berardo Gomes			379,50			
	,	José Domingos de França		Depósito Judicial	1.897,72		7,	. , · . <u>-</u>
						//	//	//
···· —		Total Geral			208.095,57	10,540,13	34.188,60	1.062,52



OPER JUDICIÁRIO USTIÇA DO TRABALHO RIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO EXETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do rabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º > 1997, entre as partes JOSE DOMINGOS DE FRANÇA e CODEMAT - CIA. DE ENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 11:00 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as

Ausente a exequente, presente a cônjuge DULCINÉIA LEMES DE PAULA NÇA, que noticia o óbito do exequente ocorrido em 27/09/1996.

Apresenta termo de compromisso em que foi nomeada inventariante na ação que soita pela primeira vara cível especializada em família e sucessões da comarca de Cuiabá sob o ...401/99. Declarou ainda a existência de dois filhos menores resultantes do matrimênio mantido om o de cujus.

Providencie a secretaria alteração na autuação e nos demais registros deste sesso, substituindo o exequente JOSÉ DCMINGOS DE FRANÇA por Espólic de JOSÉ MINGOS DE FRANÇA.

Presente o Dr. BERARDO GOMES a quem a inventariante confere os poderes da lausula ad judicia. Ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othor. Jair de Barros, com oderes à fl. 31 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 202/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará ao representante da exequente a importância líquida de R\$ 75,44 até o dia 29/02/2000, da seguinte forma: R\$ 1897,72 em nome da Sra. INJLCINÉIA MES DE PAULA FRANÇA, cônjuge e inventariante e R\$ 1897,72 em conta judicial à sosição do juízo, que de acordo com a lei deverá ser colocado a disposição do juízo em que nita a ação de inventário para a consequente partilha entre os herdeiros habilitados.

Recebida a importância ora pactuada, será dado por quitado as parcelas que foramidate da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo em relação a parte ponível a ser depositado em nome da Sra. DULCINÉIA LEMES DE PAULA FRANÇA será quado através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor a ser depositado em nome da inventariante 379,50 refere-se a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 354,87 serem-se a reflexos de diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, R\$ 454,98 refere-se a

1

reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais já recolhidas.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento,

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natúreza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Oficie-se ao juízo da primeira vara cível especializada em família e sucessões de Cuiabá, encaminhando cópia da presente ata.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 11:35 horas. Nada rigis.

WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO Juiz do Trabalho

Exequente	Patrono
Executado	Patrono

3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO 2909 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS 4 - COMPETÉNCIA 02/2.000 GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS 5 - IDENTIFICADOR 03-020-401/0001-00 1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO 6 - VALOR DO INSS SIEX-PROC nº 7.003/97 - 653.2276 238.84 DULCINEIA LEMES DE PAULA(ESPÔLIO) . 8 -9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES 2 · VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS) ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor interior ao estipulado 10 - ATM/MULTA E JUROS em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribulção ou importância correspondente nos meses subsequentes, eté que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado. 238,84 12 - AUTENȚICAÇÃO BÂNCARIA BB 00460079 03032000 238,84DC12563 instruções para preenchimento no verso

MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	→	02/2,000
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	•	03.020.401/0001-00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	•	0588
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	•	
NOME: TELEFONE SIEXPROC nº 7.003/97- 653.2276 DULCINEIA LEMES DE PAULA (ESPÓLIO) .	06 DATA DE VENCIMENTO	*	
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	•	520,47
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	⇒	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/89	*	
vedado o recolhimento de tributos e contribuições	10 VALOR TOTAL	•	529,47
dministrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor tota seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse rator ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos	THE AGALAGAS 0303		/520,47DC12563
subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00 nuestas antiques es exursos es co. es experior a R\$ 10,00 co. es	. 1		

I	BB WILL DE	DO TRABALHO DERÓSITO/LEVANTAMENTO
	PROCESSO MOR.DA GUIA SIEN/07.003/1.997 00051/2.000,00	ACCRUTA OPERAÇÃO MÍNERO DA CONTA
•	X DEPÓSITO X DINHEIRO CHEQUE	VALOR DO DEPÓSITO . R\$1.897,72
	DAGGRAMANDE TOROUTM CORDEC DA STIVA FI	LHO :
	RECLAMANTE JOAQUIM SOARES DA SILVA FI RECLAMADO CIA DE DESENVOLVIMENTO DE PACHE-SE À :	LHO MT CODEMAT O VALOR ARATRO AUTENTICADO CORRESPONDE À Parte que toca às filhas menores do falecido exequente; José Domingos de França, que deverá ser posto em juizo pelo qual tramita a ação de inventário do citado exequente.
	RECLAMADO CIA DE DESENVOLVIMENTO DE	O VALOR ARATIO AUTENTICADO CORRESPONDE À Parte que toca às filhas menores do falocido exequente; José Domingos de França, que deverá ser posto em juizo pelo qual tramita a ação de inventário do citado.

PODER JUDICIÁRIO JUDICA DO TRABALHO TRIBURAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º RECIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EDECUÇÕES - SIEN

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e dois cias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIETERO, em exercicio na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 2125/1999, entre as partes LOURIVAL BENEDITO COIMBRA e CODEMAT. CIA DE DESENVO V. DO EST. DE MATO CROSSO, exequente e executada, respectivamente.

As 12-20 horas, aberta a audiencia, foram de erdem do MM. Juiz, apreguadas as partes. Presente o(a) exequente acompanitado de seu ua) advogado(a) Dr(a). Do ly Iviaria Costa Daltro, ausente a execurada, Presente seu advogado Dr. Othon lair de Barros, com poderes à fl. 83 para transccior ar.

A pedice das purtes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 22/02/2000, para homolegação dos termos do acordo ora noticiadas.

A executada pagará a exequente a importância liquida de RS 6513,48 até o dia 29/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, a(a) exequênte clará quitação das parcelas que bram objeto da condenação neste foito e pelo extato contrato de empresa

efetuado diretamente ac-paracce do reclamante e ao próprio reclamante atravén de ordem bancaria no Banco do Brasil - agência central, neste capital.

Declaram as partes, que sobre o valor de acordo, RS 977,62 se rere e a

Piseriminaro se partes, sob as penas da lei, que de velor seordado R\$ 2004.96 referem-se a difere neas salariais em FGTS e multa de 40%, R\$ 2493.57 refere-se a reflexos dos rea ustes salariais em férias indenizadas acrese das de 10. R\$ 738.13 refere-se no reflexe selarial no aviso prévio estando assim e salvo des contribuições previdenciarias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento de presente acordo incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguira como estava acroso da deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, ecima noticiado pelas partes, para que surte es seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais já fixadas na Ata de fl. 575, que deverão ser recolhidas no prazo já fixado. Deverá, a executada, recolher os honorários contábais devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execucão. Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e de imposto de renda se incidentes sobre o averdo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ac do vencimento. No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de calculo de INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência. A falta de comprovação do recolhimento previdenciario acarretará s execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Pederal. O exerciente deverá denunciar, em até 05 (cinco) días após c veneimento do acordo o integral comprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarendo-se extinta a execução. Após o integral comprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação. Encerron es ce 2:34 horas. Nada mais. WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO Juiz do Trabalho

Exequente	-	v	Patrene	<u> </u>
tra e a sestation	• • • • • • • • • • • • • • • • • • •		2	
rect a day a	~ '	** *	All accounts to the second of	
Executado	·		Patrono	

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	02/2.000 265
Documento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU OGC	*	03.020,401/0001-00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	*	0588
NOME / TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	•	
SEX-PROC nº 2.125/99- 653.2276 LORIVAL BENEDITO COENGA .	06 DATA DE VENCIMENTO	*	
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	→	851 , 75
Instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	•	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1,025/69	•	
vedado o recolhimento de tributos e contribuições	10 VALOR TOTAL	•	851,75
edministrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse alor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos pubsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.			851,75DC12563

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTU NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	03 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909
	ÇA-COMPETÊNCIA .	02/2,000
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS 01 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO	05 - IDENTIFICADOR	93.029.401/0001-00
SIEX-PROC Nº 2.125/97- 653.2276	06 - VALOR DO INSS '	102:14
LOURIVAL BENEDITO/COENGA .	07 -	
2	08 -	
02 - VENCIMÊNTO (Uso Exclusivo do INSS)	% - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É Vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior	10 - ATM / MULTA B IUROS	
deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor múnimo fixado.	II - TOTAL	102,14
BB 004600	12 - AUTENTICAÇÃO BANC 964 03032000	ARIA 102,14DC12563
Instruções para preenchimento no verso	CNPJ 33	.431.859/0001-04 / CNPJ 45.988,581/0001-50

PODER JUDICIÁRIO JUSTICA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÉNCIA

Aos vistos e dois cias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo, Juiz do Trabado WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secreta ia Integrada de Execuções, que subscreve so final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 5446/1997, entre as partes LOURIVAL BENEDITO COENGA e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 13:11 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu(ua) Ivogado(a) Dr(a). Estando Gomes, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 32 para transacionar.

A pedice das partes foi este feito incluído na pauté de accidencias do dia 22/02/2000, para homologáção dos térmos de acordo ora poticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de RS 13399,57 até o dia 29/02/2000 Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito a pelo extinto contrato de emprezo

Convent enam as carres que o paramento do valor de acordo será efetuado diretamente ao pariono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no licando do Brasil - agência central, nesta capital.

Declara n'as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 2679,93 se refere a honorários advocas sins.

Discriminam, la partes, sobras penas da lei, que do valor coordado R\$ 1423,08 referem-se a diferenças salariais em FCTS e multa de 40%, R\$ 4062,10 refere-se a reflexos dos resjustes salariais em férias indenizadas ac escidas de 1/3, estando assim a salve das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

acordo, incidirá a maita de 76% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidas os valores eventualmente recepidos

Homologie o acordo, acima noticiado pelas partes, pare que surta os seus jurídicos e lega a efeitos.

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Custas processuais já recolhidas.
Deverá a executada, recolher os honorários contabello devidamente
atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo sob pena de
execução.
Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota
do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no
prazo legal, e comprova-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mes subsequente ao
do vencimento.
No calculo da contribuição previoenciária deverá ser observada a
natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, exciuindo-se da
base de cálculo do l'ASS aquelas que por força da legislação propria não estão
sujeitas a sua incidência.
A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a
execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 ca Constituição
Federal.
O executante deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o
vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir
quitada a obrigação, caplarando-se extinta a execução.
Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e
certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.
Encerrou-se às 13:28 horas. Nada mais.
phoces are the second of the s
7. Party 14. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1.
WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO
Juiz do Trabalho
}
ExequenteParrono

Executado Patrono
·

ODER JUDICIÁRIO USTIÇA DO TRABALHO "BUNAL REGIONAL DO TESTIALHO DA 23ª RECIÃO PERETARIA INTEGRADA DE EXCECUÇÕES - SIEX

ATA DE A JIDIÊNCIA

Aos vinto a dois cias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o somo. Juiz do Traba ho WICLIAM GUILHERME CORREIA ITIBEIRO, em precicio na Secreta a Integrada de Execuções, que subscreve do final, para eliência relativa aos actos dos processos n.º 5446/1997, entre as partes OURIVAL BENTO COENGA e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DE EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

A pedice des partes foi este feito incluído na paute de anciências de qua 22/02/2000, pare homologação dos termos de acordo ora noticiados.

A executada pegará a exequente a importância líquida de RS 13399,57 aé o dia 29/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) esequente dará quitação das parceles que foram objeto da condenação neste fecto a solo extinto contrato de emprego.

Convent apartes que o paramento do valor de apordo será letuado diretamente as parione do reclamante a ao próprio reclamante através de ordem bancária no Hamos de Brasil - agência conval, nesta capital.

Declara a as paries, que sobre o valor do acordo, R\$ 2679 91 se refere honorários advocarídos.

Discriminare, as partes, sob as penas da lei, que de valor a cordado R\$-423,08 referem-se a diferenças salariais em PCTS e multa de 40%, R\$ 4062,16 refere-se a reflexos dos requistos salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, estando assim a same das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza, indenizatória.

Convent promo at partes que no caso de inadimelemento de presente acordo, incidirá a tradia de 16% sobre o valur da acordo e que a execução prosseguirá como estava, consecida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recentidos

Homologio o accordo, acima roticiado pelas partes partes parte surta os seus jurídicos e lega actícidas.

Custas processuais já recolhidas.

Deverá, a execurada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos de INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de rende se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprovidos nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao precimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá six observada a latureza e valor de cada pascela acima discrimirados pelas partes, accidindo-se da lase de cálculo do 1938 aquelas que por força da legislação propria não estão luieitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário abarretará a execução correspondente, na forma de que dispõe o art. 114 ca Constituição Federal.

O exoclente deverá denunciar, em até 05 (cinco) días após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, cardarando-se extinta a execução.

Após e integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as para fincias, voltando-me conclusos para deliberação.

Encercu-se às 13:28 horas. Nada mais.

WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO Juiz do Trabalho

Exequente	Pa rono
December de	Patrono
Executado	1 Ct (VIIV

MEP	NISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909		
	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000		
<u> </u>		5 - IDENTIFICADOR	03-020-401/0001-00		
NOME OU RAZÃO SOCIAL / PÔNE / ENDEREÇO LEX-PROC nº 5.446/97- 653.2276 LOURIVAL BENEDITO COENGA		6 - VALOR DO INSS	633.15		
		7-			
		8-			
- VENCIMENTO so exclusivo INSS)	,	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES			
ENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recoltimento de receita de valor interior ao estipulado am Rasolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor interior deverá ser adicionada à entribuição ou importância correspondente nos meses subseqüentes, até que o total seja toual ou superior ao valor mínimo fixado.		10 - ATMMULTA E JUROS	633,15		
		11 - TOTAL			
		BB 00460065 030	NTICAÇÃO BANÇARIA 12000 633,15DC12563		

rcões para preenchimento no verso

02 PERÍODO DE APURAÇÃO MINISTÉRIO DA FAZENDA 02/2,000 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL 03 NÚMERO DO CPF OU COC 03.020.401/0001-00 Documento de Arrecadação de Receitas Federals **04** CÓDIGO DA RECEITA DARF 0588 05 NÚMERO DE REFERÊNCIA ₩RR@ONE 5.446/97 - 653.2276 IVAL BENEDITO COENGA 06 DATA DE VENCIMENTO 07 VALOR DO PRINCIPAL 2.759,41 Veja no verso instruções para preenchimento 08 VALOR DA MULTA 09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1,025/89 **ATENÇÃO** 10 VALOR TOTAL dado o recolhimento de tributos e contribuições 2.759,41 imistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total 11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1º e 2º vigs) pferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse, 00460048 03032000 √2.759,41DC12563 ao tributo/contribulção de mesmo código de períodos⁸ pequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

PODER JUDICIÁRIO JUSTICA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL LO TESBALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEXENDA DE DESCUÇÕES - SUEX

ATA DE AUDIÊNCA

Aos vinto e dois cias do mes de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho MILLIAM CULHERME CORREIA ELBEIRO, em exercício na Secreta la Integrada de Execuções, que subscreve no final, para audiência relativa dos autos dos processos n.º 2788/1997, entre as pur es OSMAR DE CARVALHO e COUNTIAN - CIA. DE DESENVOLV. DC EST. DE MATO GROSSO, occupiente e executada, respectivamente.

Às 13.5.2 horas, aberta a audiência, foram de ordem de MM. Juiz, apregoadas as' partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu(ua) ()dvogado(a). Dr(a). Perordo Comes, ausente a o ecutada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes a f., 43 para transacionar.

A pediac des partes foi esta (oito incluido na panta de a diências do dia 22/02/2000, para homologação dos armos de acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de II\$ 21145,05 até o dia 29/02/2000 Recubica a importância una pactuada, e.g.), e equente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste faita a nelo extinto contrato de empresor.

Convent onam as naries que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente no parreno do reclamante e no próprio reclamante através de ordem bancária no finnos du Brasil - agência central, nesta capital.

Declara r as prives, que sobre o valor do scordo, R\$ 4229,01 se referê a honorários advocarios.

Convento onam as partes que no caso de madimplemento de presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor de acordo e que a execução prosseguirá como esseva acrescida esse valor da multa, acatidos os valores eventualmente recebioses

Homologio e acordo, acima poticiado pe as partes, parr, que surta os seus jurídicos e tegas efficie, acima poticiado pe as partes, parr, que surta os

Discriminario de partes, sobres cenas da loi, que do valor coordado R\$ 12065.40 referem-se a dificiencas salariais em FCTS e multa de 40% e ciferenças de FGTS, R\$ 3710,29 refere-se a reflexos dos regiustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 43, estando assim el salvo las comiribuições previdenciárias, dada a sua acrescidad de 13.

Custus processuais já recolhidas: Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis nevidamente atualizados em até 05 (circo) días após o vencimento do acordo, lob pena de execução. Deverá a expon sea, airea, proceder aos recolhimentos de INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprova-los nos autos, até o dia 13 (quinze) do mês subsequente acdo vencimento. No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada pascela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do PASS aquelas que por força da legislação própora não estão sulcitas a sua incidéncia. A falta de comprovação de recolhimento previdenciário acurretará a execção correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal. O execuente ceverá denunciar, em até 05 (cinco) cias após o vencimento do acordo, o integral comprimento de avença sob pana de se presumir quitada a obrigação, esclarando-se extima a execução. Após e integral comprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendâncies, voltando-me conclusos para deliberação. Encercu-seds 3:40 horas, Nada mais. WILLIAM GUILHERME CORREIA RESEIRO Juiz do Trabalho Exequente _____Patrono ____ Executado _____

201 00
001-00
<u> </u>
563
·
a Han Hoos
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
7A / AC
ORGA
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
0001-00
0001-00
0001-00
0001-00
0001-00
0001-00
0001-00
0001-00
0001-00 / 2.018,78DC18
/ 2.018,78DC18

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TEBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o mome. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na cretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 3355/97, entre as partes ELIZETE REGINA PARRETO MORAES e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 14:30 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, pregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. abio Petengill, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 89 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do qua 22/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 17925,93 né o dia 29/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 2151,11 se refere honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 849,48 referem-se a reflexos de diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, R\$ 2234,62 refere-se a FGTS do pacto laboral, R\$ 1493,62 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais já recolhidas.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente limados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de acordo.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota appregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no ejegal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao escimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a reza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão itas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a cão correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição et al.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o cimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir tada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e talquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 14:32 horas. Nada mais.

JULIANO PEDRO GIRARDELLO Juiz do Trabalho

egüente	Patrono	_
•		
outado	Patrono	_

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO 2909			
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2,000		
	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00		
SIEX-PROC nº 3.255/97 - 653-2276	6 - VALOR DO INSS	987.85		
ELIZETE RIGINA BARRETO MORAES	7-			
	8-			
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 · VALOR DE OUTRAS ENTIDADES			
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior eo estipulado em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à	10 - ATM/MULTA E JUROS			
contribuição ou importância correspondente nos meses subseqüentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	987.85		
BB 004	12 - AUTE 460067 03032000	VTICAÇÃO BANCARIA V 987,85DC12563		

. ایوسید

BRA S/A INDÚSTRIA GRÁFICA - PLIA ARACRÉS, 8-6 - BALIRU - 3F - C.G.C. 44.990,901/0001-43 (120)

38 7-

Instruções para preenchimento no verso

02 PERÍODO DE APURAÇÃO MINIS FÉRIO DA FAZENDA 02/2.000 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL 03 NÚMERO DO CPF OU CGC Documento da Arrecadação de Receitas Federais 03.020.401/0001-00 04 CÓDIGO DA RECEITA DARF 0588 05 NÚMERO DE REFERÊNCIA 1 NOME / TELEFONE IEX-PROC n. 3.355/97 - 653.2276 06 DATA DE VENCIMENTO LI TE REGINA BARRETO MORAES . 07 VALOR DO PRINCIPAL 3.174,84 Veja no verso instruções para preenchimento 08 VALOR DA MULTA 09 VALOR DOS JUROS E / DU ENCARGOS DL - 1.025/69 ATENÇÃO 10 VALOR TOTAL Vedado o recolhimento de tributos e contribuições 3.174,84 dministrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total 11 AUTENTICAÇÃO BANÇÂRIA (Somente nas 1º e 2º vias) eja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse √3.174,84DC12563 valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos BB 00460050 03032000 ubsequentes, até que o total seja igual ou superior a <u>R\$</u> 10,00.

i judiciário (ICA do Trabalho IONAL regional do Trabalho da 23ª região :●Taria integrada de execuções - siex

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na etaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa autos dos processos n.º 4685/1997, entre as partes ELIZETE REGINA ETO MORAES e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 14:21 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, adas as partes. Presente o(a) exequente desacompanhado de advogado. et a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros.

Antes do início da presente audiência a procuradora da exequente Dra. CELESTE PATE MARQUES esteve nessa sala de audiência e na presença curador da executada ponderou ao juízo que estava convocada a comparecer cura audiência, informando que a sua cliente estava capacitada e autorizada a ter ou deixar de aceitar a proposta de acordo que lhe conviesse.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do 22/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 3104,65 dia 29/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará ação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto rato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será ado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 620,63 se refere a arios advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 45 referem-se a reflexos de diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, R\$ 79 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza izatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente do, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução

prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 62,00 e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 14:25 horas. Nada mais.

•••••••

JULIANO PEDRO GIRARDELLO Juiz do Trabalho

Exeqüente	_ Patrono
Executado	Patrono

124 1 ·		277		
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÉNCIA SOCIAL - MPAS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909		
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000		
GOA DA FILTIDATORA GOGIAL - GI O	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00		
SIEX- PROC nº 4685/97 - 653.2276	6 - VALOR DO INSS	42,11		
ELIZETE REGINA BARRETO MORAES .	7-			
	8-			
2 · VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 · VALOR DE OUTRAS ENTIDADES			
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estiguitado em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à	10 - ATM/MULTA E JUROS	,		
contribuição ou importância correspondente nos meses subseqüentes, até que o total seja igual ou superior ao valor minúmo fixado.	11 - TOTAL	42,11		
BB 0046006	12 - AUTÉ 8 03032 0 00	NTICACAO BANCARIA , 42,11DC12563		

Comercialização da Produção Pluraj - CEI - Pagamento Exclusivo de Outras Entidades Reclamativia - Trabalhista - CEI - Pagamento Exclusivo de Outras Entidades Reclamativia - Itabalhista - CEI - Pagamento Exclusivo de Outras Entidades Reclamativia Trabalhista - CEC - Pagamento Exclusivo de Outras Entidades AcAL - CEC - CEC - Regamento Exclusivo de Outras Entidades AcAL - CEC - CEC	27.52 20.12 20.63 20.63 20.00 20.00 20.00
·	

RA S/A INDÚSTRIA GRÁFICA - RUA AMAORES, 6-9 - BAURU - SP - C.G.C. 44.990.901/0001-43

Empireşano - MIT - Recollinmento Menserial Empireşano - MIT - Recollinmento Menserial Menserial Menserial Menserial Menserial - MIT - Recollinmento Menserial - MIT - Recollinmento Menserial - MIT - Recollinmento Menserial - MIT - Recollinmento Trimestral Especial Trimestral - MIT - Recollinmento Trimestral Especial Trimestral - MIT - Recollinmento Mensel Empirestración Comission Comission - Mensel - MIT - Recollinmento Mensel Empirestral - MIT - Recollinmento Mensel Empirestral - MIT - Recollinmento Mensel Empirestral - MIT - Recollinmento Mensel - MIT - Mensel - MIT - Mensel - MIT - Mensel - MIT - Mensel - MIT - Mensel - MIT - Mensel - MIT - Mensel - MIT - Mensel - MIT - Mensel - MIT -

34. 40 I

HCACOUT TO COL

MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	→	02/2,000
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	•	03.020.401/0001-00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	•	0588
NAME AND PROME	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	•	
PROC nº 4.685/97- 653.2276 IZETE REINA BARRETO MORAES .	06 DATA DE VENCIMENTO	•	
Veja no verso instruções para preenchimento	07 VALOR DO PRINCIPAL	*	177,37
	08 VALOR DA MULTA	→	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1,025/89	•	
vedado o recolhimento de tributos e contribuições	10 VALOR TOTAL	•	177,37
ministrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total eja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse alor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos bseqüentes, até que o total seja igual ou superior a <u>R\$</u> 10,00.	BB 0046005		. /

02 período de aduração					
03 HÚMERO DO CPF OU CGC	03.474.053/0001-32				
04 CÓDIGO, DA RECEITA	1505				
05 mírgro de referência	SIEx/04.685/1.997				
06 DATA DE VENCIMENTO	29/02/2000				
07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$62,00				
08 VALOR DA MULTA					
09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69					
10 VALOR TOTAL	R\$62,00				
11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1º e 2º vias)					
	03 MÚMERO DO CPF OU CGC 04 CÓDIGO DA RECRITA 05 MÚMERO DE REFERÊNCIA 06 DATA DE VENCIMENTO 07 VALOR DO PRINCIPAL 08 VALOR DA MULTA 09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69 10 VALOR TOTAL				

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 2361/97, entre as partes BENEDITA JULIANA CORREA AMARAL e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 14:34 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Luiz Otavio Bertolzo Reis, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 22/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 24038,40 até o dia 29/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 4807,68 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 14984,32 referem-se a reflexos de diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, R\$ 1790,31 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, R\$ 2637,48 refere-se ao reflexo salarial no aviso prévio e R\$ 4234,41 refere-se a multa do art. 477 da CLT estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais já recolhidas.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota co empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a la tureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da legislação própria não estão legislação leg

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição ederal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o encimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir puitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e ertifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 14:45 horas. Nada mais.

JULIANO PEDRO GIRARDELLO Juiz do Trabalho

xeqüente		Patrono
Executado		Datrono
executado	 _	Patrono

		<u> </u>
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000
,	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO	6 · VALOR DO INSS	
SIEX -PROC nº 2.361/97 - 653.2276 BENEDITA JULIANA CORREA AMARAL .	7.	453,34
	8-	
2 · VENCIMENTO (Use exclusive INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor interior ao estipulado em Resotução publicada pelo INSS. A receita que resultar vator interior deverá ser adicionada á	10 - ATMMULTA E JUROS	
contribuição ou importância correspondente nos meses subseqüentes, até que o total sela igual cu superior ao valor mínimo lixado.	11 - TOTAL	453,34 NTICAÇÃO BANCARIA
. BB 9946990	9 03032000	√ 453,34DC12563
η ;		
FONE		
FONE		PRI (ADA ORDINA
MINÎSTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	→ 02/2.000
30AUD	02 PERÍODO DE APURAÇÃO 03 NÚMERO DO CPF OU COO	→ 02/2.000
MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federal DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	→ 02/2.000 → 03.020.401/0001-00 → 0588
MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federal DARF NOME / TELEFONE EX , PROC nº 2.361/97 - 653.2276	02 PERÍODO DE APURAÇÃO 03 NÚMERO DO CPF OU CGO 04 CÓDIGO DA RECEITA	→ 02/2.000 → 03.020.401/0001-00 → , 0588
MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federal DARF NOME / TELEFONE EX , PROC nº 2.361/97 - 653.2276 ENEDITA JULIANA CORREA AMARAL .	02 PERÍODO DE APURAÇÃO 03 NÚMERO DO CPF OU CGO 04 CÓDIGO DA RECEITA 05 NÚMERO DE REFERÊNCI	→ 02/2.000 → 03.020.401/0001-00 → , 0588 →
MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federal DARF NOME / TELEFONE EX , PROC nº 2.361/97 - 653.2276	02 PERÍODO DE APURAÇÃO 03 NÚMERO DO CPF OU CGO 04 CÓDIGO DA RECEITA 05 NÚMERO DE REFERÊNCI 06 DATA DE VENCIMENTO	→ 02/2.000 → 03.020.401/0001-00 → , 0588
MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federal DARF NOME / TELEFONE EX , PROC nº 2.361/97 - 653.2276 ENEDITA JULIANA CORREA AMARAL . Veja no verso instruções para preenchimento	02 PERÍODO DE APURAÇÃO 03 NÚMERO DO CPF OU CGO 04 CÓDIGO DA RECEITA 05 NÚMERO DE REFERÊNCI 06 DATA DE VENCIMENTO 07 VALOR DO PRINCIPAL	→ 02/2.000 → 03.020.401/0001-00 → 0588 → 2.005,20 →
MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federal DARF NOME / TELEFONE EX , PROC nº 2.361/97 - 653.2276 ENEDITA JULIANA CORREA AMARAL . Veja no verso	02 PERÍODO DE APURAÇÃO 03 NÚMERO DO CPF OU CGO 04 CÓDIGO DA RECEITA 05 NÚMERO DE REFERÊNCI 06 DATA DE VENCIMENTO 07 VALOR DO PRINCIPAL 08 VALOR DA MULTA 09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69	→ 02/2.000 → 03.020.401/0001-00 → 0588 → 2.005,20 →

AND THE PART OF

10 H

0

ALSO I DEMONSTRATE

PODER JUDICIÁRIO JUSTICA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e do s dias de mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz de Trebalho WHAIAM OLILIERNIE CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Exeruções, que subscreve no final, para muliência relativa aos autos dos processos n.º 6572/1997 e 2143/1998, entre as partes ANTONIO BATISTA NUNES e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 11:43 horas, abenta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequênte acompanhado de seus advogados Dr. Berardo Gomes, precurador nos autos 6572/1997e Fábio Petengill procurador nos autos 2143//1998, assente a executada. Pesente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 25 E 41 para transactionar.

A pedido das partes foi este feita incluído na pauta de audiências do dia 22/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de RS 8262,26 até o dia 29/02/2000.

Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condentação nos feitos 2143/1998 e 6572/1997 da SIEX e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente aos patrones do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 500,00 refere-se a honorários advocaticios dos autos 6572/1/97 e R\$ 991,47 refere-se a honorários advocaticios dos autos 2143/1998.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a exempão prosecuirá como estava, acescida deste valor da multa, abalidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os sous jurídicos e legais efeitos.

Discriminam, es partes, sob as penes da el, que do valor acordado R\$ 1631,25 referem-se a diferenças salariais em FGIS e multa de 40%, R\$ 1137,68 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em ferias in-tenizadas acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciarias, dada a sua natureza incenizatoria.

Custas processous devenão ser recelhidas pelo executado no valor de IS\$ 144,55. referente ao processo 6572/1997 que ora são arbitradas e IR\$ 12,40/refere-se ao processo 2143/1998, também arbitradas, até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) días após o vencimento do acorde, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do MNSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e

comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do més subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A faire de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução

correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

•••••••••

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Translade-se cópia desta ata nos Jois processos acima referidos.

Encerrou-se às 11:57 horas. Nada mais.

WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO Tuiz do Trabalho

Exequente				. <u></u>	<u></u>	Patrono			
e . Serveren samera es .	, 		e proprietant		•			41	
Executado						Patrono			
	•	-	•	•		•	•		
	_				٠				
			1: 3						•
	•		•		_	<u> </u>	+		
		*	*					- 14	
- - -							•		

MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	02/2.000
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	•	03.020.401/0001-00
	04 CÓDIGO DA RECEITA	•	0588
NOME / TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERENCIA	*	
SIEX-PROC, nº 6.572/97- 653.3376 PATONIO BATISTA NUNES pbs: PROC nº 2.143/98	06 DATA DE VENCIMENTO	•	
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	•	1.342,67
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	•	
ATENÇÃO vedado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse alor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL • 1.025/69	+	
	10 VALOR TOTAL	*	1.342,67
	BB 00460053 0303		1.342,57DC12563

	cómia	
CHISTÉRIO DA TAZENDA	02 período de apuração	
SECP*TARIA DA RECEITA FEDERAL Sec. anto de Arrecadação de Receitas Federals	03 MÚMERO DO CPF OU CGC	03.474.053/0001-32
• DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505
01 NOME/TELEFONE	05 número de reperência	SIEx/06.572/1.997
CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT	06 DATA DE VENCIMENTO	29/02/2000
CODEMAT	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$144,55
	08 VALOR DA MULTA	
atenção •	D9 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
	10 VALOR TOTAL	R\$144,55
ved-lo o recolhimento de tributos e contribuições administrados pels pecros da Receita Federal mijo valor total seja inferior a R\$ 10,00 comendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de período subsequentes, até que o total seja igual ou aperior a R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Some	nte nas 1º e 2º vias)
	BB 664460079 1303260	00

TÉRIO DA FAZENDA CRUTARIA DA HECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	
ocumento de Arrecadação de Receitas Federai:	03 Número do CPF ou coc	03.474.053/0001-32
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505
01 NOME/TELEFONE	05 Rúmero de referência	SIEx/02.143/1.998
CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT	06 DATA DE VENCIMENTO	29/02/2000
CODEMAT	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$12,40
•	08 VALOR DA MILTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL ~ 1.025/69	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	10 VALOR TOTAL	R\$12,40
vedado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela ecretaria da Receita Federal cujo vator total seja inferior a R\$ 10,00. conrendo tal situação, edicione esse vator ao tributo/contribuição de tesmo código de período subsequentes, aié que o total seja igual ou sperior a R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÂRIA (Some	nte nas 1º e 2º vias)
BB 004	160080 13032000 /1	i2,40DC12559

Poder judiciário Justiça do Trabalho Tribunal regional do Trabalho da 23º região Secretaria integrada de Execuções - Siex

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o exmo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 1307/1997, entre as partes JOSE UIZ DE SIQUEIRA e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 12:05 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, pregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Pábio Petengill, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 30 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do la 22/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 13015,30 enté o dia 29/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao parrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1561,83 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, es partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1082,46 referem-se a diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, R\$ 2455,16 refere-se a reflexos dos reacustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3. estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente cacordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

 Homologo o scordo, acima noticiado pelas partes, para que surte es eseus jurídicos e legais efeitos. Custas processuais são arbitradas em R\$ 97,13, e deverão ser ecolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de xecução.

Deverá, a executada, recolher os honorários! contábeis devidamente de lizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de secução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota lempregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no zo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao levencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a uneza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da e de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação propria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação propria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação propria não estão de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação de cálculo de cálculo de cálculo de c

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a secução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Faderal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às \2:12 horas. Nada mais.

WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO Juiz do Trabalho

requente	Patrono
•	
Executado	Patrono

3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO 2909 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS 4 - COMPETÊNCIA 02/2,000 GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS 5 - IDENTIFICADOR 03.020.401/0001-00 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONÉ / ENDEREÇO SIEZ -PROC nº 1.307/97- 653.2276 6 - VALOR DO INSS 758,21 JOSE LUIZ DE SIQUEIRA .. 7-8 -2 - VENCIMENTO 9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES (Uso exclusivo INSS) ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado 10 - ATM/MULTA E JUROS em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que 11 - TOTAL o total seja igual ou supertor ao valor mínimo fixado. 758,21 BB 00460071 03032000 √758,2iDC12563

Instruções para preenchimento no verso

		
MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	02/2.000
Documento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	03.020.401/0001-00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	0588
1 NOME / TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
SIFY -PROC nº 1.307/97 - 653.2276	06 DATA DE VENCIMENTO	
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	2.713,02
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1,825/69	
E vedado o recolhimento de tributos e contribuições	10 VALOR TOTAL	2.713,02
edministrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos ubsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÂRIA (Some BB 00460054 0303200	/

TEISTERIO DA FAZERUA PECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	,
por into de Arrecadação de Receitas Federais DARF	03 MÜMERO DO CPT GU CGC	034474.053/0001-32
	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505
01 NOME/TELEFONE	05 Número de reverência	SIEx/01.307/1.997
CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT CODEMAT	06 DATA DE VENCIMENTO	29/02/2000
	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$97,13
	08 VALOR DA MILTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
	10 VALOR TOTAL	R\$97,13
vedado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela jecretaria da Receita Federai cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de permo código de periodo subsequentes, até que o total seja igual ou uperior a R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁNIA (SOMEO	te nas 1º e 2º vias)
BB 00460	081 13032000 V97 ; 1	90C12559

COER JUDICIÁRIO USTIÇA DO TRABALHO INIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinto e dois dias do mês de severeiro do ano de 2000, preser te o Exmo. Juiz lo Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDIELO, em exercício na Secretaria Integrada de Excuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 6210/1997 48/1997, entre as partes GUIOMAR FARIA ARMANI e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 13:45 horas, cherta a audiència, foram de ordem do MM. Juiz, apregnadas as partes. Presente o(a) exequênte acompanhade de seus advogados Dr. BEEARDE GOMES, attsente a executada. Prosente seu advogado Dr. Cahon Jair de Barros, com podere à fl. 16 E 45. Ca transacionar.

A pedido das partes foi este e to incluido na pauta de au liene as do dia 22/02/2000, para homelogação e os termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de BS 18083.25 eté o dia

2902/2000.

Recebida a importância ora paca ada, o(a) exequente dará quitação das parcelas per foram objeto da concenação nos feites 5210/1997 E 348/1997 da SIEX a pelo extinto centrato de emprego.

Convent onam as partes que a pagamento do valor do acordo será efetuado estamente ao patrono do reclamante e ao polprio reclamante através de ordero bancária no

🖿 nco do Brasil - agêno a central, nesta capita.

Declarar: as partes, que sobre o valor do acordo. R\$ 2713,35 refere-se a henorários

wvocatícios.

Discriminant, as paries, soft an ochas da lei, que do valor acorda le RI 913,72 eferem-se a diferenças sulariais em FGTS em día de 40%, R\$ 906,45 refere-se a roflexos dos hjustes salariais em forits indonizadas acrescidas de 1/3 estando assima salve das contribuições evidenciárias, dada a sea nameza indenizados a.

Conve a mare as partes que as saso de inadimplemente do en sente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor de as rub e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor de multa, abatidos os sucres eventualmente recebidos.

Homeio, o e acoreo, acima noticir lo pelas paries, para que sorna es seus urídicos

elegais efeitos.

Custas pomessan a deverão ser coodhidas peto executado no valer de R\$ 300,007 arbitradas pelo juízo reconante aos dois processos, pro rata, até a data de vencimento deste acordo de pena de execução

Dever i, a unquatada, recelher os henorários contábeis devidament : a tualizados era

té 05 (cinco) dias após o vencimento do acorda, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos de INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acosso, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinzo) do mês subsequente ao do ve sointe no.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS quelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação de recothimento previdenciário marretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. ! " da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias abés o vencimento do cordo, o integral cumprimento da avença seb pena de se presumir autra la a obrigação, colarando-se extinta a execução.

Após o integral comprimente do acordo, revisem-se os suces e cerdiquem-se as sendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Translade-se cópia desta ata nos nos processos acima referidos.

Encerrou-se às 13:51 horas. Nada mais.

JULIANO PEDRO GIRARDELLO priz do Trabalho

xeqüente	 **** * * ******	M. + C T+ B/W for the affinement of the de-	P	atrono	Patricial to the desired annual school of the desired and the	·
xecutado	 	· • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	l-a	atrono _		



2 - VENCIMENTO

MINISTÈRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS

02/2.000 5 - IDENTIFICADOR

03,020,401/0001-00

2909

1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO

SIEX- PROC nº 6.210,/97 - 653.2266 GUIGMAR FARIA ARMANI

6 - VALOR DO INSS

4 - COMPETÊNCIA

3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO

1.301,52

8 -

**

7.

(Uso exclusivo INSS) ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhámento de receita de valor inferior ao estipulado em Resolução publicada pelo INSS, A receita que resultar valor interior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que

9 · VALOR DE OUTRAS ENTIDADES 10 - ATM/MULTA E JUROS

11 - TOTAL

BB 00460072 03032000

1.301.52 12 - AUTENTICAÇÃO BANCARIA 1.301,52DC12563

instruções para preenchimento no verso

o total seja igual ou superior ao valor minimo fixado.

MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	02/2.000
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	03. 020.401/0001-00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	0588
Of your Little Econol	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
SINT PROC nº 6210/97-653-2276 SUIOMAR FARIA ARMANI .	06 DATA DE VENCIMENTO	
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	4.005.36
instruções para preenchimento	Q8 VALOR DA MULTA →	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/89	
vedado o recolhimento de tributos e contribuições	10 VALOR TOTAL	4.005,36
administrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total peja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de periodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	BB 00440055 03038	. /

٠,

. . . .

ห**ัวกิจิส**ด วัดโยดีตั

Ta . A

É vedado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Pederal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de periodo subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÂRIA (Some	nte nas 1º e 2º vias)
	10 VALOR TOTAL	R\$150,00
atencão	09 VALOR DOS JUROS M/OU ENCARGOS DL - 1.025/59	
	08 VALOR DA MULTA	
CODEMAT	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$150,00
CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT	06 DATA DE VENCIMENTO	29/02/2000
01 HOME/TELEPONE	05 húmero de referência	SIEx/000348/1.997
DARF	04 CÓDIGO DA RECRITA	1505
Documento de Arraquadação de Receitas Federai	03 NÚMERO DO CRF OU CGC	03.474.053/0001-32
THE CAN DA FASENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	

BB 00460082 13032000

/150,00DC12559

- Número de processo, se pagamento oriundo de processo fiscal de cobrança ou de parcelamento de débitos;
- Número de inscrição no Departamento Nacional de Telecomunicações, se relativo a taxa FISTEL;
- Número de inscrição do imóvel, se relativo a rendas do Serviço de Patrimônio da União.

Data de vencimento da receita no formato DD/MM/AA.

02 Período de Apuração	,
03 NÚMERO DO CPP OU CGC	03.474.053/0001-32
04 CÓDIGO DA RECEITA	1505
os número de referência	SIEx/06.210/1.997
06 DATA DE VERCIMENTO	29/02/2000
07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$150,00
08 VALOR DA MULTA	
09 VALOR DOS JUROS E/OU ESCARGOS DL - 1.025/69	
10 VALOR TOTAL	R\$150,00
11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Some	nte nas i ^s e 2° vias)
	03 NÚMERO DO CPF OU CGC 04 CÓDIGO DA RECEITA 05 NÚMERO DE REMERÊNCIA 06 DATA DE VENCIMENTO 07 VALOR DO PRINCIPAL 08 VALOR DA MULTA 09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69 10 VALOR TOTAL

PODER JUDICIÁRIO JOSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o firmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 0272/99, entre as partes EROTILDES DIAS DAS SLVA e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO CROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 15:03 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Saiz Otávio Bertolzo Reis, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Sair de Barros, que juntará procuração em 05 dias.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do a 22/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exeqüente a importância líquida de R\$ 22449,13 é o dia 29/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exeqüente dará nitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto ntrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ardem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 4489,82 se refere honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 7338,66 referem-se a reflexos de diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, R\$ 9004,73 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3, R\$ 1690,16 refere-se ao reflexo salarial no aviso prévio estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente cordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução cosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores ventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os eus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 30,00 e deverão ser recolhidas pela executada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 15:10 horas. Nada mais.

JULIANO PEDRO GIRARDELLO Juiz do Trabalho

Exequente		Patrono
Executado	• •	Patrono

MENISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909
	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000
	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
SIRX. PROC nº 0272/99 - 653.2276	6 - VALOR DO INSS	883,24
EROTILDES DIAS DA SILVA	7- '	00.3,24
	8-	
2 - VENCIMENTO (Uso axclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS pera recolhimento da récelta de valor interiorao estiputado em Resolução publicada pelo INSS, A nécelta que resultar valor interior deverá ser adicionada à	10 - ATM/MULTA E JUROS	
contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado. 🖔	11 - TOTAL	883,24
BB 00460	12 - AUTE 1073 03032000	NTICAÇÃO BANCARIA 883,24DC12563

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	02/2,000
Documento de Arrecadação de Receitas Federals	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	03.020.401/0001-00
DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	0588
ALEME PROGRAM 0272/99 - 653.2276	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
EROTILDES DIAS DA SILVA	06 DATA DE VENCIMENTO	
Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	3.552,48
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS OL - 1,025/69	
vedado o recolhimento de tributos e contribuições	10 VALOR TOTAL	3.552,48
administrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total la inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse alor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	BB 00460056 03032000	1

vedado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela exetaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. comendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de asmo código de periodo subsequentes, atá que o total seja igual ou periora R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somen	ite nas 1ª e 2ª vias)
	10 VALOR TOTAL	R\$30,00
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
	08 VALOR DA MILTA	
	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$30,00
CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT CODEMAT	06 DATA DE VENCIMENTO	29/02/2000
OI NOME/TELETONE `	05 Húmero de Referência	SIBx/000272/1.999
	04 CÓDIGO DA RECEITA .	1505
DARF	03 MUMBERO DO CPP OU CQC	03.474.053/0001-32
CRETARIA DA RECEITA VEDERAL	02 período de apuração	

Poder judiciário Ostiça do trabalho Tribunal regional do trabalho da 23º região Secretaria integrada de execuções - siex

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Exmo. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa eos autos dos processos n.º 3355/97, entre as partes ROSANITA DE CERQUEIRA NOLASCO e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO EROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 14:13 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seu advogado Dr. Fabio Petengill, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 89 para transacionar.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do dia 22/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 15457,46 até o dia 29/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto contrato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será fetuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de ordem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 1854,95 se refere a honorários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1592,89 referem-se a reflexos de diferenças salariais em FGTS e multa de 40%, R\$ 1924,59 refere-se a FGTS do pacto laboral, R\$ 852,16 refere-se a reflexos dos reajustes salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3 estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente acordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais já recolhidas.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente ruglizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de casução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota o empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao o pencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a atureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da ase de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão jeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a cução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição ederal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o encimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir unada a obrigação, declarando-se extintã a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e elifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 14:16 horas. Nada mais.

JULIANO PEDRO GIRARDELLO Juiz do Trabalho

xeqüente	Patrono
•	
æcutado	Patrono

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000
	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO SIEX- PROC nº 3.355/97 - 653.2276	6 - VALOR DO INSS	1,194,98
ROSAMITA DE CERQUEIRA NOLASCO .	7-	
	8-	· - · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
2 - VENCIMENTO so exclusivo (NSS)	9 · VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
PENÇÃO: É vededa a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor interior ao extipulado em Reactução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor interior deverá ser adicionada à	10 - ATMMULTA E JUROS	
entribuição ou importância correspondente nos meses subsaqüentes, até que a total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	11 - TOTAL	1,194,98
ВВ	12 - AUTER 00460074 03032000	TICAÇÃO BAJICARIA 1.194,980012563

uções para preenchimento no verso

02 PERÍODO DE APURAÇÃO MINISTÉRIO DA FAZENDA 02/2.000 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL 03 NÚMERO DO CPF OU CGC Documento de Arrecadação de Receitas Federals 03.020.401/0001-00 **04** CODIGO DA RECEITA DARF 0588 05 NÚMERO DE REFERÊNCIA /TELEFONE PROC nº 3.355/97 - 653.2276 06 DATA DE VENCIMENTO ITA DE SERQUEIRA NOLASCO 07 VALOR DO PRINCIPAL Veja no verso 2.594,87 Instruções para preenchimento 08 VALOR DA MULTA 09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/89 **ATENÇÃO** 10 VALOR TOTAL ado o recolhimento de tributos e contribuições 2.594,87 nizistrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total 11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1º e 2º vias) i inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse · Co tributo/contribuição de mesmo código de períodos BB 00460057 03032000 ✔2.594,87DC12563 Sendentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

DER JUDICIÁRIO ISPIÇA DO TRABALHO RICUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO CRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o como Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na exteria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa escutos dos processos n.º 5708/97, entre as partes ROSANITA DE CERQUEIRA COASCO e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO ROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 13:58 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, goadas as partes. Presente o(a) exequente desacompanhado de advogado. In a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros.

Antes do início da presente audiência a procuradora da exequente Dra. OSA CELESTE PATE MARQUES esteve nessa sala de audiência e na presença procurador da executada ponderou ao juízo que estava convocada a comparecer noutra audiência, informando que a sua cliente estava capacitada e autorizada a seriar ou deixar de aceitar a proposta de acordo que lhe conviesse.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do a2/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 173,21 et dia 29/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará mação das parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto parato de emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será cuado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de m bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 34,60 se refere a prários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que a integralidade do ier do acordo referem-se a reflexos de diferenças salariais em FGTS e multa de estando assim a salvo das contribuições previdenciárias, dada a sua natureza enizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente ando, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução

osseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores en ualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os usurídicos e legais efeitos.

Custas processuais são isentadas pelo juízo.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente zados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de exeção.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota enpregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao encimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a eza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da se de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão jeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a esução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição deral.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o neimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir itada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e rafiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 14:08 horas. Nada mais.

JULIANO PEDRO GIRARDELLO Juiz do Trabalho

i i i i i i i i i i i i i i i i i i i	Patrono
•	
ecutado	Patrono

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO LEBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Enno. Juiz do Trabalho JULIANO PEDRO GIRARDELLO, em exercício na Seretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa ao autos dos processos n.º 0366/1999, entre as partes ROSANITA DE DERQUEIRA NOLASCO e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 14:10 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, egoadas as partes. Presente o(a) exequente desacompanhado de advogado. esente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros.

Antes do início da presente audiência a procuradora da exequente Dra. ROSA CELESTE PATE MARQUES esteve nessa sala de audiência e na presença de procurador da executada ponderou ao juízo que estava convocada a comparecer outra audiência, informando que a sua cliente estava capacitada e autorizada a aceitar ou deixar de aceitar a proposta de acordo que lhe conviesse.

A pedido das partes foi este feito incluído na pauta de audiências do ita 22/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 4803,90 ne o dia 29/02/2000. Recebida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará parcelas que foram objeto da condenação neste feito e pelo extinto emprego.

Convencionam as partes que o pagamento do valor do acordo será Luado diretamente ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de Lem bancária no Banco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 960,78 se refere a morários advocatícios.

Discriminam, as partes, sob as penas da lei, que R\$ 330,44 refere-se a exos de diferenças salariais em férias acrescidas de 1/3 estando assim a salvo contribuições previdenciárias, dada a sua natureza indenizatória.

Convencionam as partes que no caso de inadimplemento do presente prdo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução esseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores entualmente recebidos.

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os eus jurídicos e legais efeitos.

Custas processuais arbitradas em R\$ 96,00, devendo ser recolhidas no razo de 15 dias após o vencimento do acordo.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente tralizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de xecução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota lempregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no relo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao levencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a sureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da e de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão subitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a cução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Faderal.

O exequente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 14:12 horas. Nada mais.

JULIANO PEDRO GIRARDELLO Juiz do Trabalho

Dequente ,	 Patrono
• "	
•	
ecutado	 Patrono

309 3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO 2909 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS 4 - COMPETÊNCIA 02/2.000 GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS 5 - IDENTIFICADOR 03.020.401/0001-00 1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO 6 - VALOR DO INSS SIEX-PROC n# 0366/99 - 653.2276 357,87 ROSAMITA DE CERQUEIRA NOLASCO 8-9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES 2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS) ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado 10 - ATM/MULTA É JUROS em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que 11 - TOTAL o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado. 357,87 12 - AUTENTICAÇÃO BANÇARIA BB 00460075 03032000 357,87DC12563

instruções para preenchimento no varso

<u> </u>	•	J40
MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	02/2,000
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	03.020.401/0001-00
• DARF	04 CÓDIGO DA RECEITA	0588
01 NOME / TELEFONE DEX_PROC nº 0366/99- 653.22.76	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
DSAMITA CERQUEIRA NOLASCO .	06 DATA DE VENCIMENTO	
Veja no verso	97 VALOR DO PRINCIPAL	862,,65
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1,025/69	
vedado o recolhimento de tributos e contribuições		862,05
ministrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1º e 2º vias)	
eja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de periodos	DD AGALGADO AGALLA	862,65DC12563
TIMES SA NOUSTRIA GRAFICA - RUA AMORES, 8-9 - BAURU - ST - C.G.C. 44 app 20 100 (140) (200) (200) (200)		

Cópia

CAPTARIA DA RECEITA FEDERAL	02 PERÍODO DE ÁPURAÇÃO	
o vuto de Azrevadação de Receitas Federais DARF	03 MOMERO DO CPT OU CGC	03.474.053/0001-32
DAKE	04 CÓDIGO DA RECEITA	1505
)1 NOME/TELEFONS	05 MÚMERO DE REFERÊNCIA	SIBx/000366/1.999
CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT CODEMAT	06 DATA DE VESCIMENTO	29/02/2000
	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$96,00
	08 VALOR DA MILTA	
atenção	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
	10 VALOR TOTAL	R\$96,00
edado o recolhimento de tributos e contribuições edministrados pela cretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferiba a R\$ 10,00. omendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de amo código de periodo subsequentas, até que o total seja igual ou perior a R\$ 10,00.	14 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMEO	te nas 1º e 2º vias)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
FEBUNAL REGIONAL DO TEMBALHO DA 23º REGIÃO
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

A'TA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e doi: cias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o Emo. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RISISTRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para audiência relativa aos autos dos processos n.º 282/1997, entre as partes VALDIR ILLIÃO DE MAGALHÃES o CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. DE MATO GROSSO, exequente o executada, respectivamente.

Às 12:50 horas, aberta a audiência, foram de ordem de MM. Juia. regoadas as partes. Presente o(a) exequente acompanhado de seutuaj advogado(a) Dr(a). Berardo Comes, ausente a executada. Presente seu advogado Dr Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 11 para transacionar.

A pedide das partes fel este feito incluído na pauta de auciências co da 22/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 6635,40 are o dia 29/02/2000. Recubida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parceles que foram objeto da condenação neste feito e pelo extunto de emprego.

Conventionam as tartes que o pagamento do valor do acordo será extuado diretamente ao parrono do reclamante e ao próprio reclamante através de celem bancária no Banca do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as pastes, que sobre o valor do acordo, R\$ 995,31 se refere a morários advocaticios.

Conventionam el partes que no caso de inadimplemento do presente cordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução posseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores esentualmente recebidos

Homologo o neordo, acima noticiado pelas partes, para que surta es seus jurídicos e legals efeitos.

Discriminara, sa partes, nob as penas da lei, que do valor acordado R\$ 1605,60 referem-se a dobre salarial imposta no art. 467 da CLT e R\$ 345,18 refere-se a reflexos dos rea usus salariais em férias indenizadas acrescidas de 1/3.

Custas processuas são arbitradas em R\$ 148,68, e deverão ser conidas pela executada atá a data de vencimento deste acordo sob pena de telução.

Deverá, a excentada, recolher os honorários contábeis devidamenta unizados em até 05 (circo) d'as após o vencimento do acordo, sob pena de coução.

- Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota o Empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, ne rapo legal, e comprová-los pos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao o encimento.
- No cálculo de contribuição previdenciária deverá ser observada a areza e valor de cada pascela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estác citas a sua incidência.
- A falta de comprovação do recolhimento previdenciário aparretará e execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição referal.
- O execuente coverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o recimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumu putada a obrigação, declarando-se extinta a execução.

Após o integral comprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltando-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 3:03 boras. Nada mais.

WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO Juiz do Trabalho

Requente	 Patrono
•	
Executado	 Patrono

3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO 2909 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS . INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS 4 - COMPETÊNCIA 02/2.000 GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS 5 - IDENTIFICADOR 03.020.401/0001-00 1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO 6 - VALOR DO INSS SIEX-PROC nº 282/97 VALDIR JULIÃO DE MAGALHÃES 7-2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS) 9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES ATENÇÃO: É vededa a utilização de GPS pera recolhimento de receita de valor interior ao estipulado 10 - ATMMULTA E JUROS em Resolução publicada pelo INSS. A recalta que resultar valor interior deverá ser edicionada à contribuição ou importância cógrespondente nos meses subsequentes, até que 11 - TOTAL o total seja igual ou superior eo valor infinimo fixado. /374,92DC12563 BB 00460076 03032000

Instruções para preenchimento no verso

	divino Yakara da	0	f diede	
	MINISTÉRIO DA FAZENDA	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	•	02/2,000 314
	SECRETÁRÍO, DA RECEITA FEDERAL Pocumento de Arresadação de Receitas Federais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	*	03.020.401/0001-00
	DÄRF	04 CÓDIGO DA RECEITA	•	0588
NOME / TE	FONÉ	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	•	
EX-PRO	nº 282/97- 653.2276 ALIÃO DE MAGALHÃES .	06 DATA DE VENCIMENTO	' ⇒	
, , ,	Veja no verso	07 VALOR DO PRINCIPAL	•	920.09
instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	→		
	ATĖNÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/89	*	
	o recolhimento de tributos e contribuições		*	920.09
	ios pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total		(Somente	nas 1° e 2º vias)
os tols	r a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse slbuto/contribuição de mesmo código de períodos	DD VOIGOON VOODEN	00	/920,09DC12563
BEASAMDES	ntes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00. TRIA GÍRÁFICA-RUA AUMORÉS, 69-8AURU-55-C.G.C. 44.980.98010001-43 (1989) COD. 1504			
UDSBQUB	TRIA GRÁFICA - RIA AIMORÉS, 68 - SAURU - SP - C.G.C. 44.980.980.0001-43		<u>-</u>	
	,	Co'mia		

	coma	<u> </u>
PETERIO DA PASERDA.	02 período de apuração	
contrata de Arrecadação de Receitas Pederais	03 MOMERO DO CPF OU CGC	03.474.053/0001-32
DARF	04 CÓDIGO DA RECETRA	1505
01. HOME/TRIMETONE	OS MÚMERO DE REFERÊNCIA	SIEx/000282/1.997
CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT	06 DATA DE VENCIMENTO	29/02/2000
CÓDEMAT	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$148,68
	08 VALOR DA MUJEA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS SUROS E/08 ENCARGOS DL - 1.925/69	
	10 VALOR TOTAL	R\$148,68
vedado o recolhimento de tributos a compibuições administrados pela	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Some	nte nas 1º a 2º vias)

vedado o recolhimento de tributos e complibuições administrados pela exertaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a RS 10,00.

Ocorrendo tal situação, adicione essa valor ao tributo/contribuição de cema código de período subsequentes, até que o total seja igual ou paperior a RS 10,00.

BB 4444484 1343240

148,48DC12559

ODER JUDICIÁRIO UTIÇA DO TRABALHO 'REBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO ECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos viente e dois dias do més de fevereiro do ano de 2006, presente o bano. Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORRELA ILIBEIRO, em xacício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve no final, para maência relativa aos autos dos processos n.º 6102/1997, entre as portes VALDIR LATO DE MAGALHÃES e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. LATO GROSSO, exequente e executada, respectivamente.

Às 13:12 noras, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz. goadas as partos. Presente o(a) exequente acompanhado de seu(ua) gado(a) Dr(a). Berardo Gomes, ausente a executada. Presente seu advogado reOthon Jair de Barros, com poderes à fl. 31 para transacionar.

A pedice das partes foi esto-feito incluído na pauta de auciências de la 22/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A executada pagatá a exequente a importância líquida de ES 26600,45 e o dia 29/02/2000. Recobida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará mação das parcelas que foram objeto da condenação neste fe to e pelo extinte parato de emprego

Convent pham as partes que o pagamento do valor do acordo será eduado diretamente ao pagono do reclamante e ao próprio reclamante através de dem bancária no Especo do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 5300 05 se referenciarios advocar bios.

Conventionam as partes que no caso de inadimplemento do presente do, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução eseguirá como tatava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores tualmente recebidos

Homologo o acordo, acima noticiado pelas partes, para que surta os jurídicos e lega a eficitor.

Recons derando a determinação de fi. 281 deverá o execunado recoher quistas processuais, ora arbitradas em R\$ 68,73% deverão ser recolhidas pela quitada até a data de vancimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recolher os honorários contábeis devidamente atualizados em até 05 (cir.co) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de renda se incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

No cálculo da contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do INSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação de recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma de que dispõe o art. 114 da Constituição ederal.

O execciente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o encimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir la prima de acordo. Declarando-se extinta a execução.

Após o integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e ortifiquem-se as pendências, voltando ne conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 13:19 horas. Nada mais.

WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO Juiz do Trabalho

xeqüente	Patrono
kecutado	Patrono

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUÍA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909
	4 - COMPETÊNCIA	02/2,000
	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
1-NOME OU RAZÃO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO SIEX-PROC nº 6.102/97- 653.2276 VALDIR JULIÃO DE MAGALHÃES .	6 - VALOR DO INSS	2.128,03
	7-	
	8-	
2 VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: Évedade a utilização de GPS para recolhimento de receita de velor inferior do estipulado em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribulção ou importância correspondente nos meses subseqüentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	10 - ATM/MULTA & JUROS	*
	11 - TOTAL	2.128,03
* .	12 - AUTE	NTICAÇÃO BANCÁRIA
BB 004	60077 03032000	/2.128,03DC12563

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL			02/2.000 5/6
Documento de Árricadação de Receitas Fed	erais	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	03.020.401/0001-00
DARF		04 CÓDIGO DA RECEITA	
——————————————————————————————————————		05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	0588
NOME / TELEFONE		•	
IFX-PROC nº 6.102/97- 653.2276 VA IR JULIÃO DE MAGALHAES .		06 DATA DE VENCIMENTO	
Veja no verso instruções para preenchimento		07 VALOR DO PRINCIPAL	6,369,91
		08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO		09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
•		10 VALOR TOTAL	
e vedado o recolhimento de tributos e contribu dministrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valo	ições	•	6.369,91
eja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione	e esse	11 AUTENTICAÇÃO BANCÂRIA (Somen	te nas 1° e 2° vias)
valor ao tributo/contribuição de mesmo código de per	riodos	BB 00460060 03032000	6.369,91DC12563
ubsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$	10.00.		
IBRA S/A NDÚSTRIA GRÁFICA - RUA AMICRÉS, 6-5 - BAURU - SP - C.G.C. 44.990,901/0001-42	CÓD, 15080)I 	
· ·		coma	1
EISTERIO DA FAZENDA	T		
CRETARIA DA RECEITA WEDERAL	62	PERÍODO DE ADURAÇÃO	ļ
ento de Arrevadação de Receitas Jederais	03	NÚMERO DO CRY OU CGC	
DARF			03.474.053/0001-32
DIMI	04	CÓDIGO DA RECRITA	1505
P1 NOME/THISTONE	05	número de heperência	SIEx/06.102/1.997
CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT CODEMAT	06 DATA DE VENCIMENTO		29/02/2000
		VALOR DO PRINCIPAL	R\$68,73
		VALOR DA MILTA	
ATENÇÃO		ALOR DOS JUROS 2/00 RGOS DL - 1.025/69	
	10	VALOR TOTAL	R\$68,73
edado o recolhimento de tributos e contribuições administraçõe seta retaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a RS 10,00. sorendo tal situação, adicione esse valor so tributo/contribuição de mo código de periodo subsequentes, até que o total seja igual ou perior a RS 10,00.	11 AC	Presticação Bancária (Son	mnte nas 1º e 2º vias)
BB \$9459087 1393	Paga		4
	LVVV	V 68,73DC123	J7
		•	
<u> </u>			

MINIOTERIO DA PAZENDA

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO RIBUNAL REGIONAL DO TEMBALHO DA 23º RECHÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos victo e dois dias do mês de fevereiro do ano de 2000, presente o exmo, Juiz do Trabalho WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO, em exercício na Secretaria Integrada de Execuções, que subscreve ao final, para endiência relativa sos antos dos processos n.º 01589/1997, entre as partes VALDIR JULIÃO DE MAGALHÃES e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. O EST. DE MATO GROSSO, exeqüente e executada, respectivamente.

Às 1326 horas, aberta a audiência, foram de ordem do MM. Juiz, pregoadas as parses. Presente o(a) exequente acompanhado de seu(ua) dvogado(a) Dr(a). Berando Gomes, ausente a executada. Presente seu advogado Dr. Othon Jair de Barros, com poderes à fl. 15 para transacionar.

A pedicio das partes foi este feito incluído na pauta de auctiências do dia 22/02/2000, para homologação dos termos do acordo ora noticiados.

A exectada pagará a exequente a importância líquida de R\$ 2686,68 até o dia 29/02/2000 Recubida a importância ora pactuada, o(a) exequente dará quitação das parceles que foram objeto da condenação neste feito e polo extinto contrato de emprego.

Conventi onarii as partes que o pagamento do valor do acordo será efetuado diretamento ao patrono do reclamante e ao próprio reclamante através de Grdem bancária no Hanco do Brasil - agência central, nesta capital.

Declaram as partes, que sobre o valor do acordo, R\$ 403,00 se refere a conorários advocaticios.

Convent onam as partes que no caso de inadimplemento do presente cordo, incidirá a multa de 70% sobre o valor do acordo e que a execução prosseguirá como estava, acrescida deste valor da multa, abatidos os valores eventualmente recepios.

Homologo o neordo, se ma noticiado pelas partes, para que surta os eus jurídicos e legr. : efeitos.

Custas processuais são arbitradas em R\$ 57,03, e deverão ser ecolhidas pela excludada até a data de vencimento deste acordo sob pena de execução.

Deverá, a executada, recelher os honorários contábeis devidamente tualizados em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, sob pena de execução.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos de NSS, cota do empregado e patronal, e do imposto de rende se incidentes sobre o acordo recorazo legal, e comprová-los nos autos, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente acordo vencimento.

No cálculo de contribuição previdenciária deverá ser observada a natureza e valor de cada parcela acima discriminados pelas partes, excluindo-se da base de cálculo do IMSS aquelas que por força da legislação própria não estão sujeitas a sua incidência.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário açarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição federal.

O execuente deverá denunciar, em até 05 (cinco) dias após o vencimento do acordo, o integral cumprimento da avença sob pena de se presumir quitada a obrigação, osolar indo-se extinta a execução.

Após e integral cumprimento do acordo, revisem-se os autos e certifiquem-se as pendências, voltanco-me conclusos para deliberação.

Encerrou-se às 13:09 horas. Nada mais.

WILLIAM GUILHERME CORREIA RIBEIRO Juiz do Trabalho

Exequente	Patrono
•	
Executado	Patrono

02 PERÍODO DE APURAÇÃO MINISTÉRIO DA FAZENDA 02/2,000 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL 03 NÚMERO DO CPF OU CGC Documento de Arrecadação de Receitas Federals 03.020.401/0001-00 **∩ ∆** CÓDIGO DA RECEITA DARF 0588 05 NÚMERO DE REFERÊNCIA E/TELEFONE EA-PROC nº 1.589/97 - 653.2276 06 DATA DE VENCIMENTO LDIR JULIÃO DE MAGALHÃES 07 VALOR DO PRINCIPAL Veja no verso <u>319,73</u> instruções para preenchimento 08 VALOR DA MULTA 09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1,025/69 **ATENÇÃO** 10 VALOR TOTAL 319,*7*3 vedado o recolhimento de tributos e contribuições iministrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total 11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1º e 2º vias) ja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse 319.73DC12563 BB 00460061 03032000 lor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos ibsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

riors R\$ 10,00,	BB 00460088 13032000	/57.W3DC12559	
edado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela etaria da Receka Federal cajo valor total seja inferior a R\$ 10,00. mendo tal situação, adicione esse valor so tributo/contribuição de mo código de período subsequentes, até que o total seja igual ou	11 AUTENTICAÇÃO BANGÂRIA (Somente nas 1º e 2º vias)		
•	10 VALOR TOTAL	R\$57,03	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	·	
	08 VALOR DA MULTA		
	07 VALOR DO PRINCIPAL	R\$57,03	
IIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT CODEMAT	06 DATA DE VENCIMENTO	29/02/2000	
1 NORTHERONE	05 Húmbro de Referência	SIBx/01.589/1.997	
	64 CÓDIGO DA RECRITA	1505	
DARF	03 Múnico do CPF ou CGC	03.474.053/0001-32	
itetério da fazenda Tretaria da receita federal	02 PERÍODO DE APURAÇÃO		

MINISTEHIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2909
	4 - COMPETÊNCIA	02/2.000
	5 - IDENTIFICADOR	03.020.401/0001-00
1-NOME OU RAZÃO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO SIEX-PROCESSO nº 1.589/97 -653.2276 VALDIR JULIÃO DE MAGALHÃES .	6 - VALOR DO INSS	214,93
	7-	
	8-	•
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	
ATENÇÃO: É vedada a utização de GPS pera recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	10 - ATMMULTA E JUROS	
	11 - TOTAL	214,93
	12 - AUTE 60078 03032000	NTICAÇÃO BANCARIA 214,93DC12563

instruções para preenchimento no verso